

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

TÂNIA REGINA ZIMMERMANN

**VIOLÊNCIA E GÊNERO EM NOTÍCIAS NO OESTE
PARANAENSE (1960- 1990)**

**FLORIANÓPOLIS
2010**

TÂNIA REGINA ZIMMERMANN

**VIOLÊNCIA E GÊNERO EM NOTÍCIAS NO OESTE
PARANAENSE (1960- 1990)**

Tese apresentada ao Programa de pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História.

**Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristina Scheibe
Wolff**

**FLORIANÓPOLIS
2010**

TÂNIA REGINA ZIMMERMANN

**VIOLÊNCIA E GÊNERO EM NOTÍCIAS NO OESTE
PARANAENSE (1960- 1990)**

Esta tese foi julgada adequada para a obtenção do título de Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora:

Cristina Scheibe Wolff

Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Carmen Suzana Tornquist

Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC)

Elisete Schwade

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Cristiani Bereta da Silva

Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC)

Roselane Neckel

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof.^a Dr.^a Cristina Scheibe Wolff
Coordenadora do PPGH/UFSC

Florianópolis, fevereiro de 2010

Pretendi que se tratasse sempre de existências reais; que lhes pudesse dar um lugar e uma data; que, por detrás destes nomes que já não dizem nada, por detrás destas palavras breves que bem podem na maior parte das vezes ter sido falsas, enganadoras injustas, exorbitantes, tenha havido homens que viveram e morreram, com os seus sofrimentos, as suas malfeitorias, os seus ciúmes, as suas vociferações.

(Michel Foucault. O que é um autor?)

AGRADECIMENTOS

A escritura desta tese tornou-se um ato possível através de várias pessoas e instituições. Primeiramente agradeço a Professora Doutora Cristina Scheibe Wolff pela confiança em aceitar a orientação desta pesquisa a uma distância de milhas, a sua paciência e valorosas contribuições durante a elaboração da tese.

Ao Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – coordenação, professoras e professores, funcionári@s pela possibilidade de formação profissional e humana.

As professoras da qualificação Doutora Roselane Neckel e Doutora Cristiani Beretta da Silva pela leitura atenta e as sugestões que deram uma direção a esta pesquisa.

As colegas de trabalho Viviane e Suzana e ao professor Diogo da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul pela compreensão e apoio nas pesquisas e deslocamentos.

Em especial agradeço à colega e grande companheira de debates sobre a História Cultural, Márcia Maria de Medeiros que do medievo me fez refletir a pesquisa do tempo presente e pela incansável luta para que meu afastamento fosse possível.

A Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, em especial ao programa de capacitação pela possibilidade de um ano de afastamento para a finalização da tese.

Ao meu irmão Clóvis, um sociólogo que insistiu na empreitada e na maturidade da pesquisa e pela infinidade de discussões sobre a tese.

As pessoas do convívio familiar: grande companheiro Zé, a filha Lulu e filho Dudu mãe Adi e pai Hugo, mano Gilson, sogr@s Selma e Hilberto que entenderam as minhas ausências e enjaulamentos.

As amigas da roda de chimarrão, Carmem e Célia pela força e amizade.

As pessoas das instituições públicas de Cascavel, Toledo e Marechal Cândido Rondon pela recepção, disponibilização e presteza em abrir os arquivos na Região Oeste. Aos ex-alunos e pesquisadores do Grupo de Estudos em História Política e em especial Rodrigo e Daniel que se embrenharam comigo em arquivos buscando pelas fontes.

As correções atentas de ortografia e metodologia da professora Mirian Schroeder.

A todas as mulheres infames que pelas suas ações foram espreitadas pelos jornalistas e jornais nos quais pude reencontrar as situações nas quais elas desempenharam outras possibilidades para suas vidas.

E a todas e todos aqui nomeados ou não meus infindáveis agradecimentos!

RESUMO

Nesta tese abordam-se discursos sobre a violência perpetrada por mulheres e homens em notícias no Oeste do Paraná entre as décadas de 1960 a 1980 a partir de uma perspectiva de gênero. Situações de violência tornam-se um fato noticiável, sobretudo porque se contrapunham ao modelo de progresso e civilização proposto pelas elites da região. Com uma publicação quase sempre indesejada, aparecem centenas de mulheres e homens infames. São infames porque são pessoas que dificilmente de outra forma apareceriam com corpos, rostos, nomes e às vezes sobrenomes nas notícias cotidianas. Porém, era a vida das mulheres que mataram ou que protagonizaram situações de violência que ganhavam os grandes efeitos nas notícias. Essas mulheres são descritas como possuidoras de vidas obscuras, infelizes, raivosas, ciumentas, malfeitoras e desafortunadas e algumas como monstras. As ações destas mulheres estão em discursos quase sempre anedóticos, curiosos e trágicos, mas fizeram parte de histórias em sua maioria de luta e resistência mesmo com notícias que em seus jogos estratégicos construía as desigualdades de gênero. Estes jogos revelam que por dentro do gênero e das situações de violência, os estigmas ganham força produzindo possibilidades da continuidade da violência quer seja entre homens, entre homens e mulheres, contra e entre mulheres.

Palavras-chaves: relações de gênero, notícias, violência, progresso, civilização.

ABSTRACT

This thesis delves into discourses on violence perpetrated by women and men in news in West Paraná between the decades from 1960 to 1980 to part of one gender perspective. Situations violence become a fact news, especially because went against the model of progress and civilization proposed by the elites of the region. With almost a publication always undesirable, appear hundreds of women and men infamous. Are infamous because they are people who hardly otherwise appear with bodies, faces, names and surnames often in the news daily. However, it was the lives of women killed or staged situations of violence that earned the greatest effects on the news. These women are described as having dark lives, unhappy, angry, jealous, evil-doers and unfortunate and sometimes as monsters. The actions of these discourses on women are often anecdotal, curious and tragic, but were part of story Most of struggle and resistance even with news in their strategic games built inequalities gender. These games show that inside the genus and situations of violence, stigma again strength producing possibilities of continuing violence be it between men, between men and women, against and between women.

Keywords: gender relations, news, violence, progress, civilization

SUMÁRIO

LISTA DE MAPAS E FIGURAS	10
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	40
CIVILIZAÇÃO, PROGRESSO, VIOLÊNCIA E RELAÇÕES DE GÊNERO NAS NOTÍCIAS	40
1 Civilização e progresso nas notícias	40
2 A constituição de agências de notícias	48
3 Discursos sobre violência e relações de gênero	53
4. Algumas considerações	74
CAPÍTULO II	76
RELAÇÕES DE GÊNERO, VIOLÊNCIA, MOVIMENTO DE MULHERES E FEMINISMO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	76
1. Imprensa e violência contra mulheres: caso Doca Street nos jornais da região Oeste	86
2. Discursos de autoridade e violência de gênero	90
2.1 “Mulher apanha mais no verão”	90
2.2 Sentença poética	93
3. O corpo estendido e os embates de autoridades na violência de gênero	96
3. 1 O assassinato de Cenira	96
3. 2 Violência contra Maria: embates entre discursos de autoridade	110
CAPÍTULO III	118
MULHERES INFAMES	118
2. Mulheres infames e a violência física e simbólica	123
3. Conflitos entre mulheres nas notícias	132
4. Empregadas domésticas: “cuidado com elas”	136
5. Mulheres em conflitos com companheiros	147
6. Mulheres mandantes e coautoria	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
FONTES	165

LISTA DE MAPAS E FIGURAS

Ilustração 1: Mapa do Estado do Paraná	40
Ilustração 2: Mulheres discutem violência.	77
Ilustração 3: O Grande Encontro das Mulheres.....	78
Ilustração 4: Polícia fecha dois bordéis, mas vassourada não pára.	100
Ilustração 5: Quatro tiros. E a morte de Cenira, a que denunciou a Polícia.	101
Ilustração 6: Roda Viva.....	107
Ilustração 7: Fúria Assassina.....	134
Ilustração 8: Cuidado com elas	136
Ilustração 9: A Peça Matilde.....	138
Ilustração 10: Coluna Social.....	141
Ilustração 11: Doméstica que envenenou as crianças vai a júri dia 22.....	142
Ilustração 12: Doméstica condenada a mais de 27 anos.....	145
Ilustração 13: O Crime da Vovó Oflia.....	152
Ilustração 14: O Crime da Vovó Oflia.....	154

INTRODUÇÃO

O objetivo desta tese é analisar os discursos que envolveram os atos considerados de violência, divulgados na mídia escrita e falada do Oeste do Paraná nas décadas de 1960 a 1980, contra mulheres e homens e especialmente a violência perpetrada por mulheres a partir de uma perspectiva de gênero. As mulheres protagonistas em situação de violência contra homens, mulheres e crianças são representadas com destaque nas notícias. Assim sendo, busco entender a produção de significados sobre essas formas de violência de gênero nos meios de comunicação. Embora nas estatísticas os números de crimes cometidos por mulheres sejam menores do que os da violência perpetrada por homens, proponho compreender a representação destes atos em discursos partindo principalmente da categoria gênero.

As notícias pesquisadas em jornais, revistas e rádio apresentam-se como uma prática social de produção de sentidos. Trata-se de caleidoscópios pelos seus espaços múltiplos e limitados cujas construções em diferentes lugares e momentos perpassam uma determinada realidade social que é construída, pensada e dada a ler.¹ Nesse sentido, muitas pesquisas são direcionadas ao entendimento de que a notícia enquanto saber compartilhado é condicionada pela instituição e pela tradição cultural do jornalista e de outros profissionais da imprensa. Na produção impressa seja ela composta de editoriais, reportagens, entrevistas, artigos, cadernos, fotografias, charges etc., incorpora-se noções sobre o que importa e o que faz sentido. Darnton em seu artigo: *Jornalismo: Toda notícia que couber a gente publica*² apresenta algumas reflexões sobre sua experiência como repórter de jornal. Para esse autor, os repórteres policiais desenvolvem uma espécie de simbiose com a polícia. O sentimento de pertencer a um grupo interno, junto com as pessoas que aparecem em suas reportagens tenderia a criar uma simpatia.³ Observa ainda que na produção da

¹ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro : Bertrand do Brasil, 1990, p.17

² DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo : Cia das Letras, 1990.

³ Idem, p. 83.

notícia há categorias preestabelecidas para classificar as situações de violência:

Converter um boletim policial num artigo requer uma percepção treinada e um domínio e manejo de imagens padronizadas, clichês, “ângulos”, “pontos de vista” e enredos, que vão despertar uma reação convencional no espírito dos editores e leitores.⁴

Por outro ângulo, as notícias dos crimes possibilitam algumas frestas nas quais algumas mulheres e homens infames estão presentes em atos e tornam-se visíveis nos movimentos da história. Nesse trabalho, tento captar e explicar estes atos em um determinado local e período.

Porque a região Oeste do Paraná e as décadas de 1960 a 1980? Na escolha considerei parte de minha formação acadêmica e profissional, além da visibilidade do tema nos meios de comunicação e por acreditar que devo contribuir, ainda que de forma diminuta, para com a sociedade da qual faço parte. Na construção desta pesquisa parto, principalmente, dos discursos⁵ masculinos presentes nas notícias de jornais, nos noticiários falados e de revistas em busca de significações para as práticas cotidianas de violência nas relações de gênero. Cabe observar que as fontes discutidas durante a pesquisa são entendidas como discursos sociais e culturais os quais discorrem sobre os valores morais e sobre o convívio-conflito social em que se inseriram aqueles que deixaram seus depoimentos escritos na imprensa. Uma reflexão relevante sobre esta questão é apontada por Margareth Rago quando afirma que o documento não é o reflexo da coisa imaginada ou uma transparência, mas é um documento que contém uma materialidade, uma

⁴ Idem, p. 93.

⁵ No decorrer da pesquisa optei por utilizar noções de discurso e de práticas discursivas seguindo a proposta de Foucault na obra *Arqueologia do Saber*. Discurso é um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos; conjunto de enunciados que se apóia em um mesmo sistema de formação; é assim que se pode falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico. (p. 124) As práticas discursivas como um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiriam, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa. (p. 136) Estas práticas possuem regras próprias estabelecendo relações para que certos objetos apareçam e se fale deles. “[...] não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época”. FOUCAULT, M. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2000.

escrita, uma interpretação, um recorte, uma leitura de alguma testemunha sexuada, determinada social, étnica, geracionalmente.⁶

Optei pelo recorte temporal da década de 1960 à década de 1980 restringindo a região Oeste do Paraná pela escolha de arquivos de pesquisa nos seguintes municípios: Toledo, Marechal Cândido Rondon e Cascavel. Convém observar que parte da imprensa pesquisada circulava e ainda circula em grande parte da região Oeste e Sudoeste como, por exemplo, os jornais: *O Paraná, Hoje, Jornal do Oeste*.⁷ Também convém pontuar que na apreensão de Pierre Bourdieu, a região deve ser pensada como produto histórico das determinantes sociais. Nas classificações regionais os critérios concebíveis como língua, habitat e tamanho da terra, nem sempre coincidem, pois aponto para a tendência de homogeneizar o espaço como “coisa” única e, portanto não passível de conflitos. Assim Bourdieu observa:

[...] a realidade, neste caso, é social de parte a parte e as classificações mais naturais apoiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior das relações de forças no campo das lutas pela delimitação legítima.⁸

A palavra região é aqui entendida e utilizada não somente como princípio da divisão de espaço, mas também do mundo social. A delimitação da região, assim como da fronteira, para Bourdieu consiste num ato arbitrário, que apoiado na lei, impõe critérios (como a língua, o sotaque) para introduzir uma ruptura no processo natural, ou seja, legitimar o princípio da divisão do mundo social. Na obra *O Poder Simbólico*, o autor analisa alguns critérios que formam a região e sua identificação:

⁶ RAGO, Margareth. Pensar diferentemente a história, viver femininamente o presente. In: GUAZELLI, Cesar A.B. et all. (Org) **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000. p. 44.

⁷ Além destes jornais e revistas realizei a pesquisa com os seguintes impressos: Diário d' Oeste, O Alento, A Semana, Fronteira do Iguaçu, A Tribuna, Rondon Comunicação, Semanário do Oeste, Foz do Iguaçu, A voz do Oeste, Tribuna d'Oeste, Correio d'Oeste, Jornal d'Oeste e as revistas Oeste, Nova Fase, Imprensa, Expectador, Revista Recado, Imagem, Comunidade no Poder, Paraná em Páginas, Pesquisa, Imprensa e a imprensa radiofônica: arquivos da Frente Ampla de Notícias- Radio Difusora do Paraná.

⁸ Para Bourdieu o que faz a região não é o espaço e sim o tempo. BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2004, p. 115.

[...] *representações mentais*, quer dizer, de actos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de *representações objectais*, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em actos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores.⁹

Na construção da região impõe-se a determinados grupos uma identificação regional, uma visão do mundo social legitimada exclusivamente pelo princípio de uma divisão imposta. Assim, o Oeste do Paraná constitui-se como produto de uma construção hoje formada por 51 municípios que apresenta como suas fronteiras naturais do lado setentrional o Rio Paraná, fronteira com o Paraguai e a Argentina e os rios Iguazu e Piquiri. Conforme foi exposto e a fim de cercar as fontes elegi notícias dos municípios citados e me servi também de publicações de Foz do Iguazu como edições do jornal *Hoje Foz* e *Foz do Iguazu* uma vez que os jornais produziam notícias sobre o Oeste do Paraná e circulavam na região.

Também é importante ressaltar que nas década de 1960 a 1980 ocorrem mudanças advindas com a modernização agrícola,¹⁰ com o alagamento de terras para a construção da usina Hidrelétrica da Itaipu, crescimento populacional e conseqüentemente ocorre um processo de êxodo rural e de urbanização crescente. Na perspectiva de permanências percebe-se que predominava, em quase todos os lugares do Oeste paranaense, identificações¹¹ para as mulheres como a maternidade enquanto função exclusiva do feminino, as próprias tarefas domésticas e o espaço privado e sendo assim muitas deveriam ser

⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁰ A modernização na agricultura nesta região é entendida como a introdução e o uso de métodos e instrumentos de produção agrícola exemplificados no uso de insumos e máquinas agrícolas tais como o trator e colheitadeiras. Nesse processo insere-se o consumo de eletrodomésticos como a rádio e a televisão, o uso de crédito bancário, escolarização e questionamentos do jeito de ser e de falar introduzindo valores e normas dos centros urbanos do país. Esta discussão está posta na obra: GREGORI, Valdir. **Os Eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná**. Cascavel : Edunioeste, 2002, p. 206-211.

¹¹ Embora nas notícias denota-se a fixidez nos papéis masculinos e femininos este conceito será aqui usado como um processo em construção nunca completado nas relações sociais e de gênero, é condicional e alojado na contingência. Veja-se SILVA, Tomaz T. da. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 8.ed. Rio de Janeiro : Vozes, 2008, p. 106.

enjauladas nas identificações para elas construídas nos discursos que enfatizavam o sujeito universal masculino.

Nesta região percebi em notícias, a parca participação de mulheres em atividades consideradas públicas como a política, cargos administrativos em empresas, cooperativas, no judiciário e na própria imprensa. Observo inicialmente que as representações sobre a violência perpetrada por mulheres nas notícias acentuam a desigualdade nas relações de gênero. Em jornais do Oeste ainda é comum o reforço da categoria mulher quando relacionada a crimes como, por exemplo: *Mulher é presa por tráfico, roubo*, ou *Entre os presos até há duas mulheres*. Assim predomina a identificação do crime como masculino. Neste sentido busco nas notícias sobre a violência nas relações de gênero indícios para determinadas práticas arraigadas no cotidiano.

Para este estudo apóio-me quase que exclusivamente em arquivos de bibliotecas, universidade e prefeituras, museus, empresas jornalísticas e um arquivo de rádio. A escolha das notícias ocorreu pelo fato da rádio e os jornais constituírem-se numa das principais fontes de formação da opinião pública¹² e de informação para o conhecimento de fatos, eventos e opiniões locais, regionais e internacionais nas décadas de 1960 a 1980 no Oeste do Paraná. Gregori aponta para a importância da rádio nos anos de 1970 na região. Junto ao hábito de tomar chimarrão escutavam-se as notícias radiofônicas. “O conteúdo do noticiário radiofônico se tornaria assunto dos diálogos na família e na comunidade.”¹³ Este tipo de fonte há pouco foi considerada na história como inadequada para recuperar o passado e o cotidiano. Recortes do dia a dia eram tidos como enciclopédias do cotidiano cujos fragmentos envolviam muitos interesses político-partidários e paixões e ao invés de captar o cotidiano ofereciam um caleidoscópio de imagens parciais

¹² Aqui o estudo de Habermas na obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, traz a categoria opinião pública para discussão. Entende-a como uma expressão de reflexão, revolta ou indignação individual ou coletiva feita em público sobre interesse ou direito de uma classe social, grupo ou maioria. Na mídia o significado mudou “[...] de uma função da opinião pública tornou-se também um atributo de quem desperta a opinião pública.” (p. 14) Os impressos do Oeste aqui analisados pautam-se nestas discussões de formação da esfera burguesa quando trazem a tona o que e quem deve aparecer. Assim o renome e fama estão ligados à elite, mas quando se trata da violência, “[...] a fama se origina de outras épocas que não as da boa sociedade”. (p. 14)

¹³ GREGORI, Valdir. op cit , p. 215. A rádio inventada em meados do século XIX na Europa chega ao Brasil em 1922. Na região, a Rádio Colméia de Cascavel inicia em 1960. Sobre os começos da radiotelegrafia consultar BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma História Social da Mídia:** de Gutenberg à Internet. Tradução de Maria C. P. Dias. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2004.

distorcidas e subjetivas.¹⁴ Com o alavancar de renovações e inovações metodológicas a partir da Escola dos Annales começou-se a retirar do limbo as fontes jornalísticas. Além dessa contribuição, os estudos em torno da micro-história aproximaram o detalhe, o sensível, as paixões, os interesses políticos colocando em pauta a complexidade da compreensão histórica. Na História Cultural, novas fissuras no trato documental foram introduzidas. Como referência aponto a proposta de Foucault sobre o documento:

Ora, por uma mutação que não data de hoje, mas que, sem dúvida, ainda não se concluiu, a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é o seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações.¹⁵

Esta referência para a tarefa que me propus com os jornais e revistas, relatórios de notícias diárias de uma emissora de rádio possibilita entender uma rede de olhares e suas fissuras (quem, como, de onde e para quem se fala) que contribui para a criação de sujeitos e das subjetividades¹⁶ presentes nas práticas do cotidiano. Como observa Deleuze, o sujeito pode nascer tanto nas queixas como na exaltação em uma fronteira, linha de fuga ou de fluxo, mas que não se vê, porque ela

¹⁴ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo : Contexto, 2005, p.112.

¹⁵ FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. 7. Ed. Tradução de Luiz F. B. Neves. Rio de Janeiro : Forense Universitária. 2007, p 7.

¹⁶ A subjetividade é fruto de vários elementos sociais e assumida e vivida pelos indivíduos em suas existências particulares. Para Foucault, a palavra pode ser entendida como a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo num jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo. FOUCAULT, M. A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade. In: MOTTA, M B. da (org.). **Coleção Ditos e Escritos V**. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2004, p. 236.

é menos perceptível.¹⁷ Este sujeito não pode ser enquadrado em papéis e sim discutido a partir de estratégias, atitudes, o que possibilita entender melhor a improvisação de mudanças e resistências no cotidiano.¹⁸

No entanto, alavancam-se problemas no momento da varredura das fontes por não dispor de meios para avaliar a fecundidade das diversas investigações de análise de discurso. Para o linguista talvez esta não seja uma dificuldade, até pelo fato de que um trabalho linguístico pode não ter o interesse para a história que busco. Após revirar por semanas caixas de arquivos de jornais e revistas os resultados muitas vezes foram magros. Ao me lançar a este tipo de trabalho sabia previamente que os resultados nem sempre seriam os esperados.

Na tentativa de contar a frequência de referências a um dado tema ou temas e analisar sua variância, ou seja, a associação entre os temas, novos problemas afloravam. Na busca pela violência perpetrada por mulheres contra homens atentei para artigos, colunas e notícias cujos títulos remetiam a elas, mas notícias de crimes cometidos por homens também podiam atribuir a culpa às mulheres. Mesmo assim uma pergunta incômoda acompanhava a análise: como ocorre a passagem das palavras para os temas? Devido à utilização de diferentes significados para uma mesma palavra os temas podem ser modificados quando associados a outros. Dúvidas frequentes despontavam, por exemplo, para o uso de *anormais* em diferentes impressos. Para os homens, o termo anormal estava relacionado à prática de estupros e assassinatos brutais de mulheres. Mas para mulheres o termo era associado a várias práticas como o infanticídio, aborto, e em determinadas formas de violência contra crianças, jovens e companheiros. Além disso, destaco que a pesquisa não abarca todos os meios de comunicação conhecidos na região em virtude da parca presença de arquivos nas rádios e dos problemas de conservação dos documentos nas bibliotecas, museus e demais arquivos. Uma possibilidade para conduzir estas lacunas é apontada por Foucault ao dizer que é preciso:

[...] acolher a cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimento sem traçar origem secreta e buscá-lo na pontualidade em que ele aparece e na dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até em seus menores

¹⁷ DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo : Editora 34, 1992, p. 61 e 189.

¹⁸ DIAS, Maria Odila Silva. *Hermenêutica do Quotidiano na historiografia contemporânea*. In: **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 17, nov. 1998, p. 257.

traços, enterrado, bem longe de qualquer olhar, na poeira dos livros.¹⁹

Para o autor, a análise de discurso tenta apreender o enunciado na sua estreiteza e na singularidade de seu acontecimento. Também se deve refletir sobre as condições de existência do discurso, fixar os seus limites, estabelecer correlações com os outros enunciados aos quais pode estar ligado e também mostrar que outras formas de enunciação ele exclui. Completa Foucault que se deve “[...] mostrar por que ele não poderia ser diferente do que é, em que ele exclui qualquer outro discurso, como ele ocupa dentre os outros e em relação a eles um lugar que nenhum outro poderia ocupar.”²⁰

Com relação ao uso da imprensa enquanto fonte, Tânia de Luca aponta para alguns caminhos trilhados na escritura da história por pesquisadores como José Honório Rodrigues. Este entendia a imprensa como uma das principais fontes de informação histórica desde que utilizada com moderação. Ele advogava que nem sempre a exatidão ou independência povoava a edição. Jean Glenisson observou também que às vezes não se poderia saber das interferências ocultas da imprensa em um dado momento histórico, mas se deveria inquirir estas fontes sob um grande guarda-chuva (econômico, político, cultural, social). Eis uma tarefa para as/os historiadoras/es. Como aponta Tânia de Luca nos dois autores, a questão não se centra na falta de objetividade dos jornais e sim na advertência de lidar com prudência com este tipo de fonte devido a interesses das classes dominantes.²¹ Assim sendo a desconfiança para com esta fonte seguiu na abordagem histórica.

Diversos trabalhos se orientam em fontes jornalísticas como Emília Viotti da Costa, Fernando H. Cardoso, Tânia Regina de Luca e Maria Helena Rolim Capelato. O trabalho de Nelson Werneck Sodré trouxe a público a história da imprensa brasileira desde seus começos até os anos de 1960. A partir da década de 1970 a imprensa torna-se efetivamente objeto da pesquisa histórica. No recente contexto europeu a problematização dos jornais desenvolveu-se em parte devido estudos de Habermas sobre a ascensão da esfera pública burguesa na França e na Inglaterra a partir do século XVIII. Bakhtin é considerado um dos teóricos da linguagem e da literatura cujas idéias também se tornaram

¹⁹ FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das Ciências e história dos sistemas de pensamento.** Ditos e Escritos II, 2.ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2005. p. 91.

²⁰ Idem, p. 93.

²¹ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas.** São Paulo : Contexto, 2005. p. 116-117.

importantes para a cultura visual e para os gêneros dos discursos. Deleuze desenvolveu a idéia de que a linguagem é feita para obedecer e fazer obedecer. Este autor ao analisar o efeito da imprensa entende que os jornais e as notícias procedem por redundância ao dizerem o que é necessário pensar, reter, etc. Estes autores arrolados serão em parte aplicados posteriormente na investigação.²²

No Oeste do Paraná os cursos de jornalismo, de história e ciências sociais abriram o leque para investigação a partir do uso da imprensa enquanto fonte histórica e da historicidade dos meios de comunicação, principalmente dos impressos aqui produzidos.²³

Entre os estudos relativos a imprensa, literatura e violência perpetrada por mulheres destaco autores como Michael Soyka *Wenn Frauen Töten*, Josefina Ludmer *Mulheres que matam*, Rosemary de Oliveira Almeida em *Mulheres que matam: universo imaginário do crime feminino* e Cornelia Kun com a tese *Ende des Schreckens*. Esta última desenvolveu pesquisa sobre violência de mulheres na literatura holandesa. Cabe destacar que em relação aos trabalhos específicos sobre mulheres em situação de violência ressalto a preocupação de propor um trabalho historiográfico a luz de categorias e conceitos pouco presentes nestas análises tais como as relações de gênero, violência, violência de gênero nas notícias do Oeste do Paraná. Destaco também que entre as pesquisas acessadas ainda são poucos os trabalhos que pontuam significados para a violência de e contra mulheres e homens nas notícias.

Na lida com uma infinidade de notícias entendo que estas devam ser tratadas não apenas pelo que dizem, mas como dizem, como organizam os jornais, tamanho de letras e disposições, da localização das páginas policiais, da linguagem jornalística sobre a violência, a variedade de formatos, disposição das notícias, fotografias, organização de colunas, pelos conceitos/termos que utilizam, pelas zonas de silêncio/superfície ali estabelecidas. Nesta operação histórica atenta-se também para alguns métodos de estudo. Nesse sentido a Análise Crítica do Discurso (ACD) contribui para pensar o conjunto da produção das falas e imagens presentes nos meios de comunicação. A Análise Crítica do Discurso se

²² De Habermas utilizo a obra acima citada e de BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 e de DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs*. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 1 e 2. São Paulo : Ed. 34, 1995.

²³ Uma tentativa de historicizar a imprensa regional foi publicada recentemente por JAWSNICKER, Claudia. Memória da mídia impressa cascavelense. In: *Anais RedeAlcar*, São Luiz, 2006 e WILSEM, Ana P.; KUNZLER, Maria C. *Mídia e Memória*: estórias dos veículos de comunicação do município de Marechal Candido Rondon contada pelos seus protagonistas. Mal. C. Rondon: Germânica, 2006.

fundamenta nas relações entre linguagem e sociedade problematizando injustiças, opressões, desigualdades étnicas e de gênero, socioeconômicas, políticas e culturais.

Ao analisar os problemas e as mudanças através da linguagem, a ACD propõe a desconstrução dos textos examinando os aspectos lingüísticos, imagéticos com aspectos socioculturais. Dos autores a que recorro para estas contribuições cito Norman Fairclough, Carmem Rosa Caldas-Coulthard, M. B. M Fortkamp, Emília Ribeiro Pedro, Teun Van Dijk, Susana B. Funck e Nara Widholzer.

Ainda na materialidade dos impressos também atento para as imagens fotográficas apontando para possíveis interpretações. Das páginas amareladas, do tamanho e escolha das imagens, do uso do preto e branco aos meios digitais, os avanços tecnológicos marcam este tipo de fonte. Os jornais e as revistas usados na pesquisa são marcados pelo uso crescente de fotos e Sontag nos lembra que a imagem fotográfica possui uma ampla e naturalizada presença no imaginário social, o que lhe confere um poder raro e ambíguo capaz de suscitar impotência e agressão, tédio e fascínio. “O fotografo saqueia e também preserva, denuncia e consagra.”²⁴ Assim sendo a fotografia acolhe significados muito diferentes que segundo Miriam Moreira Leite “[...] interferem na codificação e nas possíveis decodificações da mensagem transmitida”.²⁵ Nas imagens analisadas, que são compostas essencialmente de fotografias, é notável que em relação à violência evidencia-se a tentativa de exposição da anormalidade²⁶ e da crueldade. A crueldade reside no caráter único e irremediável e inapelável desta realidade. Cruor deriva de *crudelis* (cruel) assim como *crudus* (cru, indigesto) significa a carne escorchada e ensangüentada. Em algumas imagens a pele é reduzida a

²⁴ Cito aqui esta autora devido suas contribuições nas reflexões sobre a violência e fotografia: SONTAG, S. **Sobre Fotografia**. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo : Companhia das Letras, 2004. Para a autora: “A necessidade de confirmar a realidade e de realçar a experiência por meio de fotos é um consumismo estético em que todos, hoje, estão viciados.” p. 34.

²⁵ LEITE, Miriam L. M.; FELDMAN-BIANCO, Bela. **Desafios da Imagem**: Fotografia, iconografia e vídeo nas Ciências Sociais. São Paulo : Papyrus, 1998, p. 40.

²⁶ Sobre a anormalidade e a violência perpetrada por mulheres utilizamos a obra de FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. São Paulo : Martins Fontes, 2001. Nesta obra o autor estuda casos de mulheres em situação de violência como da mulher de Sélestat, Henriette Cornier. As hermafroditas Marie Lemarcis e Anne Grandjean são consideradas como *monstros* sexuais. O conceito de anormalidade está presente em três figuras principais: os monstros que remetem as leis da natureza e às normas da sociedade; os incorrigíveis, de que cuidam os novos dispositivos de correção do corpo; os onanistas, que alimentam uma campanha, desde o século XVIII, para disciplinar a família. Essas três figuras remetem à periculosidade e indisciplina.

única realidade sangrenta e indigesta.²⁷ Em relação às mulheres corpos estendidos, ensangüentados e pendurados permeiam as imagens. Também se questiona o valor expositivo dos rostos nas fotografias de pessoas em situação de violência.²⁸ Este ato de captar pelas imagens o evento violento ou o suspeito de violência está, segundo Glenadel, na base do pensamento tecnocientífico e, portanto presente na fotografia. A cena da anormalidade e da crueldade como destinação contemporânea pode constituir-se também na moldura da investigação hermenêutica.

Na pretensão da produção de conhecimento a partir de discussões teóricas e de categorias como gênero, violência, violência de gênero, estigma, progresso, identificações, civilização me pauto também na hermenêutica para lidar com milhares de páginas soltas e com textos dispersos e fragmentados. O procedimento hermenêutico colabora para montar um imenso quebra-cabeça interpretativo embora sem fim. Porque discutir fragmentos e pormenores? Para Maria Odila Dias o “[...] interesse pelo particular, entretanto não restringe a amplitude do tema, pois focalizar as experiências de vida de homens e mulheres, ainda que de ângulos particularizados, significa um espriar de olhares sobre paisagens a perder de vista.”²⁹ Discernir os significados dos cacos e dos fragmentos também contribui para entender a prescrição de papéis normativos e produtores de desigualdades na sociedade. Para Maria Odila Dias, a hermenêutica dos pormenores significativos demandava a renuncia a pontos de apoio em teorias racionalizantes e aí a busca pelo indeterminado e indeterminante.³⁰

Considerando o recurso da violência como resistência, possível reveladora da opressão e sofrimento de muitas mulheres acredito que possam revelar sujeitos em trânsito na identificação. Embora a subjetivação como processo seja uma individuação pessoal ou coletiva, de um ou de vários, há também individuações nas linhas de fuga como as mulheres que protagonizam situações de violência. Como uma forma

²⁷ DIAS, Ângela Maria; GLENADEL, Paula (org.) **Estéticas da Crueldade**. Rio de Janeiro : Atlântica, 2004, p. 18-19.

²⁸ Para esta discussão incluímos contribuições de CORBIN, A. O Segredo do Indivíduo. In: PERROT, Michelle. **História da Vida Privada**. Vol. 4. São Paulo : Companhia das Letras, 1997, p. 429-434. Também recorremos ao estudo de Lombroso e Ferrero sobre a mulher criminosa e suas análises das imagens de mulheres do século XIX. LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. **Criminal Woman, the Prostitute and the Normal Woman**. London : Duke University Press, 2004. Lombroso (1835-1909) foi médico e criminólogo italiano e Ferrero (1871-1942) jornalista e historiador italiano.

²⁹ DIAS, Maria Odila Silva. Hermenêutica do Quotidiano na historiografia contemporânea. In: **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 17, nov. 1998, p. 257.

³⁰ Idem, p. 245.

de sobrevivência ou para coibir o sofrimento tornam-se transgressoras na relação com o entendimento das autoridades. Talvez aí esteja à atenção que os meios de comunicação operam ao noticiar violências cometidas por mulheres e contra mulheres. Esses atos informais e muitas vezes improvisados dependem da garimpagem da pesquisa a partir de indícios dos textos impressos. Ainda segundo Maria Odila Dias:

[...] não basta devar o preconceito, as opiniões que caracterizam e classificam esses momentos. A hermenêutica instiga à exploração dos pormenores no sentido de reconstituir o todo de seu movimento mesmo que dissonante do quadro geral da época em que se passa. Esse processo de pesquisa de vestígios depende da articulação de caminhos imprevisíveis para re-inventar o que se foi, de modo que seja novamente inteligível na contemporaneidade do historiador.³¹

Como entender a relação entre meios de comunicação e construção de sujeitos? Segundo Maria Odila Dias, os meios de comunicação difundem padrões normativos e valores homogeneizados que acabam sendo incorporados pelos consumidores de publicidade, imprensa e da televisão.³² Assim entende que é primeiramente pelas semelhanças que se deve tatear o que há de mais visível e mais universal. Os atos de violência cometidos pelas mulheres são publicados em quase todos os jornais e revistas e se assemelham em conteúdo e imagens. Aqui Foucault também é uma das referências ao entender a hermenêutica como “[...] o conjunto dos conhecimentos e técnicas que permitem fazer falar os signos e descobrir seus sentidos.”³³

A análise histórica do discurso não implica em buscar o pensamento de mulheres e homens em situações de violência, seus hábitos, modos de percepção e as suas influências, mas tomar o discurso em sua existência manifesta, “[...] como uma prática que obedece a regras e por isso não poderia ser escrita de outra forma.”³⁴ Foucault atenta para entender como a linguagem jornalística funciona, acontece e como o texto jornalístico vem a ser o que é articulado com os acontecimentos históricos.

³¹ Idem, p. 254.

³² Idem, p. 230.

³³ FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das Ciências e história dos sistemas de pensamento.** Ditos e Escritos II, 2.ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2005, p. 24.

³⁴ Idem, p. 146.

Desse modo, sentidos alastram-se para a politização do privado, para as relações de gênero e para a pluralidade de sujeitos e de subjetividades. Nas discussões da violência e relações de gênero implodem valores considerados como naturalizantes. Dessa maneira, a violência, cultura, público, privado, ciúmes, paixões procuram ser entendidos como históricos e múltiplos, ou seja, sem divisões binárias ou da existência de uma cultura para cada pessoa considerada mulher ou homem. Portanto, as vivências podem ser concebidas como fluidas e ambíguas e não mais fixas.

Para a compreensão das vivências, Foucault aponta a última característica da hermenêutica que é a interpretação circular, ou seja, ela é obrigada a interpretar a si mesma infinitamente. Para esse autor a interpretação não tem um fim e sem um ponto absoluto a partir do qual ela se julga e se decide. Também somos interpretados no momento em que interpretamos. Esta é uma das características da cultura ocidental contemporânea. “Daí há duas conseqüências importantes: a interpretação através do quem colocou a mesma e a segunda é de que a interpretação tem que interpretar a si mesma, e não pode deixar de retornar a si mesma.”³⁵

Na tentativa de atribuir sentidos aos lugares da fala sobre violência me apoio primeiramente na categoria gênero para uma análise histórica buscando trazer para o cenário historiográfico o jogo de relações de poder instituinte de práticas cotidianas. Com relação a isso historiadoras e historiadores contemporâneos têm observado a contribuição do feminismo ao questionar a lógica da identidade e as oposições binárias que construíram a interpretação masculina do mundo.³⁶

Também é importante ressaltar que o uso da categoria gênero percebida de forma relacional implica no entendimento de diferentes e fluidas identidades de gênero. Os usos da categoria mulher, mulheres e gênero assim como as demais categorias sobre as quais me apoio estão inscritas no movimento da história e, portanto podem auxiliar no entendimento de práticas da violência no Oeste do Paraná. Em meu estudo, os estigmas pautados na divisão sexual estão presentes e para tanto estas categorias colaboram nas análises, mas não podem universalizar e nem naturalizar as identificações de gênero pelas características físicas e anatômicas.

³⁵ Idem, p. 49.

³⁶ PEDRO, Joana. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. In: **Revista História**. São Paulo: Unesp, 2005, vol. 24 (1), p. 77-98.

Sobre esta discussão Joan Scott tem sido uma referência aos estudos acadêmicos para compreender as relações sociais e culturais entre os sexos que, segundo ela, põe a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas ele não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina a sexualidade. Entende também que “[...] gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado as relações de poder.”³⁷ Assim Scott articula gênero com a noção de poder e não estabelece fronteiras fixas entre mulheres e homens.

O movimento da história parecia ir além dessa compreensão do uso que se fazia de determinadas categorias embora ainda hoje possam ser úteis. A história movia-se mais depressa que as categorias mulher, mulheres e alguns estudos de gênero, então novos debates teóricos aflorados em parte de movimentos gays e lésbicos trouxeram questionamentos importantes sobre a diferença entre sexo e gênero. Entre os aportes de discussão recentes estão Thomas Laqueur e Judith Butler .

Com Laqueur reforça-se a historicidade das categorias sexo e gênero enquanto categorias explicativas e também históricas, ou seja, é uma linguagem que nasce de um processo histórico e, portanto permite que não nos tornemos prisioneiros dela. Historiador da medicina, Tomas Laqueur discute na obra *Inventando o Sexo: Corpo e Gênero dos gregos a Freud* a construção do sexo e depois seu quase aprisionamento pelo gênero. Pretendia com isso apontar que também o sexo continha uma historicidade, ou seja, não seria dado simplesmente pela natureza.³⁸

Este autor ressalta que no final do século XVIII, principalmente com os Iluministas a retórica sobre o corpo feminino e masculino muda.³⁹ No século XIX os naturalistas reforçam a diferença sexual. Anterior a esta divisão havia o registro de um único sexo que era o masculino. O autor versa sobre a criação do sexo e não do gênero. Procura mostrar “[...] que quase tudo o que se queira dizer sobre sexo – de qualquer forma que sexo seja compreendido – já contém em si uma reivindicação sobre o gênero.”⁴⁰ Entende que o sexo não pode ser apenas explicável

³⁷ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, n. 16, julho/dezembro, 1990, p. 7-14.

³⁸ Veja-se Joana Pedro no artigo acima citado, p. 11.

³⁹ LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro : Relume Dumara, 2001, p. 22.

⁴⁰ Idem, p. 23.

dentro do contexto da luta sobre gênero e poder. O sexo é uma criação daquilo que a sociedade determina e não um dado, uma essência.⁴¹

Ainda nesta perspectiva Judith Butler em seu livro: *Problemas de Gênero: feminismo e subversão de identidade* questiona a categoria gênero como interpretação cultural do sexo. A autora propõe analisar o sexo como resultado discursivo/cultural e não como algo constituído antes do discurso e da cultura. Em suas discussões Judith Butler aborda gênero como uma categoria temporária e performativa abrindo perspectiva para a desnaturalização das práticas de significação como, por exemplo, de que gênero está para a cultura e sexo está para a natureza. Seguindo a perspectiva de Foucault, Butler analisa o efeito discursivo de gênero e assim entende que o sexo é um efeito de gênero. Observa a autora que:

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica; tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos).⁴²

A partir destas discussões posso explicitar melhor o objeto desta pesquisa na História do Oeste do Paraná e que usos faço destes aportes sobre os discursos em torno das relações sociais e das relações de gênero. Os meios de comunicação escolhidos para o meu estudo sobre violência constituem as diferenças ao instituir e reforçar os gêneros? A violência perpetrada por mulheres pode naturalizar ainda mais os estigmas entre as pessoas? Os estigmas justificam o uso da violência como se fosse *a única linguagem que aquela gente entende*? Como a noção de gênero ao abranger as relações de poder e violência produz o efeito de um sexo pré-discursivo e oculta a própria operação da produção discursiva?

Ainda com relação ao uso de categorias históricas como violência, violência de gênero e violência doméstica estas podem se remeter tanto ao campo político, como ao jurídico e acadêmico. Em 1969, Hannah Arendt publicou seu estudo sobre violência. Seu trabalho

⁴¹ Idem, *ibidem*.

⁴² BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 25.

parecia ser tão corriqueiro e poucos teciam reflexões sobre o tema que parecia óbvio para todas e todos. A este respeito Arendt observava que:

Ninguém que se tenha dedicado a pensar a história e a política pode permanecer alheio ao enorme papel que a violência desempenhou nos negócios humanos, e, a primeira vista, é surpreendente que a violência tenha sido raramente escolhida como objeto de consideração especial. (Na última edição da Enciclopédia de Ciências Sociais, a violência nem sequer merece menção)⁴³

Dos escritos de Arendt até o século XXI inúmeros estudos tecem análises sobre a violência de toda a ordem. É notável que o conceito foi sendo construído em torno de vários significados.⁴⁴ Na Idade Média era concebido como pleno poder (latim *potestas*) e força (latim *vis* ou *virtus*) e estava relacionado ou a capacidade violenta de uma pessoa ou de uma tempestade. A partir do século XVI e XVII começa a se desenvolver o conceito contemporâneo, do latim *violentia*. *Violentia* abarcava a desobediência a lei como briga, extorsão, roubo, assalto com ou sem agressão, violação, rapto, abuso, injúria, disparates, valentia.⁴⁵

Porém a definição conceitual ainda teve vários desdobramentos e pode ser encontrada em dicionários escolares e especializados. Nesse sentido trago alguns exemplos. Alguns dicionários deixam poucas linhas para explicar o conceito, ou o constroem de formas diversas. O dicionário *The Oxford English Dictionary* (OED) traz uma explicação mais densa, mas oculta a legalidade do poder. Neste há o seguinte conteúdo:

1. a. The exercise of physical force so as to inflict injury on, or cause damage to, persons or property; action or conduct characterized by this; treatment or usage tending to cause bodily injury or forcibly interfering with personal freedom. [...] b. [...] to inflict harm or injury upon, to outrage or violate. [...] c. in weakened

⁴³ ARENDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro : Relume Dumará, 1994, p. 16

⁴⁴ No Dicionário de Conceitos Históricos e no Dicionário das Ciências Históricas observa-se a historicidade do conceito e suas diferentes formas bem como os avanços historiográficos. Para Arlete Farge atualmente nos preocupamos também com “[...] formas de violência ordinária e cotidiana, constitutivas das relações sociais, violências do dia-a-dia, ao mesmo tempo toleradas e insuportáveis e, cuja complexidade torna a história interessante.” p. 770.

⁴⁵ KUN, Cornelia. **Ende des Schreckens**, 2005. 303 p. Tese (Doutorado em Filosofia). Carl von Ossietzky Universitat, Oldenburg, p. 9.

sense: Improper treatment or use of a use of a word; wresting or perversion of a meaning or application; unauthorized alteration of working. d. Undue constraint applied to some natural process, habit, etc. So as to prevent its free development or exercise. Now used political contexts with varying degrees of appropriateness. [...] 2. a An instant or case of violent, injurious of severe treatment, a violent act or proceeding [...] 3. Force strength of physical action or natural agents, forcible, powerful or violent action or motion [...] 4. a. Great force or severity or vehemence, intensity of some condition or influence. b. intensity or excess of contrast [...] 5. Vehemence of personal feeling or action; great extreme ardour of fervour; also violent or passionate conduct or language: passion fury [...]

O dicionário não apenas expõe uma lista mais extensa de significados como constrói várias formas de violência: física, ilegítima, verbal. Para Kun há uma aproximação do conceito atual na língua inglesa com o significado do latim *violentia*.⁴⁷

No Brasil, o dicionário Aurélio reduz violência a quatro campos de significados: 1. *Qualidade do que é violento*; 2. *Ato violento*; 3. *Ato de violentar*; 4. *Jur. Constrangimento físico ou moral, uso da força, coação*. Embora o dicionário de língua inglesa seja mais extenso, com maior número de significações que o dicionário de língua portuguesa Aurélio ambos não distinguem a exemplo de Arendt poder e violência. Na visão de Hannah Arendt, o poder requer consenso de alguns a um curso de ação comum e sua desintegração enseja a violência. A violência destrói o poder e ao contrário do que acreditavam alguns marxianos-hegelianos esta não cria o poder. A violência não reconstrói no processo dialético o poder, mas o paralisa, aniquila. A autora caracteriza a violência como instrumental: “Posto que a violência – distintamente do poder [power], força [force] ou vigor [strenght] – sempre necessita de implementos [...]”⁴⁸

Em perspectiva próxima à de Arendt, Foucault entende que as relações estratégicas de poder são moveis, reversíveis e instáveis, mas elas existem se os sujeitos forem livres. “Se um dos dois estiver completamente à disposição do outro e se tornar sua coisa, um objeto

⁴⁶ Oxford English Dictionary. Oxford University Press, Oxford, 1989, p. 654.

⁴⁷ KUN, op. cit, p. 10.

⁴⁸ ARENDT, Hannah. **Sobre Violência**. Rio de Janeiro : Relume Dumara, 1994, p. 13.

sobre o qual ele possa exercer uma violência infinita e ilimitada, não haverá relações de poder.”⁴⁹ Na relação entre violência e poder Foucault acrescenta a possibilidade de resistência:

Mesmo quando a relação de poder é completamente desequilibrada, quando verdadeiramente se pode dizer que um tem todo o poder sobre o outro, um poder só se pode exercer sobre o outro à medida que ainda reste a esse último a possibilidade de resistência – de resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, de estratégias que invertem a situação- não haveria de forma alguma relações de poder.⁵⁰

Estes apontamentos de Arendt e Foucault sobre poder e violência abrem uma possibilidade de discussão para esta pesquisa e na pesquisa de autores sobre os quais me apoio. No Dicionário de Política entende-se violência como “[...] intervenção física de um indivíduo ou grupo (ou também contra si mesmo) contra outro indivíduo ou grupo.”⁵¹ A intervenção física deve ser voluntária e que tem por finalidade destruir, ofender, coagir. Na definição consta ainda que:

[...] Exerce violência quem tortura, fere ou mata; quem, não obstante a resistência imobiliza ou manipula o corpo de outro; quem impede materialmente o outro de cumprir determinada ação. Geralmente a violência é exercida contra a vontade da vítima. [...] ⁵²

Em termos descritivos a violência pode ser sinônimo de força. Assim como Hannah Arendt, os autores deste último dicionário distinguem violência da noção de poder. Consideram o poder a modificação da conduta individual ou grupo, dotada de um mínimo de

⁴⁹ FOUCAULT, M. A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade. In: MOTTA, M B. da (org.). **Coleção Ditos e Escritos V**. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2004, p. 276.

⁵⁰ Idem, p. 277. A definição de Weber em relação à violência e poder difere de Arendt e Foucault. Para Weber, poder significa toda a oportunidade, no interior de uma relação social, de impor sua própria vontade até mesmo contra resistências, independentemente do que tal oportunidade repouse. WEBER, M. **Wirtschaft und Gesellschaft**. Grundriss der verstehenden Soziologie. 5. Auflage. Tübingen : Johannes Winkelmann, 1980, p. 28.

⁵¹ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, N., PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 12 ed. Brasília: UnB, 2004, p. 1292.

⁵² Idem, *ibidem*.

vontade própria. Já no caso da violência entendem ser a alteração danosa do estado físico de indivíduos ou grupos.⁵³

Também Chauí ao consultar um dicionário da língua portuguesa observou que verbos como violentar, o adjetivo violento e o substantivo violência deriva da mesma palavra latina *vis*, que significa a força exercida contra alguém. No plural *vis* designa os órgãos sexuais do homem e as forças militares. Os verbetes formam um conjunto de significados relacionados entre si, formando um campo sentido no uso da força contra a liberdade. A autora advoga que o dicionário opõe violência ao direito e a justiça, pressupondo que estes seriam naturais e, portanto a violência é um ato contrário a natureza. Assim Chauí defende a tese de que o direito e a justiça são regras, normas e leis que instituem um modo de ser das pessoas em sociedade. Esta sociedade as cria para regular a vida social de seus membros, “[...] tornando-se para eles como que uma segunda natureza por meio dos costumes pelos quais interiorizam regras e normas, e, portanto, violência é agir contra essa segunda natureza ou contra a vida social.⁵⁴ Desse modo a violência aparece no dicionário como transgressão e como violação.”

Chauí estende sua análise ao sentido afirmativo do plural *vis* para a força sexual dos homens e negativa quando essa força sexual se volta contra as mulheres exemplificado nos estupros. Ainda na origem da palavra *vis* a violência remete as forças militares e segundo a autora por extensão a força policial, isto é, ao uso das armas como forma de relação entre as pessoas.⁵⁵ Percebe-se aí também uma associação entre a violência e a masculinidade.

Para Chauí, o dicionário constrói a violência como brutalidade, abusiva em ambiente de opressão e medo. Também aparece como forma de comportamento e de sentimento, ou seja, como paixão incontrolável, como ação de uma pessoa fora de si e daí perigosa. Em resumo, a autora observa que a violência aparece como ausência de medida, como a perda de limites e fronteiras e por isso devasta a natureza, o corpo, o espírito e a sociedade. Para Chauí determinadas medidas e limites estão relacionados a julgamentos daquilo que consideramos violento ou não:

Quando nos colocamos na perspectiva do *métron*, isto é, da medida ou da avaliação, estamos saindo da esfera da

⁵³ Idem, *ibidem*.

⁵⁴ CHAUI, Marilena. **Simulacro e Poder**: uma análise da mídia. São Paulo : Perseu Abramo, 2006. p. 118.

⁵⁵ Idem, p. 118.

natureza enquanto algo dado ou enquanto fato bruto para nos situarmos no interior da esfera da cultura, entendida como o modo de uma sociedade interpretar a realidade por meio de símbolos e valores pelos quais passa a medir e a diferenciar o justo e o injusto, o verdadeiro e o falso, o bem e o mal, o belo e o feio, o vício e a virtude, o possível e o impossível, o necessário e o contingente, o essencial e o acidental, o legítimo e o ilegítimo, o legal e o ilegal, o prazer e a dor.⁵⁶

Entende então que sob o olhar da desmedida e da questão social e cultural a violência relaciona-se a noção de margem e o problema então consiste em saber onde está a margem que separa violência da não-violência. Neste problema aponta para os múltiplos e diferentes sentidos e critérios para definir a margem do legal e ilegal, do injusto e justo e na própria identificação da violência com a força.⁵⁷

Os vários dicionários aqui expostos consideram então que na cultura ocidental a violência consiste em um ato de transgressão pelo uso da força pelo qual grupos ou indivíduo são tratados como coisa ou objetos. No Brasil, Chauí observa a tendência da construção da não-violência e então a violência é considerada acidental e passageira e pode ser afastada. Essa construção estaria permeada pela idéia de que os brasileiros não são violentos e se há violência esta seria praticada por pessoas que não fazem parte da nação brasileira embora aqui estivesse vivendo e aqui tenham nascido. Produz-se uma imagem de um *nós* contra um *eles* que coloca estes últimos fora da nação.⁵⁸ Estas prerrogativas estão presentes em jornais como *O Paraná* e *Frenteira do Iguazu* ao destacar a violência de homens e mulheres paraguaias residentes no Brasil.

Para isso também corroborava o procedimento judiciário cuja violência era localizada no crime apenas contra a propriedade: o roubo, furto, homicídio e latrocínio. Chauí observa que a ação dos movimentos sociais fez com que se incorporasse na Constituição de 1988 como crimes a tortura, espancamento, a discriminação racial e sexual. Porém, a mídia e muitos juristas continuam perpassando a idéia de que a violência está no ato do bandido. Para Chauí, se a violência continua no bandido, esta conservará a separação entre *nós* e *eles*. Quando a violência é reduzida à violação da propriedade privada, os pobres

⁵⁶ Idem, p. 119.

⁵⁷ Idem, p. 120.

⁵⁸ Idem, p. 125.

tenderão a ser *eles* na sua condição assustadora de *monstros*. *Eles* também são aqueles que na incapacidade de adaptarem-se as regras da vida social moderna e urbana tornam-se pessoas violentas.

A imprensa pesquisada também destaca os crimes cometidos pelos trabalhadores rurais como sintoma de atraso. Desta forma repassa a idéia de que os violentos são os atrasados, ignorantes, incompetentes, preferencialmente migrantes saídos do mundo rural e que perturbam a ordem social moderna, racional e não-violenta. Assim, o discurso do progresso assinala que este se encarregará de integrar os bons e eliminar os maus. Este progresso também reforça a virilidade masculina e a fragilidade feminina e assim os atos de violência contra as mulheres são atenuados senão naturalizados. Os atos violentos praticados pelas mulheres são crimes contra a suposta natureza frágil e são consideradas irresponsáveis e muitas vezes monstros embora não sejam consideradas violentas por “natureza”.⁵⁹

Em estudo especializado sobre violência e agressão contra mulheres Miriam Pillar Grossi aborda a historicidade da categoria violência contra a mulher. Esta categoria teve seus começos no senso comum em meados dos anos de 1970 sendo parte de mobilizações feministas contra o assassinato de mulheres em nome do amor e da defesa da honra. Nos anos 80 ampliam-se a perspectiva da violência para os maus tratos e espancamentos. A visibilidade desta violência suscitou a criação de Delegacias Especiais de Atendimento a Mulheres. Nestas delegacias considera-se violência contra a mulher todo e qualquer ato agressivo que conste num Boletim Médico Legal, ou seja, assassinatos, espancamentos e lesões. A violência psicológica carece de consenso e classificação no Brasil. Pelo fato de grande parte das queixas registradas nas delegacias serem de violência no âmbito privado e conjugal usa-se violência contra mulher como sinônimo de violência doméstica.⁶⁰

Neste estudo utilizo também o termo violência contra a mulher, pois conforme Grossi tem uma acepção mais vasta e que permite tratar atos violentos no interior da conjugalidade. Mas de muita importância é a categoria violência de gênero que nesta pesquisa pode ser útil para dar conta de violência sofrida e perpetrada por homens e mulheres. A especificidade desta categoria focaliza-se nos conflitos de gênero, pois conforme Machado e Magalhães embora qualquer violência

⁵⁹ Idem, p. 123.

⁶⁰ GROSSI, Miriam P. Rimando Amor e Dor: reflexões sobre violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana M; Grossi, Miriam P. (org.). **Masculino Feminino Plural**. Florianópolis : Editora Mulheres, 1998, p. 296.

seja transversal a questão de gênero o sentido central do conflito refere-se à construção do gênero.⁶¹ Nesta categoria classificam-se formas de violências que podem ser perpetrados por homens contra homens e mulheres, por mulheres contra homens e por mulheres contra mulheres e não só entre heterossexuais, mas entre homossexuais e bissexuais. Também farei uso do termo situação de violência para as notícias nas quais há ou não revide.

Autoras nas quais me apoio como Miriam Grossi e Maria Filomena Gregori questionam a violência como uma característica masculina mesmo quando praticada por mulheres, pois se essencializa a violência ao tomar como universal os papéis assumidos por homens e mulheres e a noção de subordinação das mulheres e de dominação dos homens. Também para entender a violência nas relações conjugais torna-se importante analisar as complexas relações afetivas e emocionais entre as pessoas descentrando a violência do pólo masculino. Isso permite ver que muitas mulheres são co-participantes em situações de violência. Neste sentido, teorias discutem os canais de comunicação entre um casal. Entre elas está o ciclo da violência doméstica. Esta teoria foi desenvolvida por assistentes sociais anglo-americanas. Segundo essa teoria, ocorre na vida conjugal a divisão circular do poder. A situação de vítima para mulher permite que ela tenha mais poder durante um determinado período. Esse poder temporário é estimulado por vários agentes sociais como amigos, assistentes sociais e parentes. Com a promessa do marido em recuperar-se o casal passa pela fase dita *lua de mel*. Mas com o decorrer do tempo o homem vai recuperando o poder no cotidiano doméstico até outra crise conjugal.⁶²

Grossi aponta para a compreensão da violência nas relações afetivas/sexuais enquanto um jogo a ser vivido a dois, um teatro a ser encenado por cada casal e que comporta regras, nem sempre conscientes, a que se submetem os parceiros. O casamento parece estar fundado no amor e não na dor, mas a entrega de Cristo parece traduzir para as mulheres a entrega ao sofrimento e doação. Aí também está a validade da violência simbólica da cumplicidade.⁶³

No Brasil, o modelo ideal de relações entre homens e mulheres segue em parte o modelo de moralidade marcado por noções

⁶¹ MACHADO, Lia Zanotta; MAGALHÃES, Maria T. B. de. Violência Conjugal: os espelhos e as marcas. In: SUÁREZ, M; BANDEIRA, L. (orgs.) **Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal**. Brasília : UnB, 1999, p. 234.

⁶² GROSSI. Op. cit, p. 305.

⁶³ Idem p, 305 – 307.

de honra para os homens e de vergonha para as mulheres, modelo também associado à dicotomia público/privado. No entanto com o desenvolvimento da modernização/globalização e da crescente independência emocional e econômica das mulheres, as relações de gênero abalam os princípios tradicionais do casamento o que pode ter suscitado o aumento da violência contra mulheres.⁶⁴

Também me apoio nas proposições postas por Teresa de Lauretis que pensa gênero como representação e auto-representação articulado à sexualidade. Para a autora as relações de gênero são construídas a partir de tecnologias sociais como a imprensa, discursos, práticas da vida cotidiana, imagens, saberes, críticas, senso comum e artes. Para Lauretis não resta dúvida de que a linguagem é um dos aparatos sociais universalmente mais influente. Ao se referir ao cinema entende que [...] há “linguagens”, práticas de linguagem e aparatos discursivos que produzem sentidos e há diferentes modos de produção semiótica, maneiras pelas quais se investe esforço na produção de signos e significados.⁶⁵ Em minha pesquisa, a imprensa enquanto uma tecnologia social recorre muitas vezes ao uso da linguagem do senso comum para construção do crime, da violência e de vítimas. Isso acontece principalmente em relação às mulheres pobres, pois a imprensa repete continuamente determinadas palavras como *cocotinha*, *sem-vergonha*, *mundanas*, *fulanas*, e *amásias*. Para os homens pobres fala-se de *elementos* e *larápios* e em comum para todos e todas o sobrenome *de tal* (Pedro de tal, Teresa de tal).

Para Deleuze, o senso comum supõe uma função, uma faculdade de identificação, que relaciona “[...] qualquer diversidade com a forma do Mesmo.”⁶⁶ O senso comum identifica e reconhece uma unidade capaz de dizer Eu. “[...] é um só e mesmo eu que percebe, imagina, sabe etc.⁶⁷ Assim a linguagem não parece possível fora desse sujeito. A diversidade e a alteridade são subsumidas devido a essa forma individualizada de mundo. É o mesmo objeto e o mesmo mundo que percebo. Então a linguagem não parece possível fora destas identificações.⁶⁸ Dessa forma, o senso comum identifica e reconhece o que acaba sendo veiculado pela mídia. Remetendo-me às imagens dos jornais e das revistas é possível perceber que o uso do senso comum é

⁶⁴ Idem p. 312.

⁶⁵ LAURETIS, Teresa. Através do espelho: mulher, cinema e linguagem. In: **Revista Estudos Feministas**. 1993. p. 116-118.

⁶⁶ DELEUZE, Gilles. **Lógica do Sentido**. São Paulo : Perspectiva, 2003, p. 80.

⁶⁷ Idem, ibidem.

⁶⁸ Idem, p. 80-81.

um meio utilizado para estigmatizar pessoas através das práticas da violência de gênero. O estigma é aqui utilizado no sentido proposto por Goffman:

Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor – uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que deveria ser evitada principalmente em lugares públicos.⁶⁹

O estigma está relacionado a uma depreciação do corpo de homens e mulheres. Nas páginas policiais dos meios de comunicação pesquisados são expressos signos de identificação. Existem características estáveis do corpo de mulheres e homens como a idade das mulheres em situações de violência e a condição social. Esses signos transmitem uma informação social.⁷⁰ Normalmente as mulheres estão entre os 30 e 50 anos e não seguem os padrões de beleza dominantes no período. Para os homens as imagens são idênticas.

Segundo Goffman, a informação social ocorre sobre as características mais ou menos permanentes de um indivíduo, porém observa que:

[...] em oposição a estados de espírito, sentimentos ou intenções que ele poderia ter em certo momento. Essa informação, assim como o signo que a transmite, é reflexiva e corporificada, ou seja, é transmitida pela própria pessoa a quem se refere, através da expressão corporal na presença imediata daqueles que a recebem. [...].⁷¹

Como já apontei anteriormente o que fica perceptível nas imagens é a frontalidade das criminosas e dos criminosos e que por sua vez buscam caracterizar os traços físicos do rosto, a condição social, o gênero e às vezes uma identificação étnica. Nos impressos também

⁶⁹ GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. São Paulo : LTC, 1998, p. 11.

⁷⁰ Idem, p. 13.

⁷¹ Idem, p. 52-53.

encontramos a padronização de condutas como, por exemplo, a categoria de esposa, filha e jovem casal. Exemplos dos enunciados e do texto articulam essa padronização como a esposa que traiu, ou a filha que fugiu. Isso retira a condição de indivíduo, assim como ser nominado como *Teresa de tal*, ou *João de tal*.

Na mídia regional, a rede de informações é ampla por parte dos leitores, leitoras e ouvintes, ou seja, as pessoas se conhecem ou já ouviram falar de determinadas pessoas que são destacadas nos impressos falados e escritos. Quando a questão envolve agressão e violência, os termos fama e má-reputação implicam que a massa de cidadãos deve possuir uma imagem do indivíduo. A mídia tem papel central por tornar possível que uma pessoa privada seja transformada em figura pública.

Para Goffman, a imagem pública será diversa da imagem que o indivíduo projeta através do tato direto com aqueles que o conhecem pessoalmente. A imagem pública é construída a partir da seleção de fatos que podem ser verdadeiros, mas se expandem até adquirir uma aparência dramática e digna de atenção e posteriormente utilizada como um retrato global. O fato de ser recebido como alguém que não é mais o que era encontra-se reduzida pelas demandas dos meios de comunicação. Isso pode ocorrer com um fato acidental e rápido que expõe a pessoa à identificação pública sem lhe dar nenhum direito que compense os atributos desejados.⁷² Os exemplos estão relacionados às mulheres que cometeram algum tipo de violência. Pois é muito comum associar o fato a ordem normativa, ou seja, a vida pacata e simples do jovem casal. Neste impresso que segue vê-se um caso de violência conjugal:

Acredita-se que este deve ter havido motivos profundos para que E. agisse como agiu, de uma maneira tão violenta e bárbara. Há quem acredita que o motivo do crime tenha sido ciúmes de sua esposa. Pelo depoimento que deverá conceder hoje, certamente o véu de mistério será levantado e se tornará conhecimento dos motivos que levaram a destruição de um jovem casal que era conhecido pela vida pacata e simples que levava.⁷³

⁷² Idem, p. 82.

⁷³ **Rádio Difusora**. Frente Ampla de Notícias. v. 01, 14/11/66 a 28/02/1967.

A condição apontada pelas notícias para a vida social na região Oeste do Paraná é o progresso, ordem e estabilidade nas relações familiares e sociais. Goffman entende que as pessoas compartilhem um conjunto de expectativas normativas, sendo as normas sustentadas, em parte, porque foram incorporadas. Quando determinadas regras padronizadas são quebradas surgem medidas restauradoras como a atuação dos meios de comunicação e do judiciário. O indivíduo não tem controle imediato sobre o nível em que se apóia a norma. Isso é perceptível em depoimentos que associam a marginalidade social e o grau de escolarização de uma mulher agredida. Em matéria produzida pelo jornal *Alento* consta manifesto de um médico à região oestina: “[...] A Maria necessita, dada a sua primitividade, ao seu analfabetismo, as suas perturbações mentais, de um advogado ou procurador para defendê-la.” O médico aparece em foto central com os filhos como “pai exemplar”. Ele é acusado por um jornalista de agressão a Maria.⁷⁴

Goffman lembra que pessoas como prisioneiros e prisioneiras, criminosas e criminosos, prostitutas e homossexuais são percebidas mediante a ordem dominante como incapazes de usar as oportunidades disponíveis para o progresso nos vários caminhos aprovados pela sociedade; mostram um desrespeito evidente por seus superiores quer seja por valores, aparência física, comportamentos e, sobretudo sobram defeitos nos esquemas motivacionais da sociedade. Minorias, mulheres pobres e criminosas provavelmente se vêem como indivíduos estigmatizados, inseguros sobre a recepção que os espera na interação com os demais indivíduos, pois quase todos estão submetidos a manter relações sociais onde se supõe que prevaleça um tratamento cortês, uniformes baseadas num ideal virtual de classe média.⁷⁵

Percebe-se a existência desse ideal virtual civilizatório de classe média e das elites nas notícias do Oeste do Paraná, pois existia e existe uma ênfase em enaltecer os municípios através da imagem de cidades progressistas, associadas ao caráter ordeiro, harmônico, pacífico e trabalhador de seus habitantes. Com o crescimento demográfico, a urbanização e modernização advinda dos grandes centros também aumentam as tensões no cotidiano da cidade e nas áreas rurais. Violências e agressões ocultas ou divulgadas perpassavam as relações de gênero e que nos são percebidas em notícias. Entretanto, comportamentos vistos como desviantes da ordem instituída poderiam

⁷⁴ **O Alento**. n.5, 13 a 18 de setembro de 1979, p. 15. Esta notícia será analisada no capítulo II.

⁷⁵ GOFFMAN, *op. cit.*, p. 155-157.

destruir o esforço de construção das imagens e da retórica das belas, ordeiras e civilizadas cidades do interior do Paraná. A tarefa envolvia uma multiplicidade de instituições sendo que os meios de comunicação e os grupos da elite encarregaram-se de elaborar e reproduzir via práticas discursivas às regras de convívio social. Mas nas fissuras outros sujeitos aparecem inesperadamente em atos considerados bárbaros e que não escapam as notícias, pois devem ser espetaculares. Mesmo assim nestas brechas e pela violência eles e elas revelam a contradição do mundo ordeiro.

Nesta pesquisa organizo o texto em três partes. No primeiro capítulo apresento aspectos da formação histórica e da construção da identificação espacial com determinado modelo de progresso e civilização bem como breve história da mídia regional. Neste capítulo embrenho-me nos discursos que constroem algumas distinções sociais entre as pessoas estabelecidas e daquelas que chegavam para “desbravar” a região. Posteriormente novas e velhas distinções sociais são construídas pelas posições sociais, econômicas, étnicas, de gênero e limpeza. Para esta análise apoio-me primeiramente no de civilização tomando de empréstimo algumas reflexões de Norbert Elias em obras como *O Processo Civilizador* e *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Elias utiliza este conceito, no sentido teórico e social, como uma imposição de controles externos e especialmente internos em relação a manifestações emocionais, inclusive irrupções de violência. Neste capítulo voltei um pouco no tempo para verificar como os jogos de produção da verdade foram manipulados nos discursos dos meios de comunicação cujas estratégias de controle deveriam atingir as mulheres, a família, a maternidade, os trabalhadores, as relações de gênero e formas de violência. As distinções sociais são também operadas por dentro do gênero e destarte as diferenças sutis sobre o modo como os corpos são lidos “vão até o fundo”⁷⁶ quando analiso as situações de violência. Na escritura deste texto concordo com Dhoquais ao afirmar que “A mulher passa a ser uma espécie de base sobre a qual se assenta a paz social.”⁷⁷

Num segundo momento detenho-me na mídia impressa e falada analisando discursos de autoridades (jornalistas, juiz, agentes de polícia e médico), nas questões de violência de gênero. Um dos focos de análise

⁷⁶ NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis : Editora da UFSC, ano 8, n.2, 2000, p. 30.

⁷⁷ DHOQUAIS, R. O Direito do Trabalho e o corpo da mulher (França: séculos XIX e XX). In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel. **O Corpo Feminino em Debate**. São Paulo: UNESP, 2003, p. 47.

pauta-se nas notícias sobre o feminismo, movimento de mulheres na região, a violência contra as mulheres e o caso Doca Street e Ângela Diniz. Os atos de Doca Street tornaram-se um caso de repercussão internacional e regional que também permeou por alguns anos as notícias na região. A partir dos focos escolhidos procuro analisar a possibilidade de algumas mudanças na apropriação dos discursos sobre a violência nas relações de gênero. Embora não pretenda discutir a atuação judiciária é Pierre Bourdieu que nos chama para apreensão da relação entre o trabalho de juízes, da polícia e da imprensa. Para ele, a imprensa pode provocar um curto-circuito nas hierarquias internas. Assim tece algumas considerações:

O que pode ser muito bom, em certos casos, mas que pode também por em perigo um estado, conquistado com dificuldade, de racionalidade coletiva; ou, mais precisamente, pôr em discussão aquisições certas e garantidas pelo universo jurídico capaz de opor sua lógica própria às intuições do senso da justiça, do senso comum jurídico, freqüentemente vítima das aparências ou das paixões. Tem-se a impressão de que a pressão dos jornalistas exprimam eles suas visões ou seus valores próprios, ou pretendam, com toda a boa-fé, fazer-se os porta-vozes da “emoção popular” ou da “opinião pública”, orienta por vezes muito fortemente o trabalho dos juízes. E alguns falam de uma verdadeira transferência do poder de julgar.⁷⁸

Observa o autor também que a mídia é capaz de convencer a reconstituir uma lógica da vingança contra a lógica jurídica devido à distância que mantém da reflexão. Ainda neste capítulo apresento alguns casos destacados pela imprensa envolvendo tramas de mulheres, policiais e um médico. Trabalhos neste sentido encontram expressividade em Sandra Gayol. Seguem também leituras em Eva Blay, Michel Soyka, Eva Gavron, Mireya Suarez e Lourdes Bandeira.

No terceiro capítulo analiso representações de mulheres que assombam a história com seus atos de “desvios” como crimes contra crianças, mulheres e homens. Na prática de atos violentos exercidos por mulheres, os meios de comunicação frequentemente as teatralizam como descumpridoras de seus papéis familiares na relação com os homens. O

⁷⁸ BOURDIEU, Pierre. **Sobre Televisão**. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1997, p. 81-82.

desvio desta relação é marcado pela violência física e pela violência simbólica.

Nesta pesquisa sobre a violência exercida por mulheres parte das notícias ainda centra-se na imagem fixa de que são os homens violentos e as mulheres quase sempre as vítimas. Assim dá-se continuidade as expectativas sociais e individuais correspondentes ao modelo de masculinidade como força e da feminilidade como docilidade. A maternidade liga-se a bondade, imagem esta reforçada pelos misóginos em relação ao modelo mariano. A análise de atos violentos de mulheres pode romper com relações socialmente construídas há muito tempo? Parto então do pressuposto de que estudos nesta área nos trazem indícios da atuação de mulheres e homens na violência e de que esta não é intrínseca ao ser humano e sim cultural. A violência como sugestiona Peter Burke tem uma história cultural, pois tem sido vista como irrupção de um vulcão ou expressão dos impulsos humanos. A proposta de Burke indica também uma leitura das mensagens enviadas pelas violentas e violentos revelando o significado do sem significado e as regras que governam seu emprego.⁷⁹ Por tatear pela cultura parto da visibilidade de “desvio” feminino posto na literatura para culminar com casos noticiados de mulheres protagonistas de violência no Oeste do Paraná.

Estes são os começos da empreitada para entender a história como movimento. Isto pressupõe que a pesquisa e todas as ferramentas escolhidas também o são. Assim as escolhas podem me ajudar na formulação de perguntas e a melhorá-las na busca por algumas respostas. Pretendo apresentar significações para os atos de violência em notícias e suas imbricações com o poder quer seja nas visibilidades ou nos silêncios da história. Para os começos da pesquisa acredito que princípios como a igualdade de gênero entrava algumas lutas contra formas de sofrimento e de violência e tentativas de discussão tornam-se um exercício de democracia, pois temos a chance de nos reunir e discutir nossas vidas.

⁷⁹ BURKE, Peter. **O que é História Cultural**. Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 139.

CAPÍTULO I

CIVILIZAÇÃO, PROGRESSO, VIOLÊNCIA E RELAÇÕES DE GÊNERO NAS NOTÍCIAS

1 Civilização e progresso nas notícias

Para muitas cidades e espaços territoriais pequenos como os municípios de Toledo, Cascavel e Marechal Cândido Rondon, o processo histórico e espacial apresenta semelhanças em vários aspectos. Começo pela geomorfologia, destacando o clima, relevo e solo, pois a disposição destes recursos naturais atraiu interesses diversos na geração de riquezas, contribuindo para o chamamento de grupos de migrantes considerados desejáveis, ou seja, principalmente de descendentes de imigrantes europeus.



Ilustração 1: Mapa do Estado do Paraná

Fonte: <http://webcarta.net/carta/mapa.php?id=235&lg=pt>

Até meados do século XX, esse território era habitado por outros grupos humanos, dentre os quais se destacavam povos indígenas. O desejo de constituir fronteiras com o Paraguai e a Argentina criou

políticas públicas e privadas para novas ocupações, sendo estas políticas denominadas de empreendimentos colonizatórios. Com as ocupações criavam-se distinções sociais entre os estabelecidos e os migrantes que ali chegavam como colonos.

As primeiras tentativas na construção destas distinções em Marechal Cândido Rondon e Toledo foram desenvolvidas pelos empreendimentos colonizatórios da Empresa Maripá, no começo do século XX, uma vez que os sócios desta empresa pretendiam homogeneizar a população através da ocupação da terra por descendentes de imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos. Em comparação com outras localidades percebe-se esta pretensa homogeneização, como exemplo pode-se citar a cidade de Cascavel, na qual os agrupamentos humanos vindos de outras regiões do Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina e, posteriormente, de outros estados do Brasil eram etnicamente mais diversos, visto que eram compostos por descendentes de poloneses, ucranianos, italianos, alemães e caboclos⁸⁰. Segundo a historiografia local, o modelo não sistemático de colonização cascavelense possibilitou a entrada de jagunços e posseiros na disputa das terras⁸¹. Para Piaia, no município cascavelense não havia restrições ou controle das ocupações, e as populações que ali chegavam faziam uso de terras até consolidarem sua posse. Os conflitos daí oriundos entre posseiros, jagunços e proprietários de terras caracterizaram Cascavel, nos anos de 1950, segundo pesquisas de Piaia e Jaswicker⁸², como um dos municípios mais violentos do Brasil.

Para uma discussão preliminar, interessa perceber como foram sendo construídas algumas imagens nos meios de comunicação acerca da região e de suas gentes. Os discursos presentes na realidade local estavam permeados por palavras como “progresso” e “civilização” como sinônimos de branca em contraposição ao “atraso” e “barbárie”

⁸⁰ Sobre a criação do caboclo, reporto-me à análise de Marcon sobre o Oeste de Santa Catarina. O caboclo é pensado com base nos costumes, valores, crenças e modos de vida. Além da nomenclatura étnica, ou seja, da miscigenação indígena, luso-brasileira, bandeirante e castelhana, o caboclo é associado à agricultura de subsistência, assalariamento e pobreza. In: MARCON, Telmo. **Memória, História e Cultura**. Chapecó: Argos, 2003.

⁸¹ SPERANÇA, Alceu. **Cascavel: a história**. Curitiba: Lagarto, 1992. Estudo recente encontrado em PIAIA, Wander. **A Ocupação do Oeste Paranaense e a Formação de Cascavel**. Niterói: UFF, 2004. (Tese).

⁸² PIAIA, Wander. **A Ocupação do Oeste Paranaense e a Formação de Cascavel**. 2004. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói. JAWSNICKER, Claudia. Memória da mídia impressa cascavelense. In: **Revista PJ:BR Jornalismo Brasileiro**. São Paulo: USP, n. 7, segundo semestre, 2006.

dos estabelecidos indígenas, paraguaios e outros grupos étnicos. Assim, o conflito com o “outro” era algo naturalizado, mas não entre os seus semelhantes. Um dos exemplos ainda memorável na história cascavelense é o rapto de uma menina branca por um indígena. O fato está elencado no filme *A Saga: da terra vermelha brotou sangue*⁸³.

Em relação aos processos civilizadores e às relações construídas entre os estabelecidos e os “outsiders”, destacam-se os estudos de Elias e Scotson.⁸⁴ Para Elias, a civilização é entendida como a construção de controles das pulsões emocionais, físicas e costumes, sendo que o conceito ainda poderia se referir a fatos políticos, sociais e econômicos. Ademais, para esse autor, o processo é dinâmico, não estático e nem conclusivo, como acreditavam os europeus nos séculos passados. Na Europa, o sentimento de porta-vozes de um modelo acabado serviu para a dominação de povos de outros continentes.⁸⁵

Nesta pesquisa, adota-se nos meios de comunicação a palavra civilização na acepção posta por Elias, ou seja, como controles externos e internos das pulsões, incluindo o desenvolvimento das técnicas, de conhecimentos científicos, costumes, ideias religiosas e visões de mundo. Esses fatores traziam à tona a imagem que muitos oestinos nutriam sobre si mesmos. Ainda acrescenta-se a esta acepção de civilização de Elias a questão da limpeza. *Higiene é o grande problema* é um dos títulos em cujo texto perpassa a ideia de que deve haver *condições mínimas de cidade civilizada*⁸⁶. A higiene está vinculada aos usos dos espaços físicos e ao progresso e, neste contexto, o alvo são pessoas consideradas desocupadas, como os mendigos, desempregados,

⁸³ O filme foi produzido em 1999, na cidade de Cascavel, sob a direção de Manaas Aristides e resume-se na epopeia do desbravamento pelos chamados pioneiros. O filme também foi transformado em uma minissérie.

⁸⁴ Elias e Scotson referem-se às fronteiras entre grupos humanos construídas na comunidade de Winston Parva. Os estabelecidos não tinham diferenças sociais, nem étnicas ou religiosas ou qualquer outra diferença para com o grupo (*outsiders*) recentemente migrado para esta comunidade, mas mesmo assim são criadas estigmatizações. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Establierte um Aussenseiter**. Frankfurt (Main): Suhrkamp Verlag, 2002, p. 7.

⁸⁵ ELIAS, Norbert. **Über den Prozeß der Zivilization**. Soziogenetische und psychogenetische Untersuchungen. Bd. 1: Wandlungen des Verhaltens in den weltlichen Oberschichten des Abendlandes. 20 Aufl. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997, p. 89.

⁸⁶ **Diário do Oeste**, n. 364, 16 de abril de 1967, p.3. Para as mulheres pobres há uma campanha de higienização organizada pela Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI) e Legião Brasileira de Assistência (LBA): “Inicialmente as mulheres chegavam à sede em estado muito precário. Hoje (...) vêm limpas, caprichosas (...)” **O Alento** nas edições: 13/09 a 18/10 de 1979 e 08/11, 30/11 a 06/12 de 1979. Em relação às prostitutas, discursa-se sobre a impureza moral e física (doenças) presente nos seguintes textos: *Sífilis; Sífilis: 70 % das prostitutas estão doentes*. Edições n. 37 e 38 de 1977.

mães pobres e prostitutas, cujas presenças são visíveis nos seguintes títulos: *Fiscalização de higiene vai vistoriar rodoviária, povo limpo é povo culto e povo limpo é povo desenvolvido*⁸⁷. Para Corbin, os odores também constroem distinções sociais:

Ressaltar a fetidez das classes laboriosas e acentuar com isso o risco de infecção que sua simples presença comporta contribui para manter este terror justificatório em que a burguesia compraz e que canaliza a expressão de seus remorsos. Encontra-se assim induzida uma estratégia higienista que assimila simbolicamente a desinfecção à submissão.⁸⁸

A limpeza expressa em notícias ressaltava o sentimento de superioridade das elites sobre as pessoas consideradas inferiores nas cidades, passando posteriormente dos centros urbanos para os espaços rurais com vistas à legitimação do modelo de civilidade. Burke alerta que a sujeira representa aos olhos do observador uma forma de desordem, ou seja, em torno dela reina o perigo⁸⁹. Essas elites das sociedades urbanas procuravam caracterizar-se pelas suas especificidades e por aquilo que lhes conferia orgulho como, por exemplo, a limpeza e a ordem. Essas especificidades, tais como atitudes, sentimentos e modos de conduta, eram tidas como naturais, incluindo os papéis masculinos e femininos e a violência contra as mulheres⁹⁰. Esse discurso civilizador constituído pela elite e por um sexo, o masculino, pretendeu ser generalizável.

Ainda segundo Norbert Elias, civilização não significou o mesmo em diferentes nações européias. O uso desse conceito na Alemanha referia-se a algo útil, um valor de segunda importância que compreendia apenas a aparência externa dos indivíduos, ou seja, a *superfície da existência humana*⁹¹. Para os franceses e ingleses, o conceito de civilização podia referir-se aos fatos políticos, sociais, econômicos, religiosos e morais. Enfim, a civilização representava “[...]”

⁸⁷ *Diário do Oeste*, n. 327, 23 de janeiro de 1966, p. 1 e *Rondon Comunicação* edições: n.21 de janeiro de 1974 e n. 112, de junho de 1976.

⁸⁸ CORBIN, Alan. *Saberes e Odores*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 184.

⁸⁹ BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 50.

⁹⁰ Sobre as relações de gênero, civilização e violência consultar AGUADO, Ana. *Violência de Gênero*. In: CASTILLO-MARTIN, M.; OLIVEIRA, S. *Marcadas a Ferro*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005, p. 23-34.

⁹¹ ELIAS, Norbert. *Über den Prozeß der Zivilization*. Soziogenetische und psychogenetische Untersuchungen. Bd. 1: Wandlungen des Verhaltens in den weltlichen Oberschichten des Abendlandes. 20 Aufl. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997, p. 90.

o orgulho pela importância de suas nações para o progresso do ocidente e da humanidade.”⁹²

Na Alemanha, o termo civilização fora utilizado em segundo plano, dando lugar ao termo cultura (Kultur). Quanto ao conceito “Kultur” na língua alemã, o seu significado central era atribuído ao intelectual, ao artístico e aos fatos religiosos, assim como demarcava fronteiras nítidas com os fatos políticos, econômicos e sociais. Este conceito referia-se ao produto das pessoas nas obras de arte, nos livros, nos sistemas filosóficos ou religiosos. Os termos *deutsche Kultur* e *la civilisation française* tinham características semelhantes quanto aos atributos imutáveis e eternos de uma nação. A diferença, apontada por Norbert Elias, é que o termo civilização para os franceses expressava nacionalismo e expansionismo, o que não estava presente em “Kultur”. No século XX, o termo “Kultur” passou a designar cultura nacional, deixando para o segundo plano os valores humanistas e morais, constituindo-se num símbolo de nós-imagem⁹³. Os meios de comunicação pesquisados denotam mais o uso de civilização da acepção francesa e inglesa. A palavra cultura, embora usada em notícias com moderação, apresenta, no entanto, tons que Elias apontou para a língua alemã, ou seja, como referência ao intelectual, ao artístico e fatos religiosos, estabelecendo também fronteiras claras com os fatos políticos, econômicos e sociais.

Na construção do conceito de civilização pelos meios de comunicação do Oeste, houve a tendência, de forma geral, a também amenizar as diferenças regionais, contrapondo-se, principalmente, em relação a outras regiões e grupos sociais⁹⁴. A imprensa acentuou o que havia de comum entre determinados grupos sociais e classes, esquecendo assim que os indivíduos destes espaços tiveram o seu próprio processo de civilização e o viam como algo herdado. Grande parte dos profissionais da imprensa se via como porta-voz desse modelo

⁹² Idem, *ibidem*.

⁹³ ELIAS, Norbert. **Os Alemães**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 129-130. Segundo o autor, as classes médias de países europeus, durante o período de sua ascensão, tinham sido orientadas para o futuro. “Uma vez elevadas à posição de classes dominantes, suas seções de liderança e suas elites intelectuais (...), trocaram o futuro pelo passado a fim de basear neste sua imagem ideal delas próprias. (...) O cerne da nós-imagem e do nós-ideal delas foi formado por uma imagem de sua tradição e heranças nacionais.”

⁹⁴ Exemplo na notícia *Cidade Cabocla desafia o Oeste* do jornal **O Paraná**. n. 13, 6 de setembro de 1968, p. 14.

de civilização, impondo-o para outras cidades menores e áreas rurais em nome de uma suposta cultura mais perfeita e mais humana.⁹⁵

Para as elites da região Oeste, esse movimento civilizatório, todo seu passado, ficou na sua consciência como um resquício vago. O resultado de si próprio aparece então como expressão de seus próprios talentos. Entretanto, a expressão desses talentos não levou em consideração o processo de colonização da região, especialmente pelo uso da violência na posse de terras. Assim, os meios de comunicação, enquanto porta-vozes de um modelo de civilização acabada acreditavam conduzir a inevitabilidade do progresso e seus benefícios do avanço econômico e científico. Soma-se a isso a crença nas virtudes de uma administração burocrática paternalista e o uso do senso de responsabilidade entre as elites, do qual outras classes sociais não deveriam participar.

Aos olhos das elites e representantes políticos, o progresso era importante para todos, chamando a atenção, nas notícias, para os avanços que já tinham sido realizados na região, indicando assim uma nova perspectiva de futuro para suas gentes, como se vê no excerto que segue: “Assim é Cascavel. É o reflexo do trabalho de um povo que sabe o que deseja visando o progresso municipal [...] acreditando no futuro auspicioso que está reservado a essa região paranaense”.⁹⁶ O termo progresso sob os olhares liberais⁹⁷, é entendido como a adoção de tecnologias, economia liberal, instituições, ciência e uso do trabalho contínuo com acúmulo de capitais. Um dos exemplos da *Revista Recado: Toledo se renova; Um recado de Toledo para a civilização; MCR: 14 anos de trabalho pelo progresso do Brasil* ou ainda do jornal *O Paraná: Progresso: educação e trabalho; Oeste: novo Eldorado; Cascavel, o milagre do trabalho; O Paraná nasce com o progresso; Assis: ordem e progresso* e no jornal *A Semana: Fermento do Progresso*. Na tentativa de expor o progresso como um imperativo, os impressos têm como pilar uma concepção de mundo que apresenta as seguintes características, apontadas por Souza:

Controle da razão sobre emoções e pulsões irracionais,
interiorização progressiva de todas as fontes de
moralidade e significado e entronização concomitante

⁹⁵ Esta imagem está presente na notícia do jornal **Rondon Comunicação**: MCR: Semente da Civilização. n. 101, 19/03/1976, p. 6.

⁹⁶ **Revista Paraná em Páginas**. n. 82, dezembro de 1971, p. 6.

⁹⁷ LE GOFF, J. Progresso/Reação. In: LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003, p.260.

das virtudes do autocontrole, auto-responsabilidade, vontade livre e descontextualizada e liberdade concebida com auto-remodelação em relação a fins heterogêneos.⁹⁸

Esse processo culminaria na valorização da ética do desempenho, relacionada ao trabalho útil e disciplinado perceptível nestes títulos: *Rondon precisa da união e do trabalho de todos nós*; [...] *povo ordeiro, trabalhador, hospitaleiro e honesto* [...]; *esforço laborioso e ativo do trabalhador*⁹⁹. A ética do desempenho é que garante o reconhecimento social e civilizador, não somente na esfera econômica, mas, sobretudo, em outras dimensões da vida social e cultural como se percebe no seguinte excerto:

Não demorou para que colonizadores e colonos tanto do Sul como do Norte viessem para as terras fabulosas de Cascavel. Com eles chegaram à coragem física e o espírito do trabalho da gente marcada com a vocação de criar cidades e de abrir horizontes novos para o homem e para a civilização.¹⁰⁰

Esse processo continuamente era lembrado nas notícias, especialmente em edições comemorativas da emancipação dos municípios. Sob a ótica do progresso, inseria-se também a (re)ocupação desta região por imigrantes de descendência européia, como parte de um projeto nacional: a “Marcha para o Oeste” criada no governo de Getúlio Vargas após 1930. Homens de negócios, principalmente rio-grandenses apoiados pelo governo Federal, adquirem áreas e assim tem início o processo de colonização dos chamados “vazios demográficos”.

No projeto colonizatório, empresários e políticos preocuparam-se em trazer o bom agricultor, sobretudo de descendência sulina, os chamados gaúchos. Sobre este projeto, o jornal *Semanário do Oeste* enaltece: “Já desde o princípio Marechal Cândido Rondon estava fadado a ser progressista e forte, circunvizinhado por outras comunas de igual

⁹⁸ SOUZA, Jessé. Raça ou Classe? Sobre a Desigualdade Brasileira. In: **Lua Nova**. Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 65, 2005, p. 57.

⁹⁹ **Rondon Comunicação**. n. 34, 16 de novembro de 1974; **A Tribuna**. n. 51, 06 a 13 de abril de 1984. **Hoje**. n. 31 29/04 a 06/05 de 1983.

¹⁰⁰ **O Paraná**. O milagre no Oeste. n. 1426, 06 de março de 1981, p. 16.

progresso e espírito de progresso”¹⁰¹. Em virtude desse discurso, pessoas de outros grupos étnicos e regiões devem ser entendidos como sujeito universal e aceitos se qualificados como trabalhadores dignos, submissos, produtivos e civilizados. Este jornal não representa uma visão isolada do papel que a imprensa atribui ao município.

Em Toledo e Cascavel, os impressos também atribuem a determinados grupos esta representação, como no exemplo que segue no jornal *O Paraná: Imigrantes: desenvolvimento e prosperidade vindos de longe*¹⁰². Conforme mostra Capelato sobre a imprensa paulista de 1920 a 1945, os jornalistas guiavam-se pelo ideal das Luzes apontando ao leitor os caminhos da harmonia e da felicidade. Para esta autora, essa imagem fora fabricada pelos iluministas que se apresentaram, no mundo moderno, como portadores da verdade capaz de eliminar o erro e a mentira. A imprensa, desde então, se fez porta-voz desses ideais que circulavam e se mantiveram vivos até este século¹⁰³.

Desde a sua ocupação por imigrantes até os anos 1970 a 1980, a região Oeste passou por algumas transformações: modernização agrícola impulsionada por meio de pacotes tecnológicos, especialmente a Revolução Verde¹⁰⁴ e a construção da então maior hidrelétrica do mundo, a Itaipu¹⁰⁵. Esta última inundou uma grande porção de terras na região. Conseqüentemente, parte do “povo ordeiro” perdia seu espaço de sobrevivência para a então maior hidrelétrica do mundo e para a modernização agrícola nas áreas rurais. Neste processo mudavam também as relações sociais e de gênero.

Segundo a imprensa esta região do interior paranaense deveria se estruturar nos moldes positivistas conservadores, cujo discurso dominante era o da “harmonia social” para as pessoas ali estabelecidas. No entanto, a vida em grupo não significava homogeneidade de condutas e de valores. Na região, discutem-se os interesses em conflitos,

¹⁰¹ **Semanário do Oeste**. Informativo da Região Extremo-Oeste do Estado. Ano I. Mal. Cândido Rondon, 25 de Julho de 1970, p. 1.

¹⁰² **O Paraná**, n. 2, 18/05/1976, p. 16.

¹⁰³ CAPELATO, Maria H. Rolim. *O Controle da Opinião e os Limites da Liberdade: Imprensa Paulista (1920-1945)*. **Revista Brasileira de História**, v. 12, n. 23/24, set. 91/ago.92, p. 55.

¹⁰⁴ Revolução Verde foi implantada nos países “desenvolvidos” e vendida como um pacote tecnológico para o Brasil nas décadas de 1970. Na região Oeste este pacote foi difundido através de práticas agrícolas como a disseminação de sementes híbridas, uso intenso de insumos industriais (adubos e agrotóxicos) e a mecanização do solo através do uso de máquinas pesadas como o trator e colheitadeiras. Esse processo contribuiu para o esgarçamento das relações sociais nas pequenas comunidades devido ao êxodo rural.

¹⁰⁵ Com a construção foram desalojadas mais de 40 mil pessoas. Sobre a implantação da hidrelétrica de Itaipu e de seus grandes impactos ver RIBEIRO, Maria de Fátima B. **Memórias do Concreto**. Vozes na construção da Itaipu. Cascavel: Edunioeste, 2002.

quer seja de posseiros, de grileiros e de colonizadoras, e o que foi recorrente nesta escritura da história é o fato de que quanto mais organizado o modelo de colonização, maior a tendência a atenuar alguns conflitos, mas não em sua totalidade¹⁰⁶. Com o processo de modernização e aceleração da urbanização, relações sociais, hábitos e valores foram construídos, principalmente, com os meios de comunicação em expansão.

2 A constituição de agências de notícias

A história de jornais e de uma emissora de rádio no processo colonizatório da região é percebida como uma empreitada de sucesso e um *marco da civilização*¹⁰⁷. A constituição de grande parte destas empresas ocorria pela necessidade de dar alento a agrupamentos políticos e classes sociais. Os primeiros jornais da década de 1960 pouco dispunham de publicidade para se manterem financeiramente. Em virtude disso, o vínculo político era uma das possibilidades de existência, embora se advogasse a neutralidade das notícias. Mas, conforme expõe Capelato para o caso paulista, aqui também o artifício da impessoalidade ocultava o poder pessoal que se diluía na aparência de um poder sem sujeito:

A imprensa ficava, assim, descaracterizada como instrumento de interesse particular. Graças a esta astúcia, ela era apresentada ao público leitor como expressão dos altos valores eternos, universais e, conseqüentemente, como apartidária, apolítica e impessoal. Envolta nesta couraça, podia se lançar, com suas poderosas armas, na luta política, anunciando-se como defensora da verdade, valor supremo das Luzes.¹⁰⁸

No século XX, com as mudanças e desenvolvimento das cidades, da urbanização, do avanço nas comunicações, a imprensa enquanto *locus* privilegiado da difusão acelera o ritmo em direção à sua

¹⁰⁶ Ver a tese de PIAIA, Wander. **A Ocupação do Oeste Paranaense e a Formação de Cascavel**: as singularidades de uma cidade comum. 2004. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói.

¹⁰⁷ Entrevista de Jair Scarpato com Orlando dos Santos publicada na monografia: **Toledo em Páginas**, 2006, monografia (Trabalho de conclusão de curso em jornalismo), Toledo: Fasul, p.42.

¹⁰⁸ CAPELATO, M. H. R. op. cit, p. 57.

profissionalização. Nesse processo histórico, a comunicação foi considerada:

[...] importante para a colonização e posteriormente para o desenvolvimento do município. Toledo é pioneiro em vários setores, dentro deles também a imprensa, com a edição de *O Oeste*, primeiro jornal da região Oeste. Com ele, os primeiros moradores puderam acompanhar as notícias daqui e de suas cidades de origem, além de fatos que marcaram a época e foram registrados pelas páginas de *O Oeste*.¹⁰⁹

Para Scarpato, a evolução tecnológica tornou a comunicação uma ferramenta de domínio e de poder. Mas nos primórdios da publicação do primeiro jornal da região, *O Oeste*, as dificuldades dos *desbravadores* e da montagem de um jornal deveria neutralizar os fatos nas notícias¹¹⁰. Conforme observa Tânia de Luca, nas décadas de 1950, ocorria uma mudança importante na forma de abordar a notícia nos grandes jornais brasileiros. Além da doutrinação, acreditava-se que o jornal devia ter a função de informar o leitor com objetividade. Para a autora, essa mudança, a partir daquela década, se fez presente em práticas jornalísticas vigentes até o momento¹¹¹.

Esta objetividade era almejada quando da criação dos meios de comunicação, principalmente porque no início do processo colonizatório no Oeste do Paraná, as fontes de informação sobre outros lugares reduziam-se às falas de padres e de viajantes. Pretende-se aqui levantar a trajetória de alguns jornais, rádio e revistas da região Oeste utilizados na pesquisa, cuja preservação nem sempre foi possível o que as vezes justifica o uso de um maior número de notícias de um determinado meio de comunicação.

Em Cascavel, a imprensa teve seu início em 1954 com o jornal *Correio d'Oeste*. A grande maioria dos periódicos deste município teve motivações político-partidárias, nascendo com interesses nas eleições locais, regionais, estaduais e nacionais¹¹². No princípio, as verbas publicitárias para o financiamento dos jornais, assim como o número de

¹⁰⁹ SCARPATO, Jair. **Toledo em Páginas**. 2006. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em jornalismo), Toledo: Fasul, p. 10.

¹¹⁰ Idem, p. 9-10.

¹¹¹ LUCA, T. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 138.

¹¹² JAWSNICKER, Claudia. Memória da mídia impressa cascavelense. In: **Revista PJ: BR Jornalismo Brasileiro**. São Paulo: USP, n. 7, segundo semestre 2006, p. 32-45.

leitores, eram reduzidas. Em sua maioria, esses jornais sobreviveram enquanto havia o apoio de grupos políticos. Com o fim do interesse político, o jornal desaparecia. Por isso, a atividade jornalística era instável. Como ocorreu em outras cidades do Paraná, a exemplo de Toledo, Londrina, Maringá e Foz do Iguaçu, muitos grupos criavam jornais para expressar suas ideias, elogiando a cidade enquanto vitrine da civilização e do progresso.

Um dos primeiros jornais disponível para a pesquisa, *O Diário do Oeste*, teve como motivação primeira a candidatura à Prefeitura de Cascavel, iniciando sua circulação em 1962 e permanecendo até 1969. Seu proprietário acreditava que um jornal poderia ser o instrumento fundamental para dar sustentação à campanha eleitoral. Este jornal com gráfica própria trouxe novas tecnologias para a imprensa da cidade. A linotipo¹¹³ foi a primeira a chegar à região, permitindo imprimir em duas cores. A preocupação com a imagem da cidade é destacada pelo dono do impresso, Wilson Joffre, em artigo no qual afirmava que o jornal lutaria para que Cascavel não fosse mais apontada *como um núcleo de jagunços e aventureiros* e apresentava os propósitos do jornal:

A nossa crítica será sempre construtiva. Estaremos sempre ao lado dos bons. Combateremos os maus. Os termos derrotistas e políticos de ocasião não terão vez em nossas páginas. Aceitaremos sugestões e conselhos de homens prudentes, e que estejam ligados a qualquer setor de atividade desta imensa zona oeste paranaense. Seremos os arautos de todas as reivindicações justas da coletividade. Prestigiaremos o governo estadual, federal e municipal contanto que esses governos atendam as justas reivindicações do povo.¹¹⁴

Conforme lembra Jaswicker¹¹⁵, na capa, logo abaixo do logotipo do jornal, lia-se um dos objetivos da publicação: *Um jornal a serviço do município, estado e do Brasil*. Em formato de 36,5 cm por 54 cm, o jornal apresentava oito páginas. No primeiro número, trazia, na capa, diversas notas curtas sobre assuntos regionais, nacionais e internacionais.

¹¹³ Linotipo é uma máquina inventada em 1890, que funda em bloco cada linha de caracteres tipográficos, composta de um teclado como a máquina de escrever. Nesta máquina três partes ficam unidas: composição, fundição e teclado.

¹¹⁴ **Diário do Oeste**. 11 de novembro de 1962, p. 2. Anterior a este jornal criou-se a Rádio Colméia em 1960.

¹¹⁵ JASWINCKER, op. cit. p. 33.

Na década de 1970, novos jornais são estruturados, sendo que alguns deles continuam em circulação até o momento, como *O Paraná e Hoje*. O jornal *O Paraná* foi fundado pelo empresário e político Jacy Scanagatta em 1976. Posteriormente, torna-se a imprensa oficial do município de Cascavel. Em 1977, iniciam as atividades do jornal semanário *Hoje*. Este último circulou como jornal semanário durante 21 anos. Além destes jornais, o semanário *Fronteira do Iguçu* iniciou atividades em 1971 e manteve-se em circulação até 1989.

Foram muitas as revistas produzidas na cidade de Cascavel. Segundo o jornal *Tribuna*, a cidade de Cascavel chegou a ter durante um mesmo período, na década de 1980, treze revistas¹¹⁶, das quais hoje permanecem apenas as revistas *Nova Fase* e a *Revista Oeste*. Estas revistas assim como os jornais traziam diversos temas sobre acontecimentos políticos, sociais, históricos e algumas matérias sobre várias formas de violência contra homens e mulheres.

Em Toledo, a imprensa teve seu impulso inicial em 1953, quando publicou o primeiro número do jornal *O Oeste*. Para Silva, Bragagnollo e Maciel, este periódico tornou-se um “[...] grande veículo de comunicação e prestação de serviço, num processo abrangente e dinâmico de atividade informativa”¹¹⁷. Esse semanário permaneceu em circulação até 1955. Neste mesmo ano, entrou em atividade o jornal, também semanal, *Voz do Oeste*, que manteve sua produção até 1977. Este jornal é considerado como o impresso com o maior período de circulação na região¹¹⁸. Deste jornal desdobram-se as primeiras publicações da *Revista Recado*. O jornal *Nova Geração* inicia suas atividades em 1973 devido à fusão de impressos da associação comercial e estudantil. A partir desse periódico é lançada, no mesmo ano, a revista *Geração em Revista*, ativa até 1978. Ainda no final da década de 1970, é produzido o jornal *Tribuna do Oeste*, sendo substituído em 1983 pelo *Correio do Oeste*. No começo da década de 1980, iniciam-se as atividades do *Jornal do Oeste*, o qual é vendido até o presente momento.

Em Marechal Cândido Rondon, uma das primeiras empresas de comunicação é a rádio Difusora, criada em 1966. Esta rádio preserva em arquivos escritos os jornais diários que eram emitidos desde a sua criação. Nesta emissora, dois jornais diários foram ao ar: um na parte da manhã e outro ao meio-dia, ambos nominados de *No mundo da*

¹¹⁶ **Tribuna**. n. 1, dez. 2002, p. 15.

¹¹⁷ SILVA, Oscar; BRAGAGNOLLO, R.; MACIEL, C.L. **Toledo e sua História**. Prefeitura Municipal de Toledo, 1988. p. 386.

¹¹⁸ *Idem*, *ibidem*.

notícia, as notícias do mundo. Em 1971, estes jornais recebem novo nome: *O mundo em revista*, permanecendo assim até 1973. Após esta data, o noticiário do meio-dia recebeu o nome de *Frente Ampla de Notícias*, nome este que permanece até hoje.

Seguindo a radiodifusão em Marechal Cândido Rondon, afloram os jornais impressos. *O Desbravador* circulou mensalmente em 1968 com assuntos regionais e locais. De formato tablóide, passou por reestruturações, trocando o nome para Impulso. Esse jornal manteve-se em circulação até 1970. Em 1974, é criado o semanário *Rondon Comunicação*, um jornal que se tornaria órgão oficial da prefeitura. Este jornal tinha tiragem semanal e divulgava, sobretudo, os atos da administração municipal e da Câmara dos Vereadores. Com a venda deste jornal para a Editora Independente de Cascavel, um novo nome é dado ao jornal: *Rondon Hoje* permanecendo em atividade até o início da década de 1980. Em 1979, outro periódico é criado para rivalizar com a linha editorial do jornal *Rondon Hoje*, visando *mostrar o lado progressista local*¹¹⁹. Desse projeto cria-se o jornal *A Semana* e, para aumentar a circulação e renda com a publicidade, tenta-se abranger outros municípios no Oeste do Paraná. Com a venda deste periódico, institui-se outra nomeação: *A Tribuna*, que também teve uma duração efêmera (1986-1987). Não foram encontrados arquivos ou fontes que indiquem a criação de revistas no município durante o período as décadas de 1960 a 1980.

Os jornais e revistas disponíveis para pesquisa apresentam, em sua maioria, um conjunto de características similares, sendo elas a instabilidade e a irregularidade de publicação. Os jornais possuem em média de 6 a 20 páginas, sendo que, nas décadas de 1960 a 1970, grande parte deles eram semanários. Estes meios de comunicação também evocam o discurso da objetividade como um dos atributos principais e, para tanto, consideram-se falas autorizadas. Abaixo dos títulos, frases complementam os propósitos dos jornais como, por exemplo: *Porta-voz dos anseios do Oeste Paranaense; Jornal do Oeste, jornal de fato; Rondon Comunicação: verdade a serviço de todos nós; A Tribuna: um jornal confiável.* Em coluna assinada, o jornalista Sefrin afirma, na primeira edição, que o compromisso *sagrado e inviolável* do jornal seria “[...] levantar os véus de mistério que esmaecem as contundências do fato”¹²⁰. Conforme sugere Bourdieu, a força ilocucionária das

¹¹⁹ WILSEM, Ana P.; KUNZLER, Maria C. **Mídia e Memória**: histórias dos veículos de comunicação do município de Marechal Cândido Rondon contadas pelos seus protagonistas. Mal. C. Rondon: Germânica, 2006, p. 58.

¹²⁰ **Diário D'Oeste**. N.1, 11 de novembro de 1962, p. 7.

expressões não poderia estar localizada nas próprias palavras, salvo em algumas situações excepcionais. “O poder das palavras é apenas o poder delegado do porta-voz cujas palavras [...] constituem no máximo um testemunho, um testemunho entre outros da garantia de delegação de que ele está investido.”¹²¹

Para Bourdieu, a eficácia das falas autorizadas obtém sucesso com a cumplicidade dos leitores, produzida por mecanismos sociais fundados no desconhecimento do princípio de autoridade¹²². Este princípio de autoridade dos meios de comunicação, marcados pela linguagem autorizada, cria modos de ver o mundo cada vez mais homogeneizado. Ainda segundo Bourdieu, “[...] uma das funções do ato de instituição seria desencorajar duradouramente a tentação da passagem, da transgressão, da deserção, da demissão.”¹²³ Neste sentido, atos de violência perpetrados por mulheres e homens nas notícias ganham contornos nas fronteiras entre o masculino e o feminino, entre os pobres e os ricos, para impedir que aqueles e aquelas que se encontram dentro do *lado bom* da linha se desclassifiquem.

3 Discursos sobre violência e relações de gênero

Os meios de comunicação do Oeste do Paraná tiveram influência no processo de formação e consolidação da elite dirigente da região e de cada município. Esse processo circulava pelas imagens, textos escritos e poesias, por meio dos quais inscrevia marcas nos corpos e papéis de pessoas pobres e ricas, de mulheres e homens, impondo assim um modelo de civilização, ordem e progresso como único e não disponível para todas e todos.

As notícias em seus discursos ao recorrer constantemente ao uso de expressões como progresso, desenvolvimento e civilização se contrapõem às situações de conflitos e violências. Nas décadas de 1960 e início de 1970, os meios de comunicação representavam em notícias que formas de violências contra mulheres, homens e crianças ocorriam mais em outras cidades, como São Paulo, Curitiba, Foz do

¹²¹ BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas**. São Paulo: Edusp, 1996, p. 87.

¹²² BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 91.

¹²³ Idem, p. 102.

Iguaçu e em outros países.¹²⁴ A tentativa de mostrar a violência e criminosos de outros lugares refletia, em parte, que este lugar era ordeiro, progressista, de pessoas honestas e de que quase não havia conflitos. Além disso, mostrava a tendência atualizada dos jornais em publicar acontecimentos nacionais e internacionais. Era mais uma das maneiras de convencer o público leitor de jornais que os mesmos traziam a objetividade dos fatos de todos os lugares em pouco tempo.

A partir do final da década de 1970 e na década seguinte, as páginas policiais destacavam formas de violência local e alguns casos externos recebiam tratamento diferenciado, uma vez que eram apresentados em espaços maiores e alguns deles eram abordados em várias edições, especialmente crimes considerados bárbaros, como chacinas ocorridas fora da cidade de Cascavel.¹²⁵ Quando se reportavam aos acontecimentos locais, as notícias pareciam ser apelativas para a ideia de que a desordem e o crime estavam associados às vilas menores e ao mundo rural. Desta forma tentava-se convencer os leitores de que uma das consequências do progresso das elites era a estabilidade urbana.

O paradoxo da ruralidade reunia o bom e o mau em diferentes impressos, ou seja, nem sempre era o lugar de pessoas pacatas, simples, mas às vezes do *bárbaro*, como no exemplo das sete matérias no jornal *O Paraná* que têm por título: *O Bárbaro Crime de Quatro Pontes*¹²⁶. O caso é noticiado em 19 de junho de 1978 e mantido até dois de julho do mesmo ano e sobre o qual se tenta esclarecer o assassinato de um trabalhador rural por supostamente ser o amante da filha do patrão. Neste conjunto de notícias consta o inquérito policial e neste uma avaliação das atitudes do trabalhador: “[...] praticou um crime contra uma menor (de quatorze anos) revelando ser portador de sadismo mórbido. [...] Tal conduta [...] como crime contra a honra [...] digo,

¹²⁴ Exemplos destas notícias no jornal **O Paraná**: Matou a mãe e suicidou-se (Canadá). n. 12, 29 de maio de 1976; Pai embriaga e violenta a filha (Curitiba) n. 68, 3 de agosto de 1976; Mulher grávida foi baleada. (Belfast) n. 133, 18 de outubro de 1976; Jovem assassinada e namorado muito mal. n. 278, 19 de abril de 1979, p. 11 (Foz do Iguaçu). **Fronteira do Iguaçu**: Mulheres são desfavorecidas no trabalho (Nova York) n. 469, 20 de dezembro de 1974; Novas agressões em São Pedro. n. 126, 27 de setembro de 1972. p. 1 e 20. **Diário do Oeste**: Presos e deportados traficantes de escravas brancas. (Foz do Iguaçu) n. 240, 18 de janeiro de 1963, p. 3. Tarados seviriam menina (Foz do Iguaçu) n. 420, 15 de setembro de 1968, p. 1.

¹²⁵ **O Paraná**. Chacina em Guaraniaçu. Edições n. 464 e 465 de 1977; Chacina em São Roque. n. 52, de 17 de julho de 1976, p. 3.

¹²⁶ Estas matérias ocupam páginas inteiras deste impresso com depoimentos do delegado e familiares.

contra os costumes.”¹²⁷ No decorrer das notícias, os laudos confirmaram que não houve relações sexuais entre o trabalhador e a filha do patrão. Assim, a imprensa, em seus escritos sobre formas de violência, construía distinções sociais também para homens e mulheres do interior e das cidades.

Nas notícias, as identificações eram representações, em grande parte, dos discursos das elites, da polícia e do judiciário, representações estas relacionadas ao progresso. Segundo um dos impressos, assim se distribuíam as funções normativas na sociedade:

Cada organismo da cidade tem uma função determinada, cujo limite deve estar marcado pelo DIREITO dos demais. A entidade POLICIAL, de indubitável necessidade e de reconhecida eficiência, cumpre em nosso meio uma difícil tarefa. Também existe em Cascavel a IMPRENSA, representada por elementos de hierarquia e cuja tarefa é, talvez, mais árdua que a do controle policial. O terceiro elemento do jogo é o POVO, fonte de todos os acontecimentos. [...] Mas o que não pode acontecer é que a imprensa seja tolhida em seu trabalho por policiais que não estão preparados para desempenhar suas funções. A imprensa, único poder permanente dos povos, TRABALHA nessas oportunidades. Ela tem a obrigação de informar e orientar seus leitores, e precisa ser respeitada em seu trabalho.¹²⁸

As tarefas, funções e papéis deveriam ser exercidos socialmente na região entre as diversas instituições e a população. Mas a relação entre os diversos impressos e seus donos, elites, instituições policiais e penais nem sempre mantinham a consonância proposta para seus espaços. Com o crescimento populacional e a concentração urbana na década de 1980, as notícias anunciavam o aumento da criminalidade, mais precisamente, entre as pessoas dos setores populares.¹²⁹ Sobre esta questão, o estudo de Suarez, que teve como fontes depoimentos policiais recolhidos na década de 1990 em relação à criminalidade no Distrito

¹²⁷ **O Paraná.** n. 624, 18 de junho, 1978, p. 20. Seguem outros exemplos deste jornal: Feto guardado na casa dos pais: medo e ignorância. n. 549, 17 de março de 1978, p. 4; Lavrador foi assassinado por empregado. n. 10, 27 de maio de 1976, p. 7.

¹²⁸ **Fronteira do Iguaçu.** Cascavel reclama: povo, polícia e imprensa. n.20, 06 de abril de 1971, p.7.

¹²⁹ **Hoje. Foz do Iguaçu.** Violência: fenômeno urbano. n. 82, 4 a 11 de abril de 1980, p. 2.

Federal¹³⁰, revela que a criminalidade é de fato mais acentuada nas classes populares. Todavia a autora ressalta que os recursos de proteção e de contenção da agressividade não estão distribuídos equitativamente entre a população, ou seja, os recursos disponíveis para os mais pobres em situação de violência ficam limitados à delegacia. E, na maioria das vezes, era na delegacia que a imprensa e os repórteres policiais escolhiam os fatos a serem publicados.

A imprensa, através de elogios ou críticas à polícia e ao judiciário, pressionava para a punição de crimes e criminosos. A convicção da relação entre crescimento populacional e violência disparou, por um lado, estratégias de controle social e, por outro, facilitou a emergência de modos de anúncio e modos de representação dos delitos, violências e crimes¹³¹. As notícias dos jornais O Paraná (Notas Policiais, Plantão Policial, Polícia, Ronda Policial e Curtinhas da Polícia), Tribuna do Oeste (Policial e Ronda Policial), Diário do Oeste (Policiais em Foco), Jornal Hoje (Curtinhas) e O Alento (Informe Policial) apresentavam um leque variado de violências: assassinos profissionais, homicidas passionais, agressões a *amásias*, estupradores, prática do aborto, infanticidas e suicidas. Sendo que estas várias violências tinham lugar assegurado, quase todas as semanas e muitas vezes diariamente, nestas páginas policiais. Foucault observa em seus estudos que:

[...] acontecia também que eram publicadas narrativas de crimes e de vidas infames, a título de pura propaganda, antes de qualquer processo e para forçar a mão de uma justiça que se suspeitava de ser excessivamente tolerante.¹³²

Assim era quase cotidiano, principalmente após a década de 1980, que uma onda de violência nos jornais e revistas também sacudisse as cidades no Oeste paranaense e que todos pudessem ser atingidos pela criminalidade. Foucault observou na França que o noticiário policial, junto com a literatura de crimes, produziu há mais de um século uma quantidade enorme de histórias de crimes nas quais a delinquência aparece como familiar e, ao mesmo tempo, como estranha:

¹³⁰ SUAREZ, M. O Discurso Policial Comentado. In: SUAREZ, M.; BANDEIRA, L. (orgs) **Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal**. Brasília: UnB, 1999, p. 93-94.

¹³¹ GAYOL, Sandra. Sexo, violencia y crimen en la ciudad moderna. Buenos Aires en el recambio de siglo. In: PESAVENTO, Sandra (org.) **História Cultural: Experiências de Pesquisa**. POA: UFRGS, 2003, p. 110.

¹³² FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. 34. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007, p. 54.

[...] uma perpétua ameaça para a vida cotidiana, mas extremamente longínqua por sua origem, pelo que a move, pelo meio onde se mostra, cotidiana e exótica. Pela importância que lhe é dada e o fausto discursivo de que se acompanha, traça-se em torno dela uma linha que ao exaltá-la, põe-na à parte.¹³³

O mesmo autor analisa ainda que o aumento da delinquência na mídia legitimou um incremento do aparato policial, pois este tipo de infração fazia parte da ordem das coisas ditadas pela elite. Para este autor, a delinquência é útil e sem ela não há polícia.

O que torna a presença policial, o controle policial tolerável pela população se não o medo do delinqüente? Esta instituição tão recente e tão pesada que é a polícia não se justifica senão por isso. Aceitamos entre nós esta gente de uniforme, armada enquanto nós não temos o direito de estar, que nos pede documentos, que vem rondar as nossas portas. Como isso seria aceitável se não houvesse os delinqüentes? Ou se não houvesse, todos os dias, nos jornais artigos onde se consta o quão numerosos e perigosos são os delinqüentes?¹³⁴

Estes homens e mulheres delinquentes que aparecem nas notícias são considerados incompatíveis com o equilíbrio da ordem social dominante segundo os meios de comunicação. Assim, a publicidade indesejada de homens e mulheres em situação de violência processava exclusões sociais, culturais, políticas e econômicas, uma vez que determinado modelo de civilização e progresso não estava ao alcance de todas e todos na região. As notícias construíam um misto de bárbaros, não civilizados, os de fora, os outros em oposição com os civilizados.

Nas notícias havia uma constante relação entre o progresso e a criminalidade em diversas notícias de jornais, revistas e rádio da região Oeste do Paraná. Em entrevista, um major da polícia militar de Cascavel tece observações sobre a relação entre progresso e criminalidade: “O progresso atrai coisas boas e más à comunidade. A

¹³³ Idem, p. 237-238.

¹³⁴ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 13. ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 137-8.

criminalidade nada mais é que uma de suas más consequências.”¹³⁵ Na entrevista, o major opina sobre a tarefa da polícia militar de manutenção da ordem e de prevenção e repressão do crime. Para ele, estas são as consequências do rápido desenvolvimento das cidades:

[...] trazendo marginais que efetivamente, em sua grande parte, são nômades mudando de cidade para cidade ao primeiro sinal de que não existem condições de praticarem seus crimes onde estão principalmente pela ação da polícia.¹³⁶

Neste excerto, o criminoso é o *forasteiro* cujo discurso tem por referência os habitantes locais possuidores da ética do desempenho. Woodward nos lembra que: “A produção de categorias pelas quais os indivíduos que transgridem são relegados ao status de “forasteiros”, de acordo com o sistema social vigente garante certo controle social.”¹³⁷ Para exercer esse controle, o major solicita então para as autoridades públicas a ampliação das estruturas físicas e humanas da polícia militar. Seu pedido justificava-se pelo discurso dos dois lados do progresso e, para tanto, havia a necessidade de um maior número de policiais fardados nas ruas.¹³⁸

No artigo que segue, produzido por Alderige Baggio, atenta-se para as mudanças advindas do progresso e as relações de gênero:

Apesar do progresso constitui-lhe um milagre de energia criadora, Cascavel não é diferente de qualquer outra cidade no que diz respeito às desigualdades sociais e econômicas, a ambição e cobiça desmedida. O progresso econômico, todavia encerra outras ameaças mais profundas para a vida familiar do que a simples separação física. [...] os homens não apreciarão o desafio a sua autoridade tradicional por parte das

¹³⁵ **O Paraná.** O crime é uma má consequência do progresso. n. 492, 7 de janeiro de 1978, p. 2.

¹³⁶ Idem, *ibidem*.

¹³⁷ WOODWARD, K. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T. da. **Identidade e Diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. 8.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 46.

¹³⁸ **O Paraná.** Atrás de cada crime um problema social. n. 839, 9 de março de 1979, p. 3. Outro artigo do mesmo ano reforça a violência como uma doença social: *Violência entra em debate*. n. 1037, 3 de novembro de 1979, p. 5. No jornal **Diário do Oeste** não foram encontrados artigos específicos sobre a violência, mas sobre o judiciário e a polícia constrói-se uma visão positiva evidenciando condenações, prisões e encontros de magistrados.

mulheres, que podem ganhar a vida tão bem como eles.
139

Esta notícia alerta para as falhas e conseqüências nefastas do progresso e para algumas mudanças nas relações de gênero, como a capacidade das mulheres em trabalhos até então ocupados por homens. Como expôs Welzer-Lang, a divisão do mundo na qual se atribui aos homens e ao masculino as funções nobres e às mulheres e ao feminino as tarefas e funções afetadas de pouco valor é também regulada por violências:

[...] violências múltiplas e variadas as quais – das violências masculinas domésticas aos estupros de guerra, passando pelas violências no trabalho – tendem a preservar os poderes que se atribuem coletivamente e individualmente aos homens à custa das mulheres.¹⁴⁰

Embora na notícia acima se admita formas de trabalho remunerado para as mulheres, o imperativo do progresso corrobora para que perdurem as desigualdades de gênero, pois se desconsidera que as vidas das pessoas e suas situações materiais são parte de um conjunto de relações sociais em permanente mudança.

Um outro artigo sobre o progresso no Oeste do Paraná aceita a ideia da violência como doença social que pode ser curada pela educação:

E foi do xeque mate chamado VIOLÊNCIA CRESCENTE que retrocedemos para concluir que a pedra fundamental mal mexida neste jogo, desde o início chama-se educação. [...] O que são estes cancrios sociais senão conseqüências matemáticas de uma estrutura social mal formada? Quem dentre os que conseguiram ter formação escolar bem feita, mata por fome. [...] “O homem só é cruel e violento por interesse, por ódio ou por medo”, ensina Beccaria. É preciso, por isso, disciplinar estes sentimentos através da moral política, da moral orçamentária [...] não se conhece estrutura pessoal bem formada, sem disciplina para o trabalho, para o progresso intelectual, que são, em

¹³⁹ **O Paraná**. Milagre do Oeste. n. 1426, 6 de março de 1981, p. 16.

¹⁴⁰ WELZER-LANG, Daniel. A construção do Masculino: dominação das mulheres e homofobia. In: **Revista Estudos Feministas**. n. 2, vol. 9. Florianópolis: UFSC, 2001, p. 461.

última análise, as mais eficientes bases de combate à inflação, à fome e à miséria.¹⁴¹

Conforme Foucault, na sociedade disciplinar o corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso¹⁴², quer seja nas relações familiares, escolares ou de trabalho. Assim tornava-se importante erguer uma barreira entre delinquentes e os trabalhadores das camadas populares, entre homens provedores e mulheres do lar. A ideia de utilidade dos indivíduos para o mundo foi discutida por Foucault quando este se referiu às técnicas específicas desenvolvidas pela polícia para governar o povo na Alemanha e na França desde o final do século XVI ao fim do século XVIII. Para o autor, eis o que interessa à polícia:

[...] é a coexistência dos homens em um território, suas relações de propriedade, o que eles produzem, o que é trocado no comércio, e assim por diante. Ela também se interessa pela maneira como eles vivem, pelas doenças e acidentes aos quais eles estão expostos. Em suma, é de um homem vivo, ativo e produtivo que a polícia cuida. Turquet emprega uma expressão extraordinária: o homem é o verdadeiro objeto da polícia, afirma ele basicamente.¹⁴³

Cotidianamente as notícias sobre o crime se encarregavam de produzir uma espécie de batalha contra os perigosos sociais. Esta batalha também estava presente em matérias como a que tem por título *Violência, miséria, indisciplina*¹⁴⁴, assinada por Nelson Senise. Neste artigo, observa-se que a criminalidade não diminui com a repressão policial violenta. Segundo Senise, a mídia não atinge os delinquentes porque estes não assistem a TV, não ouvem rádio e nem leem jornais. A solução para diminuir a criminalidade estaria na contenção moral dos indivíduos “[...] só poderão ser contidos de acordo com as normas da sociedade em que vivem. [...] Na prática o que se verifica, é uma indisciplina moral adquirida na infância.”¹⁴⁵ Em relação a isso, Sennet observou que uma sociedade tende a criar “[...] fortes sanções morais

¹⁴¹ **O Paraná**. Acervo de Advogado. n. 1132, 2 de março de 1980, p. 11.

¹⁴² FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 64.

¹⁴³ FOUCAULT, Michel. A Tecnologia Política dos Indivíduos. In: MOTTA, M. B da. **Foucault: Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, Coleção Ditos e Escritos vol. V, 2004, p. 311.

¹⁴⁴ **O Paraná**. Violência, Miséria, Indisciplina. n. 1180, 3 de maio de 1980, p. 8.

¹⁴⁵ Idem, ibidem.

para impor tolerância a dualidade, ao incompleto, ao outro.”¹⁴⁶ Esta disciplina moral era de responsabilidade da família e especialmente das mulheres, conforme artigos que exaltavam o papel da esposa: *Mulher: sim a feminista, não a esposa*. O artigo associa o feminismo na Europa com uma tristeza geral na família¹⁴⁷. Nestes discursos recaía sobre as mulheres a responsabilidade de um futuro promissor para o progresso da região, visto que elas eram as primeiras pessoas a atuarem como protetoras e educadoras na vida das crianças. A cada vez que há uma ameaça social, as mulheres são convocadas a se manterem nas trincheiras contra estas ameaças, assegurando seu papel de mães e educadora das crianças.

Esses debates em torno do crime, repressão policial, miséria e educação estão associados aos termos indisciplina, preguiça e falta de caráter advindos da falha da educação materna. Conforme observa Foucault em outro contexto, cria-se uma espécie de poder normativo que traz consigo um princípio de qualificação, de intervenção e de correção¹⁴⁸. Isto também é perceptível no excerto do jornal *O Paraná*: “[...] Não há miséria, nem fome, nem desemprego, nem inflação, nem alto custo de vida e nem mesmo interesse pelo uso marginal das armas de fogo, se o povo é útil a si mesmo, educado para o trabalho e para o estudo. [...]”¹⁴⁹

Há neste mesmo jornal um único artigo que relaciona o crime com “uma absurda concentração de renda” e a falta de oportunidades e, por fim, como parte do processo excludente gerado pela inexistência de uma cultura democrática no Brasil.¹⁵⁰

Nestas notícias e artigos sobre a atuação de agentes e delegados de polícia, juízes e jornalistas, as falas são reconhecidas pelos meios de comunicação pela possibilidade de punição dos perigosos sociais. Estes protagonistas eleitos para falas autorizadas fazem parte da seleção do trabalho jornalístico na escolha daquilo que é importante para chegar até o público e que se institui em discurso de autoridade. Bourdieu é quem apresenta a especificidade do discurso de autoridade:

¹⁴⁶ SENNET, Richard. **Carne e Pedra**. Tradução de Marcos Aarão Reis. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 305.

¹⁴⁷ **O Paraná**, n. 143, 4 de novembro de 1976, p. 12. Outro artigo do mesmo jornal tem por título: Família ameaçada de destruição. Novamente o texto culpabiliza as feministas. n. 472, 13 de dezembro de 1977, p. 14.

¹⁴⁸ Idem, *ibidem*.

¹⁴⁹ **O Paraná**. Acervo de Advogado. n. 1132, 2 de março de 1980, p. 11.

¹⁵⁰ **O Paraná**. Atrás de cada crime, um problema social. n. 839, 9 de março de 1979, p. 3.

[...] reside no fato de que não basta que ele seja compreendido (em alguns casos, ele pode inclusive não ser compreendido sem perder seu poder), é preciso que ele seja reconhecido enquanto tal para que possa exercer seu efeito próprio. Tal reconhecimento [...] somente tem lugar como se fora algo evidente sob determinadas condições, as mesmas que definem o uso legítimo: tal uso deve ser pronunciado pela pessoa autorizada a fazê-lo, o detentor do cetro (spektron), conhecido e reconhecido por sua habilidade e também apto a produzir esta classe particular de discursos [...] devendo enfim ser enunciado nas formas (sintáticas, fonéticas etc.) legítimas.¹⁵¹

Assim, os jornais autorizam ou não o reconhecimento das atividades repressoras e punitivas. As imagens que estas instituições possuem dependem em grande parte das falas autorizadas da imprensa. O judiciário é desta forma apresentado pelo jornal *O Paraná* quando se refere a sua atuação na cidade de Cascavel:

Dentre todas as atuais atividades públicas de Cascavel, vem se destacando sobremaneira a atuação do Fórum local, pelo trabalho que tem desenvolvido os seus juízes, promotores e funcionários. Trabalho este que tem primado pelo dinamismo, pela perseverança, acima de tudo. [...] Embasados sempre na segurança da decisão divina sobre suas atitudes, esses homens e também mulheres têm procurado levar avante a seu delicado trabalho de mostrar ao homem o caminho da verdade, e a verdadeira realidade de suas atitudes, julgando, defendendo ou mesmo acusando e por certo, sentindo, aprimorando, ampliando a cada passo os seus conhecimentos por um melhor e correto julgamento.¹⁵²

A inclusão das mulheres na fala acima se deve ao fato de no quadro dos magistrados atuarem duas mulheres. Por esta razão, o silêncio é rompido, não havia como não falar delas. No entanto, em outra notícia a visibilidade destas mulheres relaciona-se a interesses de um advogado de defesa para atuarem em favor do réu. No título do

¹⁵¹ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**. O que falar quer dizer. Trad. Sérgio Miceli. São Paulo: Edusp, 1996. p. 91.

¹⁵² **O Paraná**. n.454, 12 de novembro de 1977, p. 3.

jornal consta: *Um Júri sem precedentes*.¹⁵³ O fato é considerado inédito, tanto no Oeste como no Sul do país, devido à atuação de uma juíza e de uma promotora no mesmo caso. Segue na notícia o discurso de um advogado de defesa do caso em julgamento:

Numa demonstração de que a mulher está cada vez mais consciente de seu papel perante a sociedade, igualando-se e até muitas vezes substituindo o homem em muitas funções. [...] que isto mostra a importância que o sexo feminino vem tendo na atualidade, junto a todos os setores e atividades de nossa vida comunitária.¹⁵⁴

Este discurso androcêntrico pauta-se num jogo de interesses, pois ao enaltecer as conquistas das mulheres utiliza estes argumentos a seu favor no processo em julgamento. A fala deste advogado é elaborada apenas do ponto de vista masculino e seu discurso segue também na perspectiva de progresso nas relações de gênero e trabalho:

[...] são uma prova bem patente das novas posições assumidas pela mulher, não só em países estrangeiros, mas bem perto de nós, o que significa que não somos um povo atrasado. [...] nunca ocorreu esta questão: a de duas mulheres nos papéis chaves de um júri, cargos estes de alta importância para o sexo feminino.¹⁵⁵

Porém duas observações cabem sobre a notícia. Primeiro, o julgamento iria ocorrer no dia seguinte e é o advogado de defesa que fala ao jornal. Em seguida menciona que uma delas é esposa de um juiz da cidade cuja tarefa lhe é confiada para *julgar uma vida, e uma liberdade*. Na Comarca de Cascavel atuavam no período doze juízes e uma juíza. Palavras tomadas pelo advogado como *papel, sexo feminino, esposa de juiz, substituir e igualar as funções do homem* pode indicar que o judiciário acompanhava o progresso da região ou era um jogo de interesse do advogado? Para pensar sobre esta notícia os questionamentos de Bourdieu acerca da instituição judicial em geral são pertinentes:

Mas o que será dos juristas, encarnações mais ou menos sinceras da hipocrisia coletiva, caso se torne notoriedade

¹⁵³ **O Paraná**. n. 413, 25 de setembro de 1977, p. 2.

¹⁵⁴ *Idem*, *ibidem*.

¹⁵⁵ *Idem*, *ibidem*.

pública que, longe de obedecer a verdades e valores transcendentais e universais, eles estão transpassados, como todos ou outros agentes sociais, por restrições como as que exercem sobre eles, subvertendo os procedimentos e as hierarquias, a pressão das necessidades econômicas ou a sedução dos sucessos jornalísticos?¹⁵⁶

Porém, o discurso do advogado deixava perceber que muitas mulheres lentamente adentravam as profissões antes sob o domínio dos homens e o faziam por escolha e ou por necessidade econômica. Assim, o contato com novos comportamentos, ideias e valores de grandes cidades, principalmente através da radiodifusão e da imprensa, fez com que alguns costumes patriarcais fossem enfraquecendo conforme o *Jornal O Paraná*: “A família grande sofrerá a perda de muitas de suas funções tradicionais.”¹⁵⁷

Apesar das mudanças na família, esta continuava como um dado imutável do modelo de civilização no Oeste do Paraná e era representada como entidade supra-histórica em diversos impressos, como neste excerto: *A família é de origem divina. É a fronteira do reino de Deus no mundo*¹⁵⁸. O foco principal sobre a família centrava-se na autoridade paterna e no provimento. Já para as mulheres, a maternidade era atributo exclusivo, além da benevolência para as mais abastadas. Para estas, não faltavam atividades e convites para atividades voluntárias realizadas por mulheres conhecidas por rotarianas e das participantes da LBA (Legião Brasileira de Assistência), cuja atividade principal na região consistia em prestar auxílio exclusivo à maternidade entre os pobres.¹⁵⁹ A maternidade entre as mulheres da elite da região também era lembrada, como neste excerto, sobre o abandono moral dos filhos:

[...] Os chás elegantes, as noitadas só destinadas ao balanço e a exibição de riquezas tomam todo o tempo das mães, que desdenham a sacraticidade (sic) da sua missão e, se entregam a futilidades, abandonando os

¹⁵⁶ Idem, p. 116.

¹⁵⁷ **O Paraná**. Progresso: educação e trabalho. n. 2, 18 de maio de 1976, p. 16.

¹⁵⁸ **Diário do Oeste**. A Família. n. 107, 26 de maio de 1963, p.6.

¹⁵⁹ **O Alento**. LBA faz apelo às mães. s/n 13/09 a 18/10 de 1979; Clientes da APMI em evolução. s/n, 02 a 08/11 de 1979; 400 senhoras participam de palestra. s/n, 30/11 a 06/12 de 1979

filhos as governantas ou permitindo que os filhos se percam por tortos caminhos.¹⁶⁰

Nos jornais, as mulheres de todas as classes sociais, o amor e a maternidade eram focados em tom romântico. Há textos que exprimem uma idealização da mulher como mãe vinculada à valorização da criança e da vida através de títulos, tais como: *Mãe: uma atitude de amor e de doação para com a vida*.¹⁶¹ A notícia: *Fenômeno: menina mãe* reporta-se ao caso de uma menina de Chicago nos Estados Unidos que se tornou mãe aos 10 anos. O caso é considerado fora dos padrões de idade para a maternidade, mas não condenável porque era o destino imutável para as mulheres.¹⁶² *Ser mulher, constituir família é muito natural* segundo Dalva Costa¹⁶³. Para tal propósito, havia para as mulheres¹⁶⁴ páginas específicas cujos textos destacavam a educação dos filhos, culinária, moda, receitas culinárias, segredos caseiros, cuidados com bebês, como cuidar das roupas do marido, beleza e comportamentos para as mulheres solteiras e casadas.

Os artigos que abordavam temas sobre o feminismo, divórcio e aborto ganhavam outras páginas, principalmente com discursos de autoridades como médicos, bispos, padres, políticos e advogados e, posteriormente, de mulheres professoras, psicólogas, médicas e empresárias que reproduziam visões de mundo nas quais estavam inseridas. Estes discursos, em sua maioria, entendiam que o feminismo, o divórcio e o aborto eram mais uma consequência indesejável do progresso e ameaça para a estabilidade social.

Temas relacionados à educação dos filhos também estavam em páginas e cadernos específicos, quase sempre centrados sobre a mulher, mãe e educadora das crianças. O progresso também se associava a uma boa geração e, dessa forma, as notícias solicitavam mais atenção às crianças pelos adultos¹⁶⁵. Joana Pedro nos lembra que os jornais de Florianópolis cobravam da polícia valores que estes divulgavam há

¹⁶⁰ **A Tribuna**, n. 1, 15/02/1986, p. 2.

¹⁶¹ **Jornal do Oeste**, n. 786, 8 de maio de 1988, p. 6.

¹⁶² **Diário do Oeste**, n. 1, 11 de novembro de 1962, p. 1.

¹⁶³ **O Paraná**, n. 1454, 19 de abril de 1979, p. 8.

¹⁶⁴ O jornal **O Paraná** manteve o *Caderno Mulher* até 1981 quando mudou o nome do suplemento pra *Jornal da Família* e o impresso **Fronteira do Iguçu** publicou a *Página Feminina* e advogava ser um jornal para toda a família. O **Diário do Oeste** publicou *O mundo é da mulher* e o *Hoje Feminina* era a coluna do Jornal **Hoje**.

¹⁶⁵ Sobre este tema ver a tese em história de PEREIRA, Ivonete. **Crianças e Adolescentes pobres à sombra da delinquência e da desvalia**: Florianópolis 1900-1940. 2006. Tese (doutorado em História) Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

muito tempo como, por exemplo, a valorização da vida das crianças e a criminalização das mães desnaturadas¹⁶⁶. Frente a esses valores e visando diminuir os problemas como a prostituição, pornografia e violência infantil, as crianças serão alvos de artigos e colunas¹⁶⁷, principalmente aqueles relacionados à educação materna e de instituições como a escola e a igreja, como também do escotismo.

Sobre o escotismo, notícias e colunas eram mais comuns no começo de 1980 e referiam-se à formação do caráter viril para meninos e dócil para as meninas e, em um dos textos, ressalta-se: “As meninas são mais importantes, porque quando as mães de uma nação forem boas cidadãs e mulheres de caráter, elas certamente farão com que os filhos também o sejam.”¹⁶⁸ Ariès em seus estudos sobre a família e a infância observa que, a partir do século XVII, houve um recrudescimento na atenção dada à infância.¹⁶⁹ Esta atenção lentamente coloca as crianças em um lugar privilegiado, ou seja, no centro da vida familiar e esta nova atitude começa a ser celebrada nas classes ascendentes do século XVIII. Estas mudanças estão relacionadas à formação da família moderna, ou seja, fundada no amor materno.¹⁷⁰

As atitudes, condutas, identificações e distinções sociais eram construídas nos meios de comunicação também a partir da imagem da família civilizada. O que era uma família civilizada? Os jornais, revistas e a rádio representavam este modelo de família fundado no princípio do amor materno e, para tanto, as mulheres deveriam ser confinadas à esfera privada como esposa educada para o seu destino: gerar e educar os filhos. Embora as ações de muitas mulheres não se restringissem apenas ao privado, prevalecia para elas o imperativo da maternidade, quer seja nas páginas impressas assim como nos textos escolares, nos discursos da Igreja, na tradição local do gauchismo e do escotismo. Sobre as imagens envolvendo mulher, amor e maternidade, Joana Pedro analisa:

¹⁶⁶ PEDRO, Joana M. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

¹⁶⁷ Seguem alguns exemplos no jornal **Hoje** nas edições n. 1, 24, 60, 84 sob os respectivos títulos: As crianças e os trabalhos domésticos; Pornografia Infantil; Prostituição Infantil na Avenida Brasil; Menino de três anos matou-se com um tiro no pescoço. Jornal **A Tribuna**. Campanha contra a violência infantil. n. 20, 15/11/1986, p. 2. **O Paraná**. Criminalidade Juvenil aumenta. n. 566, 5 de abril de 1978, p. 5.

¹⁶⁸ **O Alento**. Coluna do Escotismo. n. 34, 04 a 10/04 de 1980, p. 2. Neste mesmo jornal são várias as edições sobre o tema e posteriormente continuam no jornal **A Semana**.

¹⁶⁹ ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 99.

¹⁷⁰ BADINTER, E. **Um amor conquistador**. O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 53-4.

[...] Nas imagens dos jornais, por exemplo, diferentes daquelas da Igreja, das mães dependia o progresso e a civilização, visto que diferentes de “vaso” ou “receptáculo”, elas eram consideradas, principalmente, como criadoras e educadoras das novas gerações.¹⁷¹

Embora com uma temporalidade linear e conjuntura específica, as notícias da região Oeste reproduzem estereótipos produzidos há séculos, como nas seguintes frases publicadas: *heroína superior de todos os tempos e uma rainha sem castelo*¹⁷². De modo que era recorrente o uso dos termos mãe e mulher como sinônimos.

Os meios de comunicação ao representarem o modelo de civilização, contexto em que a família e a definição dos papéis para mulheres e homens tiveram destaque, alicerçaram pessoas e instituições que relutavam nas mudanças advindas com movimentos sociais, especialmente o feminista. Essa preocupação circulava pelas imagens e textos escritos, inscrevendo marcas para os papéis femininos e masculinos na família para lembrar uma avalanche de problemas advindos com as mudanças nas relações de gênero, como a aprovação do divórcio e, posteriormente, os debates sobre o aborto e da possibilidade de sua legalização no Brasil, como no exemplo deste excerto:

O homem comum e desavisado se surpreende ao ver o problema transformado em apaixonadas polêmicas. Salientam-se determinados movimentos feministas com específicas orientações ideológicas e partidárias, em regra, de uma liberdade ousada e sem responsabilidade.¹⁷³

Comportamentos vistos como desviantes da ordem instituída na família e multiplicados em toda parte e, sobretudo de mulheres que não seguiam o padrão “esposa-mãe”, poderiam diminuir a imagem das belas, ordeiras e civilizadas cidades do interior do Paraná, mas havia um alívio quando temas como o aborto estavam relacionados à religião e às mulheres pobres:

¹⁷¹ PEDRO, Joana. **Mulheres Honestas e Mulheres Faladas**: uma questão de classe. 2. Ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998, p. 25.

¹⁷² **O Paraná**. n. 893, 14 de maio de 1979, p. 1 e 2.

¹⁷³ **O Paraná**. Legalização do Aborto: um tema em debate. n. 1439, 22 de março de 1981, p. 15.

Felizmente, a grande maioria das mulheres ainda entende que nascer é o maior de todos os direitos e a maternidade a mais nobre expressão da liberdade feminina em termos de trabalho, conquista e realização humana. E não se diga que será a classe mais pobre a que recorrerá ao aborto, porque seus princípios são mais rígidos do que os das classes abastadas.¹⁷⁴

Mas havia outros perigos iminentes noticiados para a instituição familiar, como no artigo *A família está ameaçada de destruição*¹⁷⁵. Neste texto, José Afonso de Oliveira acredita em uma crise na família nuclear advinda da Segunda Guerra Mundial. Com esta instituição desestruturada devido às grandes perdas de homens na guerra, a nova geração experimentaria laços mais frouxos nas relações familiares. Embora mudanças pudessem ocorrer na família, esta continuava como um imperativo na região especialmente nos debates sobre o divórcio. Olhares de alívio são tecidos para o número de casais divorciados na região: *Acusada de elitista, incompleta, inócua, a lei não trouxe tantas separações como se esperava.*¹⁷⁶ Posteriormente continuava-se a ressaltar o sacramento do matrimônio em relação à aprovação do divórcio, como se vê neste excerto:

[...] uma das principais causas da dissolução conjugal está na emancipação econômica da mulher. [...] Já a professora de psicologia da Fecivel, Elmir Andrade, prefere polemizar: “O casamento virou um comércio depois da aparente emancipação feminina. [...] Podem me chamar de careta, mas as mulheres têm traído demais.”¹⁷⁷

¹⁷⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁷⁵ **O Paraná**. n. 493, 8 de janeiro de 1978, p. 19. Estes artigos são publicados antes de sancionar a lei do divórcio em dezembro de 1977.

¹⁷⁶ **O Paraná**. Um ano de divórcio. n. 784, 29 de dezembro de 1978, p. 5. Na edição n. 301 de 17 de maio de 1977 consta no título: Divórcio, sinônimo de asilos e cadeias, diz Cardeal. p. 1 e 5.

¹⁷⁷ **Revista Oeste**. n. 95, 1985, p. 23.

Anterior à aprovação do divórcio¹⁷⁸, o desquite¹⁷⁹ não causava tanta polêmica, porque embora desobrigasse a coabitação, resguardava o vínculo conjugal. Como causa do direito ao divórcio considerava-se:

A liberação feminina trouxe à mulher o direito ao trabalho, à independência monetária, ao sexo livre. Trouxe também o aumento dos casos de divórcio. Uma estatística atual na França, aponta em 65 por cento dos casos, o divórcio como fruto das iniciativas femininas. Desses casos 70 por cento dos casos são processos exigidos por mulheres que trabalham.¹⁸⁰

Como consequência, um dos principais problemas do divórcio também era assim explicado por Anna Vasconcelos:

[...] um divórcio mesmo se vivido sem violência, é um traumatismo para os filhos. As crianças ou adolescentes confusamente se crêem culpados pela separação. Um, porque acreditam que desde o seu nascimento nada mais deu certo entre os pais. Outras, porque seguiram a interminável guerra entre os dois, disputando sua tutela, etc.¹⁸¹

Este artigo persistia na ideia de que a finalidade da vida feminina era o casamento e de que eram as mulheres que deveriam sustentar as relações conjugais. Assim a culpa pela redução dos cuidados paternos após o divórcio era da mulher por ser favorecida pela lei. “O pai é reduzido a pai de domingo ou de férias, mesmo se não tiver cometido erros. [...] Ninguém é pai somente até que o divórcio o separe dos filhos.”¹⁸² Pela força da religião cristã ocidental e pela lei anterior à aprovação do divórcio, subjugou-se a liberdade da dissolução do casamento, conforme nos lembra Nader:

[...] A moralidade cristã, que transformou o casamento em um sacramento condenando-o a ser válido para toda

¹⁷⁸ O divórcio é definido como a dissolução do casamento, ou seja, a separação do casal, que confere o direito a outro casamento civil. A Emenda Constitucional número 9 de 28 de junho de 1977, permitiu a instauração do divórcio no Brasil e a lei 6515/77 o regulamentou.

¹⁷⁹ Desquite era o termo designado pelo Código Civil de 1916 que dissolvia a sociedade conjugal e a separação de bens, mas resguardava a indissolubilidade do vínculo conjugal.

¹⁸⁰ **A Tribuna**. O divórcio. n. 03, 15/05/1986, p. 02. Artigo assinado por Anna Vasconcelos.

¹⁸¹ Idem, ibidem.

¹⁸² Idem, ibidem.

a vida, quase indissolúvel, subjugou a liberdade de dissolução do matrimônio, mas não estruturou condições para que o casamento sobrevivesse às crises causadas pela falta de amor entre os cônjuges e pelo adultério masculino.¹⁸³

Essa moralidade cristã impunha às mulheres esquecer e perdoar a infidelidade do marido ou ainda sujeitar-se à violência conjugal e a um casamento infeliz. O artigo de Anna Vasconcelos não é o único a se reportar a esta condição da esposa infeliz. Os discursos insistiam na manutenção da família como instituição fundamental e de origem divina. O divórcio tenderia a estabilizar a família e, destarte, destruiria a veneração à mãe. Assim como observou Faveri em suas pesquisas, “[...] a maternidade só poderia ser exercida mediante o sacramento do matrimônio, o divórcio seria o fim da humanidade [...]”.¹⁸⁴ A separação definitiva entre um casal poderia ocorrer com a morte. Mas a situação extrema para uma mulher casada, após a morte do cônjuge, poderia estar no comportamento esperado para uma viúva.

Em artigo da *Tribuna do Oeste*, representa-se a viuvez feminina como uma família sem pai cuja ênfase centra-se no sacramento indissolúvel do matrimônio. O texto não foca a viuvez masculina, apenas a feminina e ressalta que viúvas deveriam guardar o cumprimento definitivo das promessas iniciais no ritual do casamento, sem a observância da frase: *Até que a morte os separe*. Segundo o excerto, a viúva é assim descrita:

[...] como aquela que pôs sua esperança em Deus, e que persevera noite e dia em súplicas e preces. [...] Para todos será (a viúva) aquela cuja caridade silenciosa e delicada se apressa a prestar serviço, com uma palavra, com um gesto, onde quer que se revele uma necessidade mais urgente, uma pena mais viva. Nas relações familiares, profissionais ou de amizade, trará ela a nota distintiva que caracteriza seu apostolado: o testemunho de sua fidelidade e nas renúncias que ela impõe uma

¹⁸³ NADER, Maria Beatriz. **Inserção feminina no mercado de trabalho capixaba**: mudanças no paradigma da relação mulher e casamento. In: www.abcp.nepo.unicamp.br. Acesso em 04/08/2009.

¹⁸⁴ FAVERI, Marlene de. **Desquite e Divórcio**: a polêmica e as repercussões na imprensa. In: www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/viewFile/445/414. Captado em 10 de agosto de 2009.

felicidade mais profunda, mais estável, mais luminosa do que aquela que teve que renunciar.¹⁸⁵

A fidelidade e a renúncia da mulher esposa garantiam a felicidade e harmonia para todos em uma família. Uma das regras da família civilizada era a harmonia adquirida, sobretudo através da subserviência feminina. Mas conflitos familiares ganhavam notícias e desafiavam os modelos de civilização desejados pelas elites, judiciário, imprensa e instituições como a igreja e escola. Estas instituições encarregaram-se de elaborar e reproduzir via práticas discursivas, as regras de convívio familiar e social. Para Velho, as transgressões penais não são atos isolados, mas são expressões de conflitos culturais entre mulheres, entre homens e mulheres, entre homens, entre etnias ou entre grupos com visões de mundo distintas. A existência, em qualquer grupo humano, dos mais variados tipos de facções implica em permanente possibilidade de confrontos, oriundos a partir de tensões e divergências que também estão presentes na violência de gênero¹⁸⁶.

Os conflitos existentes nas relações familiares confrontavam com esperada passividade feminina na prática de violência, como neste exemplo:

O casal teria se separado há aproximadamente dois anos. Ivanir saiu de casa com três filhos porque apanhava do marido. “Ela conseguiu a sua liberdade e também a dos filhos ao sair de casa”, comentou uma amiga que preferiu não se identificar.¹⁸⁷

Após os dois anos de afastamento do companheiro, a ex-esposa foi assassinada. Na revista *Oeste* seguem detalhes do crime cometido pelo ex-marido e também das condutas morais e das ocupações de ambos. Nesta notícia, condena-se a atitude masculina, pois na opinião do jornalista a ex-esposa possuía o perfil de mulher honesta e trabalhadora. Filomena Gregori lembra que a violência exprime conflito problematizado na ideia de interesse em choque:

De um lado, o interesse do dominador: o desejo de mando e a montagem de um sistema que permita que ele se efetive e se perpetue. De outro, o interesse da mulher,

¹⁸⁵ **Tribuna do Oeste**. Não é fácil ser viúva. n. 255, 19 de junho de 1976, p. 7.

¹⁸⁶ VELHO, Gilberto. **Desvio e Divergência**: uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 21.

¹⁸⁷ **Revista Oeste**. Homem mata ex-esposa e tenta suicídio. n. 124, maio/junho 1987, p. 22

que não é claramente definido, uma vez que as mulheres estão sujeitas a uma violência simbólica que anula a possibilidade de definirem o seu destino e interesses.¹⁸⁸

A violência simbólica e interesses em choque estavam presentes na maioria dos dramas envolvendo mulheres e homens. As situações de violência eram representadas em notícias e, de maneira destacada, estavam relacionadas à condição social das pessoas. Nos dramas familiares noticiados, tendeu-se a representar a violência contra as mulheres motivada pela perda de controle masculino cuja origem do conflito reside em possíveis falhas no comportamento feminino¹⁸⁹. Também é recorrente a representação dessa forma de violência como correção de um ato ou falha perceptível no seguinte excerto:

O cidadão resolveu acertar certas dúvidas com a sua cara metade. Brigou, xingou e para fazer valer a sua dignidade de homem e marido, tentou atingir sua esposa com uma tesoura. Mas como sempre acontece, os deixa disso estavam presentes e a tragédia terminou com o ator principal nas grades. Dizem que em mulher só se bate com uma flor, mas o cidadão acha que essa tese está errada, por isso resolveu mudar a ordem das coisas. Ênvez (sic) de deixar o uso da tesoura a sua cara metade, tentou ele recortar a vestido dela com conseqüências talvez mais graves.¹⁹⁰

Esta fala foi noticiada pela Rádio Difusora e nela fica evidente que o recurso da violência contra as mulheres integra a dinâmica de dominação e subordinação entre os parceiros. Também observo no excerto acima que algo aparentemente inofensivo como o deboche configura-se como violência simbólica. Para Pierre Bourdieu¹⁹¹, a violência simbólica é suave, insensível, invisível e dificilmente é percebida pelas suas vítimas porque se reproduz no cotidiano através de gestos, sentimentos, emoções, linguagem e cor da pele, além de criar modos de ver o mundo cada vez mais nivelados e homogêneos por intermédio dos meios de comunicação de massa. A violência simbólica

¹⁸⁸ GREGORI, Maria F. As Desventuras do Vitimismo. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis: Editora da UFSC, n. 1, 1993, p. 144.

¹⁸⁹ Veja-se SCHRAIBER, L. B. D'OLIVEIRA, A. F L. et all. **Violência dói e não é direito**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005. p. 53-58.

¹⁹⁰ **Frente Ampla de Notícias**, edição n. 33, 4 de janeiro de 1967.

¹⁹¹ BOURDIEU, Pierre. Über die Vorherrschaft des Mannes: ein Musterbeispiel für symbolische Gewalt. In: **Le Monde Diplomatique**. August, 1998, p. 16.

torna-se possível quando suas vítimas a aceitam através do conhecimento e, principalmente, do desconhecimento, do reconhecimento e, em última instância, dos sentimentos. Estabelece-se uma correlação de forças na qual a maneira de ver o mundo é imposta e adquire estatuto de verdade.¹⁹²

As representações com vistas a conservar o *status quo*, através do risível, tentavam assegurar a continuidade dos papéis exercidos por homens e mulheres na sociedade. Segundo Rachel Soihet¹⁹³, os discursos cômicos possuem grande força ideológica na reconstrução cotidiana dos mitos de inferioridade e domesticidade feminina, como se percebe no exemplo que segue:

A senhora M. sofre mais que muleta em sovaco de aleijado nas mãos do marido P., um tremendo mau caráter que, além de amaciar o cangote da sofrida cara metade, todas as vezes que enche a cara com a marvada pinga vira cavalo de cão e bota pra quebrar na sua caxanga. Mesmo sabendo que a esposa está grávida, batendo tambor na pança, o P. deu-lhe uma sessão de porradas e tentou obrigá-la a tomar veneno.¹⁹⁴

A produção constante desta linguagem de deboche em notícias com foco nos conflitos familiares tende a construir e reforçar a domesticidade e passividade feminina. Esta domesticidade seria controlada por dispositivos de poder e saber, os quais, segundo Guattari, estariam a serviço das mais retrógradas figuras da socialidade.¹⁹⁵

As frases de efeito como *em mulher só se bate com uma flor e amaciar o cangote da sofrida cara metade* podiam ser lidas e ouvidas com facilidade e até repetidas. Entre os alvos de risos estavam determinados comportamentos das minorias, como homossexuais, mulheres em situação de violência e camadas populares. No jornal Alento, um dos exemplos está na notícia *Briga de Família*. Após a separação, um casal do interior do município de Marechal Cândido Rondon manteve relações de vizinhanças, mas com conflitos constantes.

¹⁹² BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p. 7-11.

¹⁹³ SOIHET, Rachel. Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: IFCS, vol. 5, n. 1, 1997, p. 7-29.

¹⁹⁴ **Hoje Foz**. n. 69, 5 a 12/02 de 1980, p. 16. Em parte das notícias serão dadas apenas as iniciais ou nomes fictícios para preservar o anonimato das e dos protagonistas.

¹⁹⁵ GUATTARI, Félix. Da produção de Subjetividade. In: PARENTE, André. (org.) **Imagem Máquina**. Rio de Janeiro: Ed 34, 1993, p. 190-1.

Na notícia, um fato inusitado “[...] aconteceu no início desta semana quando a infeliz galinha teve a idéia de atravessar o limite estabelecido. Fulminantemente abatida por A., a ave foi a causa de mais um briga [...]”¹⁹⁶ No segundo exemplo, da mesma edição, o locutor de rádio, após intervenção policial em um bairro da cidade, nomina-o no ar por várias vezes como o *Planeta dos Macacos*. A maioria da população ali residente era composta por trabalhadores de baixa renda e de longa data estigmatizados pela condição social e pela cor da pele, mas agora em tom de deboche. Para Nietzsche, o riso liga-se à crueldade. Sem crueldade não há festa e vincula-se o riso às zombarias cruéis, à livre vazão e à maldade.¹⁹⁷

4. Algumas considerações

Imagens civilizatórias para as mulheres e homens eram construídas nas capas e páginas internas dos jornais e revistas que circulavam na região Oeste do Paraná. As notícias distinguiam as pessoas pela posição social, por gênero e às vezes por etnia. Os homens das elites e seus representantes detinham um lugar de destaque assegurado e, na maioria das vezes, eram representados individualmente ou em grupos de homens. Algumas mulheres da capa eram representadas quando debutantes das cidades para concorrer como rainhas do carnaval ou da soja nos municípios ou ainda para divulgar a nova moda do verão para a praia. Além disso, muitas das mulheres das elites eram lembradas em páginas específicas como senhoras de iniciativas filantrópicas, damas da sociabilidade, figurando, normalmente, ao lado dos maridos. As mulheres pobres geralmente concorrem nas capas como praticantes de ações consideradas como crime e internamente ganham a publicidade indesejada de suas ações e de sua vida privada nas páginas policiais.

Os homens que compunham o judiciário, chefiavam a polícia, a administração pública, a educação e os sermões religiosos eram os guardiões da ordem e leitores dos principais jornais das cidades da região Oeste, os quais prescreviam as formas de ser distinto e civilizado, incluindo para as mulheres um destino inelutável como mães e

¹⁹⁶ **Alento**. Briga de Família. n. 23, 18/01 a 31/01, 1980, p. 1 e Condenaram o Waldomiro, p. 14. Até esta última notícia aceitava-se o estigma, mas posteriormente os moradores protestaram.

¹⁹⁷ NIETZSCHE, F. **Genealogia da Moral**: um estudo polêmico. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 69.

educadoras de filhos. Segundo a maioria desses homens, as mulheres deveriam restringir-se a papéis familiares e, sobretudo, a comportamentos subservientes, destarte o casamento estaria a salvo de avalanches, como o divórcio.

Para a região pesquisada, os meios de comunicação enquanto empresas pertencentes a pessoas e grupos, perpassavam o modelo pronto de civilidade, principalmente em relação ao controle da violência entre e das pessoas pobres. As formações e manifestações de violência, nas centenas de páginas dos jornais, das revistas e das transmissões da rádio, reduzem-se ao seu controle e às possibilidades de equilíbrio das tensões e conflitos na região, de modo que foram resumidas às atividades de repressão e de punição.

Mas os jornais não poderiam ficar alheios ao movimento da história especialmente em relação ao feminismo ao longo da década de 1970. O tema rendeu diversas páginas nas quais ora defendiam-se os valores tradicionais ora tentava-se compreender que as conquistas estavam batendo à porta das pequenas, ordeiras e progressistas cidades do interior do Paraná. Os embates com o feminismo tiveram repercussões na história local, pois assuntos como os direitos da trabalhadora rural e o direito a uma vida sem violência foram temas de inúmeros encontros de mulheres.

CAPÍTULO II

RELAÇÕES DE GÊNERO, VIOLÊNCIA, MOVIMENTO DE MULHERES E FEMINISMO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Neste capítulo analiso algumas representações sobre o feminismo, movimento de mulheres¹⁹⁸, caso Doca Street e algumas aproximações com o tema da violência e crime em notícias sob uma perspectiva de gênero. Destarte alguns recortes de notícias nas quais mulheres e homens estiveram em situações de violência assim como o envolvimento de outros personagens como agentes de polícia, juízes, médico e disputas políticas nos podem dar uma dimensão de mudanças, exclusões e permanências em relação à violência de gênero.

Como parte do processo histórico, jornais acompanharam, com diversas matérias, os movimentos feministas e de mulheres de outros países, do Brasil e da região. Especialmente no final da década de 1970 e na década de 1980, discussões sobre a condição feminina e encontros de mulheres na cidade de Toledo tornaram-se visíveis nos impressos. Uma das organizadoras destas discussões foi a socióloga e escritora Moema Viezzer. Moema¹⁹⁹, quando estabelecida na cidade de Toledo, atuou em grupos de base da cidade e comunidades rurais objetivando promover a educação e a implementação de políticas públicas direcionadas para questões de gênero e meio ambiente. Na cidade de São Paulo, ela coordenou a Rede Mulher com diversas pesquisas sobre a participação popular e relações de gênero.

Em Toledo, Moema avaliou os grupos e clubes de mães existentes na periferia tendo como intuito assessorá-los com palestras e encontros.

¹⁹⁸ Aqui são importantes os apontamentos de Joana Maria Pedro: “Entendo, como movimento feminista as lutas que reconhecem as mulheres como especificamente e sistematicamente oprimidas. É a afirmação de que as relações entre os homens e as mulheres não são inscritas na natureza, portanto, passíveis de transformação. Como movimento de mulheres, entendo movimentos cujas reivindicações não são de direitos específicos das mulheres. Trata-se de movimentos sociais cujos proponentes são, em sua maioria, mulheres”. In: **Revista Brasileira de História**. v. 26, n. 52. São Paulo : Anpuh, dez. de 2006, p. 270.

¹⁹⁹ **Tribuna do Oeste**. Moema Mulher. n. 246, 28 de março de 1981, p. 12. Segundo este jornal Moema residiu na República Dominicana e Haiti e, no retorno ao Brasil, publicou vários livros. *Se me deixam falar...Domitila* é o relato de algumas experiências sobre participação popular de mulheres. Nesta obra, traduzida para 14 países, Moema condensa parte da história das duras condições de vida dos trabalhadores das minas de estanho na Bolívia, a partir de um relato de Domitila Barrios de Chungara, dirigente do Comitê das Donas de Casa do Século XX e esposa de um trabalhador da mina.

Através de sua atuação, o Conselho da Condição Feminina no município de Toledo promoveu o I Encontro de Mulheres Toledanas em 1985.



Ilustração 2: Mulheres discutem violência.

Fonte: Correio do Oeste. n. 40, 6 de outubro de 1985, p. 11. (Acervo do Museu Histórico Willy Barth)

As discussões desse evento centraram-se na elaboração de uma pauta sobre as condições de trabalho e remuneração, participação política, violência contra as mulheres e demanda de direitos a ser entregue a constituintes em Brasília. Na imagem acima se ressalta a presença de cerca de 500 mulheres nesse encontro. O excerto que segue informa algumas de suas atividades:

Pela manhã as mulheres formaram cinco grupos de estudos para debater questões relacionadas a elas. Destes grupos saíram muitas resoluções, principalmente a respeito da violência contra as mulheres no lar e fora dele, suas condições de emprego e sua participação popular na vida política do país.²⁰⁰

Segundo o jornal *Correio do Oeste*, estas resoluções seriam encaminhadas ao Comitê Pró-Constituinte como forma de contribuição ao debate nacional em relação à elaboração de uma nova Constituição. Entre as palestrantes estava Moema Viezzer e Norma Kyriakos, sendo esta última procuradora geral, assessora especial do governo Franco Montoro e representante da Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo. A notícia enfatiza a impressão positiva de Kyriakos sobre a

²⁰⁰ *Correio do Oeste*. Mulheres discutem violência. n. 40, 6 de outubro de 1985, p. 11.

ampla participação e mobilização de mulheres no interior do país: “[...] isto é uma prova de que o Brasil é um país viável, mesmo porque um país que tem mulheres como estas aqui em Toledo, é viável mesmo. Cabe a nós transformá-lo.”²⁰¹ No *Jornal do Oeste*, o encontro é estampado na capa como *O Grande Encontro das Mulheres* e no texto destaca-se o objetivo:

O I Encontro de Mulheres Toledanas tem como objetivo discutir com as mulheres do município o atual contexto cultural-sócio-político e econômico do Brasil, como meio de possibilitar-lhes um crescimento dentro da estrutura, a caminho da plena realização feminina.²⁰²

Este encontro feminino manteve publicidade nos principais jornais de Toledo, sendo dado destaque pelo *Jornal do Oeste*: “A mulher está saindo da casca, está partindo para novas conquistas, e em Toledo, este processo está em andamento.”²⁰³



Ilustração 3: O Grande Encontro das Mulheres.

Fonte: *Jornal do Oeste* n. 90, 29 de setembro de 1985, p. 1 e 2. (Acervo do Museu Histórico Willy Barth)

No mesmo jornal, há uma matéria sobre a criação da Delegacia de Defesa da Mulher em algumas cidades do Brasil. Segundo o texto, uma delegada do Estado do Espírito Santo expôs a situação de denúncia de estupro:

²⁰¹ Idem, *ibidem*.

²⁰² *Jornal do Oeste*. O Grande Encontro das Mulheres. n. 90, 29 de setembro de 1985, p. 1 e 2.

²⁰³ *Jornal do Oeste*. Encontro Feminino. n. 90, 29 de setembro de 1985, p. 2.

Nós tivemos três casos de estupro denunciados por vítimas, e isso pode representar que as mulheres aceitam a nova filosofia de tratamento dos crimes praticados contra elas. [...] Ela explicou que nos casos mais graves são instaurados inquéritos policiais e, até agora, três foram abertos e os agressores estão sendo processados.
204

Após a publicação deste artigo, das atividades de Moema em Toledo e das discussões sobre a violência de gênero, nos anos subsequentes, o estupro começa a ser nomeado como violência sexual e não mais como anormalidade naquela cidade.²⁰⁵ No período anterior aos encontros de mulheres em Toledo e da criação da Delegacia da Mulher em Cascavel, os títulos, frases e palavras nos impressos sobre essa modalidade de violência contra as mulheres revelavam a existência de um imaginário que levava, segundo Suarez, à seguinte avaliação do estupro:

[...] o estupro não era avaliado como crime e sim como monstruosidade, razão pela qual os agressores passam a ser percebidos mais como sujeitos marginais, carentes e poluentes do que propriamente transgressores.²⁰⁶

Este imaginário para os atos de estupro estava presente na mídia do Oeste do Paraná, como se constata a partir dos seguintes títulos: *Matou anormal que violentou a filha; Anormais raptaram menor e tentaram seviciá-la; Tarado no Parque Verde.*²⁰⁷

Além da publicidade das atividades coordenadas por Moema Viezzer em Toledo, muitos dos jornais divulgavam matérias, entrevistas e artigos sobre o feminismo e a emancipação das mulheres desde a década de 1970. Afirmação esta que se pauta em títulos como: *A civilização caminha para igualdade entre os sexos; A mulher brasileira é realizada ?; Betty Friedan: menos passeatas e mais ação; Machismo: o fim de um reinado?; Mulher: Falta de Liberdade e Marginalizada? e*

²⁰⁴ **Jornal do Oeste.** Mulheres já têm onde se queixar. n. 152, 16 de janeiro de 1986, p. 6.

²⁰⁵ **Jornal do Oeste.** Violência Sexual: Jovem é violentada sob a mira de revólver. n. 195, 2 de abril de 1986, p. 6.

²⁰⁶ SUAREZ, M; BANDEIRA, L. **Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal.** Brasília: UNB, 1999, p. 15.

²⁰⁷ **O Paraná.** Seguem edições na sequência dos títulos no texto. n. 734, 1. out. 1978, p. 3; n. 828, 18.fev.1979, p. 4; n.831, 9 de fev.1979, p. 23.

*Nem Feminismo nem Machismo: Justiça.*²⁰⁸ A grande maioria desses artigos observa o feminismo como homogêneo, sendo uma tendência compreendê-lo como uma *guerra entre os sexos* na qual as mulheres feministas eram homofóbicas e se pautavam na possibilidade de dominação sobre os homens. Segundo Perrot, o feminismo nem sempre gozou de boa reputação, pois muitas mulheres defendiam-se ao serem consideradas feministas. Para a autora, o feminismo deve ser visto como plural e variado e, num sentido amplo, como designação da luta pela igualdade entre homens e mulheres.²⁰⁹

Esta luta pela igualdade entre os gêneros foi parte de um processo histórico em curso em vários países ocidentais. Luta esta advinda de movimentos sociais como o de mulheres, o feminista e o da contracultura que passou a ser denominada de *Revolução Sexual* porque, em grande parte, focalizou as questões do corpo e da sexualidade. Neste contexto, o feminismo é chamado de *Segunda Onda*, uma vez que difere da *Primeira Onda* dando prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer e contra toda forma de dominação masculina, conhecida como patriarcado. Conforme Joana Pedro, uma das palavras de ordem da Segunda Onda era: *o privado é político.*²¹⁰

No Brasil o feminismo de Segunda Onda foi retomado na década de 1970. O ano Internacional da Mulher inaugurado em 1975 com o apoio da ONU fez ressurgir as lutas feministas no país. Segundo Joana Pedro em plena ditadura e repressão militar essas lutas não se assemelhavam ao projeto que se desenvolvia em países europeus e nos Estados Unidos.²¹¹ Estas lutas conquistavam espaço na mídia em vários países e, deste modo, nos jornais regionais o tema não poderia passar sem divulgação e polêmicas.

A batalha de palavras com foco nas mudanças nas relações de gênero era evidente em artigos, como este do jornal *Frenteira do Iguçu*:

²⁰⁸ O Paraná. n. 78, n. 91 e n. 153, 1976. *Frenteira do Iguçu*. n.1532 e 1568 de 1978. *Jornal do Oeste*, n. 850 de 1988.

²⁰⁹ PERROT, M. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 153-154. Segundo Perrot, o feminismo age em movimentos súbitos, ou seja, por ondas. “É intermitente, sincopado, mas ressurgente, porque não se baseia em organizações estáveis capazes de capitalizá-lo”. p. 155.

²¹⁰ PEDRO, J. M. Traduzindo o debate. In: *Revista História*. São Paulo, v. 24, n.1, 1995, p. 79. Segundo a autora, a “Primeira Onda” desenvolveu-se no final do século XIX e as lutas estavam centradas na reivindicação dos direitos políticos, sociais e econômicos, ou seja, no direito de votar e ser eleita, o trabalho remunerado, estudo, propriedade e herança.

²¹¹ PEDRO, Joana M. *Revista Brasileira de História*. v. 26, n. 52. São Paulo : Anpuh, dez. de 2006, p. 269. Ver também ALVES, Branca M.; PITANGUY, J. *O que é Feminismo*. São Paulo : Brasiliense, 1985, p. 70-74.

A Guerra Fria a qual nos referimos é a discosificação (sic) da mulher, a qual o homem alega que cada um tem que ficar no seu lugar. A mulher por sua vez, está querendo ganhar esta guerra, com armas as quais não concatenam-se com sua essência. Esta essência, a qual nos referimos, são as armas que toda a mulher de bom senso pode usar, são elas: a meiguice, o charme, a feminilidade. Entretanto, não devemos esquecer que cada sexo tem seu lugar neste mundo chamado terra. Não vamos conseguir a nossa emancipação através de prensas na parede do outro sexo. Sejamos iguais, sejamos equilibrados, sejamos nós mesmas, vamos largar deste complexo de inferioridade em relação ao homem. Talvez no fundo eles saibam que nós não somos inferiores a eles.²¹²

Nesta matéria, acreditava-se na existência de uma essência feminina para as mulheres, assim como numa oposição binária natural entre os sexos, porém admitia-se que mudanças estavam ocorrendo em relação à divisão de trabalho entre mulheres e homens. No excerto abaixo, a emancipação era uma questão de conquista lenta pautada na essência feminina:

Por isso achamos que é muito melhor conseguirmos ao mesmo tempo a nossa emancipação calmamente e sermos consideradas como mulheres agindo de tal forma que conceba chamarmos mulheres, do que conseguirmos esta, imediata, mas sermos consideradas masculinizadas como Betti Friedan. (sic)²¹³

Após a segunda metade da década de 1970, diminuem as críticas dos meios de comunicação em relação às possibilidades de acesso de mulheres às carreiras consideradas masculinas²¹⁴, mas elas deveriam permanecer em atividades e atitudes relacionadas ao espaço privado como a maternidade, educação dos filhos, delicadeza e meiguice. Neste sentido são elucidativos os estudos de Hirata e Kergoat ao analisarem que a divisão sexual do trabalho em países ocidentais, na

²¹² **Fronteira do Iguaçu.** Quando Mulher é mais Mulher. n. 139, 11 novembro de 1972, p. 6.

²¹³ Idem, *ibidem*.

²¹⁴ **O Paraná.** A presença da Mulher na carreira jurídica. n. 3144, 16 de novembro de 1986, p.3. Mulheres também atuando na Medicina Veterinária. n. 1640, 1 de dezembro de 1981. p. 12.

Europa e na América do Norte contribuiu para as desigualdades e conflitos de gênero na medida em que se naturalizava a incumbência simultânea da responsabilidade profissional e familiar às mulheres.²¹⁵ O artigo *Conquistas da mulher resultam também no acúmulo de funções* corrobora nesta questão ao entender que mulheres que trabalhavam em empregos remunerados deveriam acumular funções, pois “[...] o homem ao voltar para casa já cumpriu sua parte.”²¹⁶

Para grande parte de artigos e matérias produzidas com mulheres empresárias, jornalistas e professoras, a emancipação era considerada uma conquista individual, como releva o artigo assinado por Maristela A. Belinho:

Hoje, mais e mais as mulheres se apercebem que as tarefas do lar e junto à família não é tudo, mas algo que juntamente com outras coisas pode vir a realizá-la. [...] O principal não é ter uma profissão, mas ser respeitada enquanto indivíduo, conquistar um lugar ao lado do homem.²¹⁷

Belinho entendia essa conquista como a busca por informações políticas, econômicas, culturais e sobre si mesma, bem como a discussão destas questões com o marido, de modo que contribuíssem para sua autoestima, mesmo permanecendo nas tarefas do lar. Em entrevista no mesmo jornal, Maria Tereza Lazari também compreendia a emancipação feminina como uma conquista individual, mas acrescentava a necessidade da profissionalização da mulher e da divisão das tarefas no lar. “Não existe mais aquela idéia do lar como um museu. Além disso, a tecnologia ajuda muito.”²¹⁸ Lazari, ao se referir aos movimentos feministas, observava sua importância na conscientização da mulher sobre sua própria capacidade, mas fazia questão de ressaltar:

[...] não tem nada contra os homens e eu os admiro pelo seu trabalho e inteligência e por terem durante tanto

²¹⁵ HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. In: **Cadernos de Pesquisa**. v. 37, n. 132, set/dez 2007, p. 595-609.

²¹⁶ **O Paraná**. *Conquistas da mulher resultam também no acúmulo de funções*. n. 3839, 9 de março de 1989 p. 4.

²¹⁷ **O Paraná**. *A mulher e seu estar no mundo*. n.2954, 6 de abril de 1986, p. 11.

²¹⁸ **O Paraná**. *Emancipação é uma questão de conquista individual*. n. 25 13 de junho de 1976, p. 7.

tempo aceito o encargo de dirigirem sozinhos os destinos da família e da sociedade.²¹⁹

Em outra matéria, Maria do Roccio dos Santos Junqueira posicionava-se contra os movimentos feministas e a igualdade:

[...] toda a mulher deve ter seu lugar na sociedade, pois nós temos capacidade. [...] Igualdade é bobagem. Os Homens e as Mulheres devem andar juntos, cada um desenvolvendo suas potencialidades. [...] A mulher precisa e deve conservar sua feminilidade.²²⁰

Também se dava publicidade a uma campanha contra o feminismo através de títulos bombásticos em artigos como estes: *Quando uma feminista gosta de homens* e *Feminismo ataca as freiras*. Neste último artigo, um professor da Universidade de Siena observava uma crise vocacional, mas sem menção ao feminismo e sim à falta de estudantes para o curso de teologia naquela instituição.²²¹

Outros artigos, com menor destaque, são esclarecedores sobre o feminismo e sua história. Sob o título *Feminismo* apresenta-se um resumo desde a atuação dos clubes femininos de Atenas e as datas históricas relevantes para o feminismo até a década de 1970. No artigo *A evolução feminina, segundo as feministas*, estudantes e professoras de história e sociologia da Universidade de Pádua, Itália, mostram sob a forma de história em quadrinhos experiências de vida livre e independente de mulheres na Grécia Antiga, entre povos bárbaros, na idade média européia e a construção de formas de dominação masculina, principalmente após o século XV.²²²

O texto sob o título *Elas querem derrubar a ditadura do homem* focaliza um protesto de mulheres que tomaram escritórios de editoras de livros e filmes eróticos em Nova Iorque. Neste texto, o movimento feminista aparece como plural e apresenta a luta das mulheres por igualdade salarial e contra a exploração do corpo feminino em filmes, livros, revistas e publicidade.²²³

²¹⁹ Idem, ibidem.

²²⁰ **O Paraná.** Toda mulher deve ter seu lugar na sociedade. n. 42, 04 de julho de 1976. p. 6.

²²¹ **O Paraná.** Feminismo ataca as freiras. n. 190, 28 de dezembro de 1976, p. 13 e no mesmo jornal: Quando uma feminista gosta de homens. n. 153, 14 de novembro de 1976, p. 12.

²²² **O Paraná.** Feminismo e a evolução feminina, segundo as feministas. n.214, 30 de janeiro de 1977, p. 14.

²²³ Idem. Elas querem derrubar a ditadura do homem. n.798, 14 de janeiro de 1979, p. 13.

A Mulher tem cabeça? É um título de um artigo que chama a atenção do leitor ao observar dados da biologia sobre as medidas do crânio de homens e mulheres e desconstrói a ideia de uma natureza feminina como mais emotiva, instável e irracional. Com dados de pesquisadores de anatomia e das ciências humanas, concluiu-se que não existe diferenciação nas faculdades mentais em relação ao peso dos cérebros quer seja de homens ou de mulheres. Segundo este artigo, os estudos apontam também que os distúrbios psíquicos de mulheres estão relacionados com seu papel feminino tradicionalmente adquirido.²²⁴

Embora estes quatro últimos artigos dêem visibilidade à pluralidade de ações de feministas, em grande parte dos textos entende-se o feminismo como a causa de inúmeros problemas, como a destruição da família, dos costumes, a legalização do divórcio e do aborto e a escalada de mulheres em atividades ilícitas. O artigo a seguir relaciona o feminismo com o aumento da criminalidade de mulheres, para tanto se remete à realidade nos Estados Unidos:

A criminalidade feminina se incrementa consideravelmente nos Estados Unidos em razão, segundo algumas opiniões, do crescente desenvolvimento dos movimentos de libertação da mulher. Este é o ano Internacional da Mulher segundo a ONU.²²⁵

Ainda segundo este artigo, de acordo com o FBI (Federal Bureau of Investigation), no período de 1960-1973, o índice de detenção por delitos graves como homicídio, ataques à mão armada e roubo com agressão teria aumentado 277,9% entre as mulheres contra 87,9% entre os homens. Sugere-se então entender a estreita relação entre a escalada da delinquência feminina e o Movimento de Libertação da Mulher com estudos aprofundados sobre o fenômeno: *As mulheres não querem mais ser cidadão de segunda categoria na sociedade*. O artigo menciona um estudo de Freda Adler, dado que ela relaciona o feminismo com o aumento da criminalidade feminina nos Estados Unidos. O texto do jornal corrobora com a assertiva de que os delitos estão relacionados a uma nova qualificação dos atos cometidos por mulheres:

Os principais delitos cometidos por mulheres eram, até a pouco tempo, a prostituição e o furto nos

²²⁴ Idem. *Mulher tem cabeça?* n. 481, 23 de dezembro de 1977, p. 10.

²²⁵ **Fronteira do Iguçu**. Cresce a Criminalidade Feminina. n. 572, 25 de abril de 1975, p. 3.

supermercados. Mas, nestes últimos anos as mulheres delinquentes preferem as falsificações, fraudes e delitos desta espécie. Segundo o FBI, as detenções por falsificações do período 69-73 cresceram em 116,8% contra apenas 15,3% entre os homens.²²⁶

Esta matéria poderia levar o leitor a concluir que as estatísticas do FBI falavam por si como uma verdade estabelecida. Assim, as motivações para os crimes de mulheres, de acordo com este jornal, foram indiretamente relacionadas com os movimentos emancipatórios femininos e também articuladas ao conjunto de mudanças sobre determinados valores relacionados à família e às funções da mulher-mãe.

Segundo estudos de Soyka, nos últimos vinte anos do século XX, estes valores em fluidez de fato aumentaram a participação de mulheres mais jovens na criminalidade, até pouco tempo considerada como *coisa de homem* na Europa. Paradoxalmente, segundo este autor, os crimes que envolviam assassinatos cometidos por mulheres diminuíram, pois as discussões sobre as relações de gênero e a autonomia feminina possibilitaram a resolução destes conflitos de outras formas.²²⁷ Todavia, este estudo recente de Soyka e o de Freda Adler dos anos de 1970, em sua obra *Sisters in Crime*, não levaram em conta as motivações econômicas, de classe, de geração e étnicas presentes em países “desenvolvidos” e “em desenvolvimento”.²²⁸ Estas questões também são importantes nos estudos sobre o envolvimento das mulheres em crimes, entretanto, pouco foram consideradas em notícias. Por fim, esta mesma notícia, ao explorar a noção do aumento da criminalidade feminina e o feminismo continua a campanha para manter as mulheres na subserviência e nas atividades do lar.

E os assassinatos de mulheres? Embora o movimento feminista da *Segunda Onda* colocasse em pauta novas possibilidades para as mulheres, como o direito sobre o seu corpo e sobre a punição em relação às violações dos mesmos, muitos assassinatos de mulheres ainda eram justificados como crimes passionais e de honra. No Brasil, o caso Doca Street ganhou manchetes nacionais, internacionais e locais, a ponto de reabrir o debate sobre os crimes passionais. Para as feministas, a

²²⁶ Idem, ibidem.

²²⁷ SOYKA, M. **Wenn Frauen töten**. New York, Stuttgart: Schattauer, 2005, p. 5.

²²⁸ Sobre o estudo de Adler consultar: www.Keltawebconcepts.com.au. **A Feminist Perspective on Women and Crime**. Acesso em: 17 de junho de 2009. Freda Adler foi socióloga e feminista estadunidense conhecida pela obra “Sisters in Crime” publicada em 1975.

violência contra as mulheres era considerada como mais um dos graves problemas na sociedade.²²⁹ Em grande parte das notícias sobre Doca, na imprensa do Oeste do Paraná, destaca-se um protagonista atordoado pela paixão ao cometer o crime. Esse conjunto de textos sobre o crime, o criminoso, a vítima, o julgamento e a prisão tornou-se um emaranhado de jogos estratégicos que envolvia a dominação masculina.

1. Imprensa e violência contra mulheres: caso Doca Street nos jornais da região Oeste

Raul Fernando do Amaral Street foi o autor de um dos crimes de maior repercussão nas últimas décadas do século passado no Brasil. O desfecho do caso foi considerado símbolo do machismo devido a sua absolvição em virtude do argumento em defesa da honra. A jurisprudência nacional do período cunhou o direito ao homem de matar pela honra. Ao alegar traição, o crime deixava de existir como tal. A eliminação da mulher era um direito legitimado. O crime em questão ocorreu em Cabo Frio no Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1976. Nesta data, Doca Street assassinou com vários disparos de revólver Ângela Maria Fernandes Diniz.

O crime deixou de ser um caso policial e virou símbolo da luta das mulheres pela punição dos homens violentos. A absolvição do criminoso provocou uma das primeiras grandes campanhas públicas das feministas no país contra a violência. O movimento feminista polemizou que a violência contra as mulheres, além de ser de grandes proporções, era invisível.²³⁰ Essa luta contra a violência às mulheres elevou um grito pelo país: *quem ama não mata!* Este grito fez com que um amplo e diversificado movimento feminista lutasse pela vida sem sofrimento e morte para as mulheres.

Os atos de violência contra as mulheres revelavam que brutalizar, violentar e/ou matar eram ações praticadas por companheiros ou ex-companheiros, pais, policiais e outros homens. Vários estudos na década de 1980, como de Mariza Correa, Rachel Soihet e Maria Amélia

²²⁹ PINTO, Celi R. Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003, p. 80.

²³⁰ SUAREZ, M; BANDEIRA, L. *Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal*. Brasília: UNB, 1999, p. 15.

Azevedo, acentuam as denúncias da violência contra as mulheres.²³¹ A partir destas denúncias, alavancaram-se estudos significativos sobre o tema à luz de categorias como gênero a partir de uma perspectiva relacional sob olhares intersubjetivos dos envolvidos em situação de violência. O assassinato de Ângela Maria Fernandes Diniz e a mobilização de mulheres pela punição de Doca certamente contribuíram para avanços na demanda dos direitos das mulheres a uma vida sem violência.²³²

Mas como foram representados o crime, criminoso, vítima e movimentos de mulheres relacionados ao caso? Nos jornais do Oeste do Paraná são marcantes as atenções dadas ao crime de Doca Street, cujos desdobramentos são traçados do ato do crime a primeira saída da prisão. Os fatos do crime começam a ser narrados a partir de 1976, especialmente no jornal O Paraná. Para este impresso, o crime tem “[...] todos os ingredientes para se tornar um dos crimes passionais mais comentados dos últimos tempos.”²³³ Na notícia, supôs-se tratar de um triângulo amoroso e testemunhas poderiam descrever as cenas de ciúmes do criminoso. A versão da empregada é uma das únicas a apontar que Doca explorava Ângela financeiramente, era violento e coagia a vítima.²³⁴

Posteriormente, em outras edições, as notícias ocupavam-se sobremaneira em descobrir algum desvio no comportamento de Ângela Diniz que a culpasse pelo estado psicológico de Doca Street. Destarte, um médico psiquiatra expôs o quadro clínico do criminoso: coma alcoólico e depressão, agitação psicomotora quando ansioso e ideias de suicídio. Além disso, sugere a notícia que o relaxamento da prisão iria ocorrer com ampla documentação, incluindo declarações de industriais e empresários de São Paulo a respeito da vida pregressa do acusado. A partir do depoimento de um amigo comerciante, os argumentos em favor de Doca Street são assim descritos: “[...], pois desde criança [...] pessoa de temperamento calmo, de ótimos sentimentos e não me lembro de ter-se envolvido em atos de violência ou agressivos e que tampouco andasse armado.”²³⁵ Neste depoimento, o comerciante expôs a situação

²³¹ CORREA, M. **Morte em Família**. Rio de Janeiro : Graal, 1983 e da mesma autora. **Crimes da Paixão**. São Paulo: Brasiliense, 1981; SOIHET, R. **Condição Feminina e formas de violência**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989; AZEVEDO, M. A. **Mulheres Espancadas: a violência denunciada**. São Paulo: Cortez, 1985.

²³² Consultar GROSSI, M.P. De Ângela Diniz a Daniela Perez: a trajetória da impunidade. In: **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, n. 1, 1993, p. 156-168.

²³³ **O Paraná**. Polícia está caçando o assassino de Ângela Diniz. n.190, 27.dez.1976, p.1.

²³⁴ Idem. Empregada dá a versão do crime. n. 192, 29.dez.1976, p. 7.

²³⁵ Idem. Doca Street favorecido pelos depoimentos. n.272, 12 de abril de 1977, p.16.

financeira de Doca Street antes de seus casamentos e de que este não dispunha de grandes recursos financeiros, assim como, nas separações, não fazia exigências de ordem patrimonial. Este comerciante ressalta ainda que era Ângela quem teria forçado a separação de Doca com a ex-mulher.²³⁶

Segundo Blay, a partir do depoimento do amigo de Doca Street, a defesa construiu duas imagens do acusado. Primeiro era preciso demonstrar o bom caráter do assassino desde a infância. Segundo era necessário denegrir a vítima como motivadora do crime²³⁷. Assim, Evandro Lins e Silva, advogado de defesa, ressaltou os sentimentos que levaram Doca a cometer o crime. Para captar estas emoções, serviu-se da literatura, especialmente da obra *A Servidão Humana*²³⁸, para entender a rejeição sentida pelos amantes. De tal modo, Silva utilizou-se dos sentimentos de rejeição, paixão e desvario para comover o júri e inocentar o ato contra a mulher amada que pecou ao não aceitar o amor de Doca Street.

Em relação à rejeição, mas sob a perspectiva da potência e da impotência, Saffioti acrescenta que Doca Street descarregou seu revólver especialmente no rosto de Ângela, pois “[...] atirar num lindo rosto deve ter tido um significado, talvez o fato de aquela grande beleza tê-lo fascinado, aprisionado-o a ela, impotente para abandoná-la.”²³⁹ Para a autora, Doca Street estava inconformado com a decisão de Ângela em romper definitivamente a relação amorosa e com o seu insucesso na tentativa de persuadi-la a reconsiderar a decisão, sendo assim, assassinou-a. Segundo a notícia, “[...] uma pessoa correta como Doca só pode pela paixão cometer tal crime.”²⁴⁰ Blay conclui que nenhum tipo de sentimento pode justificar a morte e a perda de direitos humanos de mulheres, homens de diferentes classes, grupos étnicos e de demais minorias.²⁴¹

Uma notícia sobre o primeiro julgamento comemorava a absolvição de Doca: *No Rio Doca é liberado*. Apesar de ter sido

²³⁶ Idem, ibidem.

²³⁷ BLAY, Eva A. Violência Contra a Mulher e Políticas Públicas. In: **Estudos Avançados**. n. 17 (49), 2003, p. 90.

²³⁸ Obra literária de William Maugham publicada em 1915 com ênfase nos sonhos, fragilidades e desencantos do protagonista do enredo nas relações afetivas com mulheres.

²³⁹ SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004, p. 51. Para esta autora, as mulheres estão familiarizadas com a impotência, mas não é o caso dos homens que ao perpetrar a violência acreditam que estão sob o seu efeito.

²⁴⁰ **O Paraná**. Doca Street favorecido pelos depoimentos. n.272, 12 de abril de 1977, p.16.

²⁴¹ BLAY, E. Violência Contra a Mulher e Políticas Públicas. In: **Estudos Avançados**. n. 17 (49), 2003, p. 90.

condenado a dois anos de prisão Doca não precisaria cumpri-la por ser réu primário, frente a isso, o jornal evocava a vitória da defesa. Na ocasião, o juiz concedeu-lhe o direito a *sursis*, ou seja, o réu é condenado, mas não cumpre a pena de privação de liberdade. O jornal ainda expôs parte da fala da entrevista concedida por Doca a jornalistas: “Gostei da decisão dos jurados. Foi o melhor momento da minha vida. [...] apesar de ser católico não fiz nenhuma promessa.”²⁴² Segue no jornal que 250 pessoas aguardavam do lado de fora com cartazes apoiando o acusado. O primeiro julgamento foi anulado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Um grupo de feministas organizou-se para conscientizar a população de Cabo Frio, de onde saíam os jurados que integrariam o conselho de sentença do segundo julgamento.²⁴³ A pressão de movimentos feministas também se fez sentir por meio de protestos quanto à decisão do primeiro julgamento. Como um rastilho de pólvora, eles se espalharam pelo Brasil afora e, certamente, pesaram no momento da anulação proferida em primeira instância.

Diversas edições do jornal *O Paraná* acompanharam o primeiro e segundo julgamento sem assinalar a pressão de movimentos feministas sobre o caso. Apenas uma notícia expôs que manifestações estavam proibidas no segundo julgamento de Doca. Nessa notícia, ainda apresentava-se a necessidade de segurança do Fórum e o fato de que, no primeiro julgamento, Doca saiu aplaudido como ídolo e herói. A notícia ainda reforçava: “No Fórum, a impressão é de que a legítima defesa da honra criada pelo mineiro Pedro Aleixo, comovera tanto os jurados quanto no julgamento anterior de Doca.”²⁴⁴

No jornal *O Paraná*, há detalhes da defesa no segundo julgamento: “[...] insensato garotão apaixonado por Ângela e que matou por amor.”²⁴⁵ E a notícia continuava na defesa do criminoso: “Dos quinze anos de prisão por ser réu primário pode sair do julgamento em liberdade e segundo o juiz nada assegurara que Doca não fugira, pois não ficara sob vigilância policial, mas poderia fugir se quisesse.”²⁴⁶ Conforme lembra Blay, em nome da ampla defesa dos réus, certos aplicadores do direito subestimavam a violência praticada contra

²⁴² **O Paraná**. No Rio Doca é liberado. n.1026, 21 de outubro de 1979, p. 1 e 6.

²⁴³ SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004, p. 52.

²⁴⁴ **O Paraná**. Manifestações proibidas no julgamento de Doca. n. 1619, 6 de novembro de 1981. p. 1.

²⁴⁵ **O Paraná**. Condenado a 15 anos. Doca em liberdade. n. 1627, 15 de novembro de 1981, p. 1.

²⁴⁶ Idem, *ibidem*.

mulheres. Blay também alerta para a facilidade com que os procedimentos judiciais permitiam a fuga dos réus.²⁴⁷

Concomitantemente ao período em que Doca Street é julgado, outro fato importante tem lugar no cenário nacional: a campanha feminista nacional contra a violência em relação às mulheres. O jornal *O Paraná* e os demais silenciaram sobre a campanha que repudiava publicamente o amor como justificativa para o crime no país. Também a imprensa regional situava-se na defesa do acusado e, em nenhuma notícia, discutia-se a participação de feministas pela condenação de Doca. As manifestações apresentadas pelo jornal *O Paraná* colocavam-se a favor do criminoso. Segundo Blay, parte da imprensa paulista revelava indignação contra as feministas e suas manifestações públicas as quais, segundo esta imprensa, pré-condenaram o réu. Esta autora ainda observa que para alguns jornalistas, uma simples briga entre amantes dificilmente poderia se transformar em acontecimento nacional. Tratava-se de um incidente como se a vítima ainda estivesse viva. Conforme lembra Blay, o defensor de Doca revelou seu espanto ante a extraordinária pressão popular que acompanhou o julgamento.²⁴⁸ O jornal *O Paraná* apenas menciona que a defesa e a acusação atuavam como se o julgamento fosse um circo ora conduzido pela defesa e ora pela acusação com risos e aplausos da plateia.²⁴⁹

Na imprensa regional, concomitantes com as notícias sobre o caso Doca Street, casos de violência contra mulheres ganhavam destaque. Em grande parte dos textos, os motivos dos crimes ainda eram condicionados a ciúmes e ganância, sendo a culpa, normalmente, atribuída à conduta da mulher. Nas notícias, os crimes considerados passionais eram continuamente romantizados e dramatizados, além de haver um incremento na representação da violência com tais justificativas.

2. Discursos de autoridade e violência de gênero

2.1 “Mulher apanha mais no verão”

²⁴⁷ BLAY, Eva A. Violência Contra a Mulher e Políticas Públicas. In: **Estudos Avançados**. n. 17 (49), 2003, p. 96.

²⁴⁸ Idem, p. 89.

²⁴⁹ **O Paraná**. No Rio Doca é liberado. n. 1026, 21 out.1979, p. 1 e 6.

Matéria publicada em 1987 pela *Revista Oeste* destaca a atuação de uma delegada da Delegacia da Mulher de Cascavel e traz, no centro da página, em letras destacadas o título *Violência: Mulher apanha mais no verão* acompanhado do subtítulo: *A Delegacia da Mulher constata: violência contra o sexo feminino aumenta nos meses quentes.*²⁵⁰ Segundo o jornal *O Paraná* na região Oeste, a primeira Delegacia da Mulher foi criada em sete de novembro de 1986 na cidade de Cascavel.²⁵¹ As primeiras delegacias do país foram criadas anteriormente, mas no mesmo ano no Estado de São Paulo e respondiam às reivindicações dos movimentos feministas no período da reabertura democrática. Estas delegacias foram uma iniciativa pioneira no Brasil e posteriormente adotadas por outros países.²⁵²

O texto da matéria acima inicia com o registro de um caso de violência contra uma mulher cometido por seu marido, sendo este motivado pelo consumo de bebida alcoólica. Após denúncia da esposa vitimada, o acusado defendeu-se alegando esquecimentos repentinos, além de não ter intenção de agressão. Na defesa, sugere-se também que o acusado agia cegamente devido a seus sentimentos. Diante da exigência de separação da esposa, o acusado propôs a mudança de residência para outro Estado, mas ela manteve-se irredutível. Diante desta situação, ambos foram encaminhados pela delegada para a prefeitura de Cascavel visando o processo de separação.

Nesta matéria, ilustram-se ainda outros casos de violência contra a mulher registrados no início da semana, especialmente nas segundas e terças-feiras, ocasião em que se verificam filas na Delegacia da Mulher. Segundo a delegada, em declaração à *Revista*, a violência contra a mulher dobrava no verão em relação a outros períodos. O texto segue tentando esclarecer por que mulher apanhava mais no verão:

O aumento das ocorrências nos finais de semana, bem como a proliferação de casos nos meses de verão constituem fatores sem explicação lógica aparente, afirma a delegada, que deveriam melhor ser estudados por profissionais especializados como sociólogos e psicólogos. Entretanto, ela arrisca um palpite, atribuindo

²⁵⁰ *Revista Oeste*. n. 24, 24 dezembro de 1987, p. 34.

²⁵¹ O Jornal *O Paraná* publica duas matérias sobre a sua instalação sob os títulos: “Delegacia da Mulher: Tina Ferraz vem para a instalação”. n. 3136, 7 de novembro de 1986, p. 1 e “Violência contra a Mulher preocupa”. n. 3156, 29 de novembro de 1986, p.3.

²⁵² DEBERT, Guita G., GREGORI, Maria F. As Delegacias Especiais de Polícia e o Projeto Gênero e Cidadania. In: **PAGU**. Campinas: Unicamp, 2002, p. 9-19.

ao fenômeno aos ânimos mais exaltados por causa do calor.²⁵³

Concomitante ao discurso da delegada, a Revista apresenta a fala da escritora que observa outra causa: “[...] as pessoas passam mais tempo fora de casa no verão.” Este discurso relaciona este tempo fora com idas aos bares e a ingestão de bebidas alcoólicas conforme o excerto abaixo:

Ambas concordam, porém num ponto: o verão é a época em que mais se consome bebidas alcoólicas, com o decorrente crescimento da violência. Prova disso é que dos casos atendidos em janeiro, cerca de 20 por cento foram provocados pelo excesso de bebidas.²⁵⁴

Segundo Luiz Eduardo Soares, Barbara Soares e Leandro P. Carneiro, em seus estudos sobre a violência contra mulher e as Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs) no Rio de Janeiro, o álcool não pode ser simplesmente considerado a causa da agressão. Nas pesquisas, estes autores verificam que quanto maior a presença de álcool, maiores as chances de ocorrerem as agressões, mas destacam que outras variáveis deveriam ser observadas:

Todavia, quando associam à agressão contra a mulher outras variáveis, como profissão [...] e normas culturais (aceitação de que em certas circunstâncias seja legítima a agressão contra a mulher), a vinculação direta com o álcool e agressão se enfraquece, constituindo-se numa articulação específica entre as três variáveis apresentadas.²⁵⁵

Assim, estes autores reavaliam o papel desempenhado pelo álcool nas relações de conflito e o analisam como uma espécie de comutador de segundo grau. Sugerem ainda que a cristalização dos papéis vítima e agressor acaba por expulsar da cena da agressão as diversas modalidades e graus em que se estabelece o diálogo conflitivo entre o casal e destarte observam:

²⁵³ **Revista Oeste**. n. 24, 24 de dezembro de 1987, p. 34.

²⁵⁴ **Revista Oeste**. n. 24, 24 de dezembro de 1987, p. 35.

²⁵⁵ SOARES, L. E.; SOARES, B. M.; CARNEIRO, L. P. Violência Contra a Mulher: as DEAMs e os pactos domésticos. In: SOARES, Luiz E. **Violência e Política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996, p. 91.

[...] que a identificação da violência com o alcoolismo ou com a embriaguez parece reduplicar esta alteridade da violência. Não se trata mais, simplesmente, de uma vítima passiva molestada pelo agente da agressão, mas de dois personagens, agora tornados vítimas de um mal que lhes é exterior e que exclui a relação do casal, com todas as suas facetas menos ou mais agressivas, do epicentro do conflito.²⁵⁶

A matéria da Revista prossegue com outros casos de violência contra as mulheres como ameaças, abandono pelo marido e outras baixarias “[...] que chegam regularmente ao livro de registro são importunações ofensivas ao pudor, ou seja, ofensas orais, geralmente de cunho moral.”²⁵⁷ Estupros e crimes de sedução estariam em baixa, pois segundo a Revista são classificados como rapto consensual²⁵⁸ e não como violência sexual. Nesta matéria, percebe-se que a violência sexual era tolerada e raramente punida como na sentença que segue com um discurso jurídico sobre um crime de sedução.

2.2 Sentença poética

Um processo julgado em 1993 recebeu atenção especial da mídia, tornando-se um acontecimento publicado pela *Revista Oeste*. A sentença publicada na Revista ocupou grande parte da página aventando um estatuto de verdade, uma vez que se tratava de uma sentença de uma autoridade jurídica. Porém, diferente de outras sentenças, esta era poética, ou seja, um juiz de uma vara criminal recorreu aos seguintes versos para condenar o *sedutor* de uma menor:

Com a devida licença, que a defesa me concede, o delito cá narrado, restou muito bem provado. A defesa paciência, seu protesto não procede! Virgem era LMB, 15 anos recatada. O namoro consentido, casamento

²⁵⁶ Idem, p. 92.

²⁵⁷ *Revista Oeste*. Sentença poética. n. 79, Fev. 1993, p. 35.

²⁵⁸ No artigo 220 do Código Penal em vigor no período, definia-se rapto consensual como: Se a raptada é maior de 14 (catorze) e menor de 21 (vinte e um) e o rapto se dá com seu consentimento. No novo Código Penal este artigo foi revogado.

prometido, doce e cheia meiguice, teve a vontade viciada.²⁵⁹

Outra parte do poema segue na matéria em destaque, com outra cor de fundo, e o símbolo da justiça na cor branca (a balança) com o título: *A decisão* e logo abaixo do lide *Eis alguns trechos do despacho do juiz*:

No processo está provado
Pelo laudo pericial
Com quem ele namorava,
Que L. se chamava,
Claudiomir, apaixonado,
Teve conjunção carnal

O conjunto probatório,
Documentos, confissão,
Testemunhas e perícia,
Tudo isto dá notícia,
Durante o contraditório,
Do crime de sedução
[...]
Assim sendo, eu lhe dou
Um ano de reclusão,
Que é o castigo merecido
Pelo crime cometido.
Este pouco assim ficou
Face à sua confissão²⁶⁰

O crime narrado em versos inicia com o namoro, segue com a gravidez, o parto e, por fim, o crime de sedução: “No início de 1990 L. M. B. engravidou e deu à luz a um menino.[...] Ao sabê-la já parida,/Claudiomir se escafedeu.”²⁶¹ Nesta matéria, consta apenas uma parte do poema.

Para Foucault, os poemas sobre os crimes em panfletos do século XIX, em geral, apresentavam duas partes. Na primeira, a narrativa era objetiva e anônima, e a segunda composta de lamento do criminoso. No crime cantado, o criminoso tomava a palavra para

²⁵⁹ **Revista Oeste.** Sentença poética. n. 79, Fev. 1993, p. 35. Esta estrofe do poema assim está publicada na revista.

²⁶⁰ Idem, ibidem. Optei em manter estas partes do poema assim como estão publicadas na revista.

²⁶¹ Idem, ibidem.

lembrar o crime, tirava ensinamentos, exprimia remorso e apelava para espanto e piedade. O autor aponta para algumas características dos poemas:

Uso da primeira pessoa, a princípio, com versificações e indicação às vezes da melodia. O crime é cantado; ele é destinado a circular de boca em boca; [...] O criminoso confessa aí sua culpa; ao contrário, proclama-a; pede para si o castigo que merece; retoma por conta própria uma lei da qual aceita os efeitos [...] ²⁶²

Embora um século separe esses folhetos dos impressos analisados, aqui é o juiz que canta o crime na primeira pessoa. Porém, ao contrário dos versos do criminoso que confessa a culpa, o juiz destaca a condição da vítima e a punição para o acusado. O sujeito falante do século XX é a justiça que invoca a memória do processo e sua decisão. Neste processo, o sedutor foi condenado a um ano de reclusão, mas foi beneficiado pelo direito ao *sursis* (suspensão condicional da pena) por ser réu primário. Os versos da decisão judicial revelam que o crime foi cometido pela paixão.

No processo em versos, o juiz associa honra e vergonha como sinônimos, pois entende que há uma preocupação com a reputação da vítima pela família. “Aos pais da adolescente não sobrou outra alternativa senão processar o Casanova.” O sentimento de vergonha pela desonra da filha se pautava no reconhecimento público, mas também ganhava expressão no medo ao se expor a comentários e críticas.

Nestes versos, a conduta punida pelo juiz poderia restabelecer em parte a reputação da vítima. Para o acusado e a vítima, os modos de conduta eram diferentes, pois para a mulher a perda da pureza sexual era desonrosa, mas não para o homem. ²⁶³ Certas condutas são honráveis para ambos, mas a honra é uma virtude de um sexo ou de outro. Assim obrigava-se o homem a defender a honra de sua família e uma mulher a conservar sua pureza. Para Pitt-Rivers, a honra de um homem é geralmente identificada, entre outros aspectos, pela pureza sexual de suas mulheres: mãe, esposa, irmãs, e filhas. ²⁶⁴ Segundo a Revista, L.

²⁶² FOUCAULT, Michel. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p. 218-219.

²⁶³ PITT-RIVERS, J. **Antropologia del Honor**: o política de los sexos. Barcelona: Critica editorial, 1979, p. 44. Veja-se também CALFIELD, Sueann. **Em defesa da Honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro 1918-1940. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2000.

²⁶⁴ PITT-RIVERS, J. op cit, p. 45.

era moça virgem, recatada e de bons costumes e assim buscava-se na fisiologia e na moral a base para a denúncia e para a decisão judicial. A desonra de L. poderia ser reparada pela justiça através da prisão do namorado. A decisão judicial estava ancorada numa noção de vítima ideal²⁶⁵, pois muitos agentes do sistema jurídico compartilhavam uma visão feminista sobre as mulheres como frágeis e vítimas da dominação masculina.

Em outras matérias e notícias que dramatizam as ações de mulheres que tentaram resistir a situações de violência, os atos podiam ser justificados quando era abalada determinada ordem social, bem como a hierarquia entre os gêneros, como veremos a seguir no assassinato de Cenira e na violência contra Maria

3. O corpo estendido e os embates de autoridades na violência de gênero

3.1 O assassinato de Cenira

O assassinato de Cenira ocorreu em 1979, época marcada pela plena campanha contra a prostituição e o aborto, assim como por notícias sobre o caso Doca Street, sobre o feminismo, família e divórcio. O caso Cenira também revelou, em parte, uma relação paradoxal entre imprensa e polícia neste período. A polícia tentava equilibrar as forças nas relações de violência envolvendo homens e mulheres para fazer eco às denúncias da imprensa. A imprensa, por sua vez, ecoava, em parte, a pressão popular por justiça.

No discurso jornalístico, discorreu-se sobre os abusos de poder de determinados policiais que agiam sob o argumento de proteção das famílias, da moral e dos bons costumes. O assassinato de Cenira conciliava denúncia de violência policial na imprensa, investigação e a opinião pública para a solução do crime. Este caso retomava as críticas às atuações de policiais no Oeste que foram mais publicadas nos anos subsequentes. Cenira vivenciou um período em que os poderes públicos iniciavam o fechamento de bares e casas de prostituição na cidade de Cascavel numa operação denominada de *Vassourada*.

²⁶⁵ GAVRON, Eva Lúcia. **Dramas e Danos**: Estudo de crimes sexuais na região de Florianópolis (1964-1985). 2008. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 16-17.

A frequência das notícias sobre os conflitos e a violência envolvendo mulheres prostitutas e em determinados espaços, quer seja no centro, bairros da periferia ou vilas, fez com que se criasse um tipo ideal²⁶⁶ da sujeira moral, principalmente em bares de cafetinas e pontos de prostituição no centro não regulamentados, culminando em ações da prefeitura e polícia para seu fechamento. Conforme a notícia percebe-se no excerto essa tendência:

A Polícia continua realizando prisão as mundanas que vêm praticando “trottoir” em pleno centro da cidade, atentando a moral e bons princípios de todos aqueles que trafegam pela Avenida Brasil após as 21 horas. As constantes reclamações feitas pelas famílias cascavelenses levaram a equipe volante a realizar blitz nos últimos dias, levando na cadeia as infratoras.²⁶⁷

A relação entre bons costumes e a limpeza moral em relação à prostituição como crime aguçavam as notícias de repórteres na produção de perigosos sociais. As prostitutas são consideradas perigosas porque estão associadas aos males incuráveis: “Poderá minorar o problema num local, mas ele acabará estourando em outras áreas da cidade. É como um mal de câncer, ainda não tem cura.”²⁶⁸ Através de inúmeras práticas, como o fechamento de bares, os representantes do poder público tentaram impedir a livre circulação de mulheres no bojo de uma política que visava retirar das áreas centrais os *inconvenientes* que desabonavam a imagem de *cidade limpa e civilizada* que pretendiam construir.²⁶⁹ Na notícia que segue, *Operação Caça às bruxas: 37 mulheres e dois inferninhos fechados*²⁷⁰, havia elogios dos repórteres à ação policial:

[...] recolheu ao acolhedor abrigo dos casulos gradados, inúmeras mariposas que faziam trottoir pelas ruas da cidade atentando contra os bons costumes. [...] Aplausos

²⁶⁶ Quanto ao ideal, Foucault fala de uma passagem do primeiro discurso de *A Genealogia da Moral*, “[...] em que Nietzsche se refere a essa espécie de grande fábrica, de grande usina, em que se produz o ideal. O ideal não tem origem. Ele também foi inventado, fabricado, produzido por uma série de mecanismos, de pequenos mecanismos.” In: FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Trad. Roberto C. de Melo Machado e Eduardo J. Morais. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1996, p. 15.

²⁶⁷ **O Paraná**. Mundanas continuam sendo presas. n. 82, 15 de agosto de 1976. p. 16.

²⁶⁸ **O Paraná**. Polícia fecha prostíbulos. n. 793, 8 de janeiro de 1979, p. 3.

²⁶⁹ Seguem alguns exemplos: **A Tribuna**. Piranhas na Cidade. n. 5, 12 de abril de 1968 e **O Paraná**. Operação Caça às Bruxas. n.554, 22 de março de 1978, p. 5.

²⁷⁰ **O Paraná**. Operação Caça às Bruxas. n. 569, 11 de abril de 1978, p. 4.

da comunidade iguaçuense ao dinâmico agente Gersol [...] não tem medido esforços na limpeza da cidade seja na captura de foragidos da lei, na detenção de marginais de todo o tipo ou na caça as mariposas.

Nesta notícia, as mulheres têm seus nomes citados e todas foram fotografadas. Sugere-se que as mesmas deveriam ter escolhido locais mais discretos e afastados do centro da cidade para investidas contra o sexo oposto. Os bares eram lugares considerados como o antro de perversão de menores que ali ingeriam bebidas alcoólicas e assim a limpeza da cidade voltava-se contra as *mariposas* e as prisões eram medidas moralizadoras nas cidades do Oeste do Paraná, conforme o excerto abaixo:

A população acompanha através de O Paraná, as medidas moralizadoras levadas a cabo por estes valorosos e destemidos policiais, mantenedores da ordem, da segurança e da tranqüilidade daqueles que, com seu trabalho honesto, constroem a grandeza do País.²⁷¹

Destarte, o modelo de civilização no Oeste associado à limpeza da marginalidade construía uma distinção social e, conforme os estudos de Elias construía-se *os de dentro* e *os de fora* e também o *nós* e *eles*.²⁷² Assim, as notícias sobre as cidades representavam a necessidade de uma higiene social para o bem de todos. Para manter um código social de desigualdade, a violência e a sujeira²⁷³ eram, sobretudo atributos das pessoas pobres, quer seja das cidades ou do campo.

As notícias, ao associarem a prostituição na sociedade com o aumento das doenças, criavam um ambiente propício para o crime. Esta linha de pensamento lembra os estudos de Lombroso e Ferrero, pois para eles as mulheres de ar viril e repulsivo, especialmente as maníacas e as prostitutas, estariam propensas ao uso da violência. Ademais, eram consideradas criminosas natas e, segundo seus estudos comparativos entre as mulheres russas, francesas, italianas e alemãs, as *bárbaras* são

²⁷¹ Idem, *ibidem*.

²⁷² ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Etablierte und Aussenseiter**. Frankfurt am Main : Surhkamp, 1995, p. 66.

²⁷³ CORBIN, A. **Saberes e Odores**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 184. Nesta obra o autor analisa a olfação como um componente da diferenciação social. A estratégia higienista da burguesia europeia do século XIX contribui para a submissão das classes laboriosas.

reconhecidas pelos traços físicos. As prostitutas consideradas bonitas eram classificadas por Lombroso e Ferrero como mais viris do que outras mulheres.²⁷⁴

Nas notícias, mulheres prostitutas raramente aparecem como mulheres que poderiam viver suas vidas com dignidade e nem que tivessem o direito de reivindicar melhores condições de trabalho. Neste sentido, um dos únicos artigos encontrados durante as décadas de 1960 a 1980 tem por título: *Essa Mulher ainda é gente* e foi assinada por Oscar Silva. Neste artigo, o autor critica os falsos puritanos da sociedade:

Patifes! Fabricam diretamente ou deixam os familiares fabricar as prostitutas, freqüentam-nas enquanto encontram carne para roer, depois acham que a ossada deve ir para o lixo. [...] Mas, se tentarem mexer com essas mulheres que moram lá sem incomodar ninguém de cá, irei lutar com todas as minhas forças em sua defesa.²⁷⁵

O objetivo da maioria das notícias sobre a prostituição e sobre o assassinato de Cenira era a defesa de ordem moral higienizadora como necessária para garantir a estabilidade social e o progresso no Oeste do Paraná através do poder público e das ações da polícia. Porém, havia casos que desafiavam as atividades e algumas autoridades policiais como as notícias sobre o assassinato de Cenira

Em janeiro de 1979 Cenira é assassinada em seu carro com quatro tiros em um acostamento da rodovia que liga as cidades de Cascavel e Toledo. A partir daí a batalha entre imprensa, pressão popular e polícia tomava as principais páginas, especialmente dos jornais *O Paraná*, *Fronteira do Iguaçu* e *Hoje*. Esta morte foi associada, primeiramente, a um crime de latrocínio, mas por que teve uma grande repercussão? As notícias do caso associavam Cenira à prática do lenocínio e, portanto, ela era alvo de vassouradas das instituições públicas de Cascavel, as quais buscavam banir a prostituição naquela cidade.

²⁷⁴ LOMBROSO, C.; FERRERO, G. *Criminal Woman, the Prostitute and the Normal Woman*. Durham and London: Duke University Press. 2004, 141-142.

²⁷⁵ *Jornal Nova Geração*. 22 de novembro de 1974. p. 2. No jornal *O Paraná* há diversas notícias e artigos sobre o direito das prostitutas, especialmente sobre as ações na cidade de Guaíra com protestos na Câmara de Vereadores e em praça pública. Elas reivindicavam melhores condições de acessos a sua moradia. Edições n. 2116, 2119, 2121, 2128 de 1983.



Ilustração 4: Polícia fecha dois bordéis, mas vassourada não pára.

Fonte: Jornal Fronteira do Iguçu. N. 1666, 5 de janeiro de 1979, p. 3. (Acervo da Biblioteca Pública de Cascavel)

Conforme a imagem acima, Cenira aparece nesta notícia durante a operação na cidade de Cascavel denominada de *Vassourada*. Nesta operação, a polícia deveria fechar as *bocas* de prostituição por determinação da prefeitura cascavelense. Conforme a notícia, Cenira recorreu à imprensa para denunciar a participação de policiais na prática do lenocínio:

[...] Cenira, dias atrás, fez graves denúncias pela imprensa contra policiais da DP de Cascavel, que estariam usando-na como “bode expiatório” na denominada Operação Vassourada, através da qual a polícia passou a fechar por determinação da prefeitura, as “bocas”.²⁷⁶

A denúncia de Cenira foi publicada no jornal *Fronteira do Iguçu*, jornal que intensificou, no final da década de 1970, uma

²⁷⁶ **O Paraná.** Cenira é assassinada na BR 467. n. 802, 19 de janeiro de 1979, p. 1 e 4 e **Fronteira do Iguçu.** Quatro Tiros e a morte de Cenira, a que denunciou a polícia. n. 1680, 19 de janeiro de 1978. p. 1 e 3.

campanha contra “miseráveis” da cidade de Cascavel, como se observa nos seguintes títulos: *Polícia fecha dois bordéis, mas vassourada não pára; Prostituição na rodoviária: comerciantes querem intervenção do prefeito; Expulsas do centro da cidade mulheres exploram lenocínio nos bairros; Doenças venéreas: número de contaminados é assustador; Rodoviária: paraíso dos bêbados; Número de mendigos cresce em Cascavel; Prefeitura fechou 14 prostíbulo na cidade.*²⁷⁷ Após divulgação de uma foto de Cenira como dona de um bar de prostituição em notícia sobre a Operação Vassourada, ela recorreu ao mesmo jornal para sua defesa.²⁷⁸ Após a publicação da defesa de um policial acusado por Cenira, ela é assassinada.



Ilustração 5: Quatro tiros. E a morte de Cenira, a que denunciou a Polícia.

Fonte: Jornal Fronteira do Iguauçu. n. 1678, 19 de janeiro de 1979, p. 1 (Acervo da Biblioteca Pública de Cascavel)

Nas manchetes iniciais sobre o crime, a imprensa pressiona a polícia local para esclarecer o crime e noticiar o envolvimento de policiais com uma rede de prostituição.

Com isso, começou a surgir vários comentários nos corredores da Delegacia a respeito do assassinato de Cenira e suas conseqüências ruins para a polícia, em virtude do envolvimento dela em manchetes na

²⁷⁷ **Fronteira do Iguauçu.** n. 532, 469, 1410, 1532, 1568, 1570.

²⁷⁸ **Fronteira do Iguauçu.** Cenira diz que houve farsa e coação na operação vassourada n. 1664, 03 de janeiro de 1979, p. 1 e 3 e novamente no dia 16, p. 3.

imprensa atacando alguns policiais da 15^a SDP. Assim o agente R., conforme os comentários, passara a ser aos olhos da população e da opinião pública o principal suspeito deste homicídio.²⁷⁹

À medida que as investigações ocorriam e eram publicadas, aumentava o desejo popular sobre o envolvimento e punição de policiais no caso. Entretanto, algumas matérias ressaltavam as funções da imprensa:

[...] não significa que temos o direito de viver jogando a opinião pública contra as autoridades do setor de segurança. Se cada engrenagem trabalhar bem e sempre sobre seu eixo, o organismo a que fizemos parte nunca deixará de funcionar maravilhosamente bem [...].²⁸⁰

No jogo da verdade, a imprensa começava a acrescentar os contatos morais da vítima com a direção de estabelecimentos acusados de explorar o lenocínio. Na mesma matéria, associava-se Cenira a maconheiros da cidade de Cascavel. Em coluna ao lado da matéria sobre o assassinato dela segue: “[...] os meios policiais de Cascavel iniciam o ano com mais um grande caso para desvendar, e a precipitação, neste caso, pode ser ruim para muitas pessoas.”²⁸¹ Com um novo acusado, o ex-marido de Cenira, o caso deveria ser resolvido com pressa. Assim parecia ser possível produzir novos indícios e ver o crime como passional, cuja ligação de Cenira com a imprensa não passaria de um gesto de escândalo.

Assim pode-se concluir que nada é mais difícil e espinhoso para a polícia do que se encontrar numa encruzilhada destas, quando os indícios do crime levantaram suspeitas contra uma ou duas escrupulosas pela opinião pública, somente porque teve relacionamentos com a vítima antes desta ser assassinada e, na realidade o criminoso pode ser qualquer pessoa sem maiores envolvimento aparentemente com a vítima. Por essa razão não pode-se deixar de levar em consideração o fato de ter a vítima contactos [...] pelo padrão de vida que levava, com

²⁷⁹ Idem, p. 4.

²⁸⁰ **O Paraná.** Por trás da Máquina. n. 819, 9 de fevereiro de 1979, p. 4.

²⁸¹ Idem, ibidem.

peçoas de vários níveis sociais, morais, que poderiam muito bem ter motivos para, também, desejar a sua morte.²⁸²

No início do inquérito, as notícias publicavam relatos de testemunhas que trabalhavam ou que tinham alguma relação com a vítima. Na versão da empregada, Cenira negociava a compra de um motel envolvendo interesses do ex-marido. Nesta notícia, o delegado prometia concluir com brevidade o caso uma vez que o suspeito era o ex-marido e encontrava-se no Paraguai. A página é finalizada com um alívio para a polícia: “[...] as autoridades da 1.^a SDP já se mostram bastante descontraídos, apesar da repercussão negativa que o crime trouxe para a Polícia Civil, em Cascavel.”²⁸³

Na edição acima, do lado esquerdo, publicou-se novamente uma coluna com a matéria *Mais um Caso* a qual levava o leitor a acreditar que o autor do crime era o ex-marido da vítima. A coluna resumia as principais notícias sobre o assassinato indicando que as desavenças entre o casal motivaram um crime premeditado e de origem passional. Assim para não levantar suspeitas, o marido contratou um matador, de acordo com o que foi noticiado:

[...] como “bode expiatório” do verdadeiro criminoso, que também pode ter se utilizado da desavença havida entre Cenira e a polícia, publicadas nos últimos dias, em manchetes de letras garrafais, por órgão de comunicação de Cascavel [...].²⁸⁴

Embora com a produção de um novo suspeito, o policial R. continuava como acusado. Ao ser procurado pela imprensa, foi aconselhado por colegas e superiores a não dar declarações. Porém, não se conteve ao afirmar: “Pô, eu não tenho condições nem de pagar as minhas contas. Será então que eu vou ter dinheiro para pagar um pistoleiro?” E segue nesta notícia:

Ele parecia um tanto tenso e abatido pelo rumo que a opinião pública está dando ao crime, praticamente incriminando-o e inocentando o marido de Cenira, que

²⁸² **O Paraná.** Mais um caso. n. 803, 20 de janeiro de 1979, p. 4. No jornal **Fronteira do Iguaçu** a coluna chama-se Roda Viva e tinha como objetivo pressionar a justiça para finalizar o caso Cenira.

²⁸³ **O Paraná.** Quem assassinou Cenira? n. 803, 20 de janeiro de 1979, p. 4.

²⁸⁴ **O Paraná.** Mais um Caso. n. 803. 20 de janeiro de 1979, p. 4.

até o momento figura como um dos suspeitos do crime. [...] E as coisas, nestas alturas, agravaram-se mais para a polícia, que vem sendo acusada de encobrir o caso de alguma maneira.²⁸⁵

Na edição seguinte do mesmo jornal, na notícia *Caso Cenira continua tenso* havia a promessa de que o caso seria novamente resolvido o mais depressa possível: “[...] as investigações estão bem avançadas e, possivelmente nas próximas horas, o autor do homicídio será localizado [...]”.²⁸⁶ Posteriormente, mostrava-se para a opinião pública a eficiência nas investigações. A notícia segue com a opinião de policiais:

[...] a pressão da imprensa, neste caso, só poderá piorar a situação, pois além de atrapalhar as diligências, fará com que nosso trabalho tome um rumo totalmente inverso criando-nos maiores obstáculos para a elucidação do crime. [...] Por seu turno o delegado M. disse que oito casos insolúveis foram resolvidos na capital “quando a imprensa deixou de nos pressionar”.²⁸⁷

Com a expectativa da opinião pública, a notícia *Polícia pode apresentar o homicida ainda hoje*²⁸⁸ retorna ao segundo suspeito, o ex-marido. Segundo tenente coronel do Batalhão da Polícia Militar, seu agente e ex-marido da vítima não admitia nenhuma confissão oficial, mas, de acordo com as evidências, produzia-se um novo cenário para o caso. A preocupação central do texto residia na reputação de agentes da polícia. E assim o terceiro suspeito, o pistoleiro de aluguel emergia no crime. A partir desta notícia, as demais concluem que o ex-marido teve participação na morte da esposa e, como foragido, era procurado pela polícia. O jornal *Hoje*, em 1980, recontava a ação de um pistoleiro de aluguel em meio às tramas em que Cenira foi assassinada:

Se eu encontrar Cenira hoje, ela vai ser uma pessoa morta confessou “Mineirinho” o autor dos dois disparos

²⁸⁵ **O Paraná.** R. refuta acusações. n. 804, 21 de janeiro de 1979, p. 4 e notícia semelhante em **Fronteira do Iguaçu.** R. com medo de reações violentas. n. 1683, 22 de janeiro de 1979, p. 3.

²⁸⁶ **O Paraná.** Caso Cenira continua tenso. n. 805, 23 de janeiro de 1979, p. 4.

²⁸⁷ **O Paraná.** Caso Cenira continua tenso. n. 805, 23 de janeiro de 1979, p. 4. O jornal **Fronteira do Iguaçu** também publica o andamento lento nas investigações na notícia: Ainda em liberdade assassino de Cenira n. 1685, 24 de janeiro de 1979, p. 3.

²⁸⁸ **O Paraná.** Polícia pode apresentar homicida ainda hoje. n. 806, 24 de janeiro de 1979, p. 4.

que mataram C. Esta frase foi dita algumas horas antes do assassinio. No melhor estilo dos faroestes americanos “Mineirinho”, um marginal que já estivera recolhido à cadeia pública de Assis Chateaubriand por causar ferimentos graves a uma pessoa, pediu aguardente e, enquanto ingeria, perguntou pela futura vítima a T. C. de O. do bar Triângulo.²⁸⁹

Ainda nesta edição, narra-se a história dos conflitos na vida conjugal da vítima e o ex-marido, assim como os conflitos com o namorado policial. O discurso jornalístico centrou-se nas atividades ilícitas de Cenira e na impossibilidade de prisão do principal suspeito:

[...] onde pretendia explorar possivelmente transferindo para lá as balconistas do bar de sua propriedade, dando início a rendosa atividade lenocínio com total cobertura policial. [...] Depois do velório ninguém mais ficou sabendo de seu paradeiro. [...] Apenas seu pai é visto, algumas vezes entre Matelândia e Medianeira. Consta que o ex-Pm mora em Santa Teresa, uma imensa colônia de brasileiros no Paraguai. Das suas atividades pouca coisa se conhece. [...] No Paraguai os registros policiais são ainda mais precários e o número de brasileiros que se junta à população nativa é incalculável.²⁹⁰

Na edição seguinte, o jornal centraliza o discurso na reabertura do processo. Nesta notícia, há uma relação com a denúncia de Cenira e o primeiro suspeito:

[...] dois dias antes de ser eliminada, denunciou ao “Fronteira” que o agente a coagiu a declarar-se proprietária de uma casa de prostituição (travestida de bar), fechada pela polícia no Bairro São Cristóvão durante a operação conhecida como “vassourada” e vinha fazendo “ameaças de matá-la”.

O texto, por fim, leva ao leitor a informação de que a vítima, “[...] apesar de levar uma vida irregular (o “bar” possuía seis mulheres de “vida fácil”, como são chamadas), era funcionária pública municipal, lotada na secretaria de saúde.”²⁹¹ O reconhecimento da atividade de

²⁸⁹ Idem, *ibidem*.

²⁹⁰ Idem, *ibidem*.

²⁹¹ **Hoje Cascavel**. Promotor Reabre o Caso Cenira n. 143 12 a 18 de abril de 1980, p. 3.

Cenira como enfermeira foi publicado nas últimas edições dos jornais pesquisados, quando as notícias enfatizam o arquivamento do processo. Os textos que remetem a uma relação entre mídia e autoridades policiais utilizam-se constantemente de advérbios como *apesar de, mas, porém e entretanto* que desqualificam a vítima e revelam o caráter defensivo da retórica. Segundo Soares, este modelo defensivo da retórica está presente nos casos de autores passivos, ou seja, quando mulheres sofrem agressões e violência sexual.²⁹²

Uma das últimas notícias sobre o caso Cenira no jornal o Paraná: *Corpo de Cenira poderá ser exumado nos próximos dias* revela tal procedimento devido à suspeição de outras balas no corpo e da gravidez da vítima, pois assim haveria um duplo homicídio. Nesta notícia, assim como em outras edições, Cenira aparece em várias fotografias como um corpo estendido. As imagens eram do corpo na rodovia e no Instituto Médico Legal de Cascavel. Sobre o fim trágico Gayol, em seu estudo sobre mulheres envolvidas com a prostituição e criminalidade, observa a relação entre a polícia e as páginas impressas:

Del mismo modo que se creía que la sexualidad podía llegar a convertir a las mujeres en criminales, y que las alteraciones emocionales y los desequilibrios pasionales estaban en íntima relación con las prácticas sexuales, también se pensaba que una vida sexual relajada inscribía un “destino” en el cuerpo cuyo final sería casi indefectiblemente trágico.²⁹³

Assim, o final trágico de Cenira ligava-se a suas atividades consideradas criminosas, ou seja, o lenocínio, ademais a mesma era considerada pelos discursos “oficiais” nos impressos como autora passiva de sua própria morte, daí o corpo estendido publicamente em imagens. Uma mulher como Cenira era colocada na fronteira entre ilegalidade e legalidade devido à leitura moral das suas condutas e à falta de um amor feliz. Assim, as notícias justificavam o seu assassinato pelos espaços que ela frequentava, pelas relações e pelo tipo de gente com que se vinculava. Seria esta uma versão extrema de que a mulher imoral poderia propiciar a própria morte. Então, o estilo de vida dela e a tragédia estavam associados com um corpo estendido em vias públicas.

²⁹² SOARES, Luiz E. A Eficácia pragmática da sensibilidade antropológica e a inversão do modelo defensiva. In: **Cadernos PAGU**. Campinas: Unicamp, 2002, p. 25.

²⁹³ GAYOL, S. Sexo, Violencia y crimen en la ciudad moderna. In: PESAVENTO, S. J. **História Cultural: Experiências de Pesquisa**. Porto Alegre : UFRGS, 2003. p. 116.

²⁹⁴ Em uma destas imagens, destaca-se abaixo do corpo de Cenira: uma prostituta, é verdade [...]²⁹⁵



Ilustração 6: Roda Viva.

Fonte: Fronteira do Iguaçu. n. 1681, 20 de janeiro de 1979, p. 3. (Acervo da Biblioteca Pública de Cascavel)

As notícias também publicavam em imagens os corpos estendidos de outras mulheres envolvidas em outras situações de violência como homicídio e suicídio. No período abrangido para esta pesquisa, várias autoras de sua própria morte, especialmente as suicidas, tinham seus corpos estendidos ou pendurados expostos por meio de fotografias publicadas. Os finais trágicos destas mulheres²⁹⁶ estavam relacionados à “vida duvidosa” ou pelo fato de serem escravizadas pelo álcool e pela debilidade mental.

²⁹⁴ Idem, p. 112.

²⁹⁵ **Fronteira do Iguaçu**. Roda Viva, n. 1681, 20 de janeiro de 1979, p. 3.

²⁹⁶ **O Paraná**. Corpo de mulher degolada encontrada em uma fazenda. n. 875, 22 de abril de 1979, p. 1 e 3. Anciã enforcou-se ao pular dentro do poço. n. 916, 9 de junho de 1979, p. 1 e 4. Mulher suicida-se na vila Claudete. n. 1017, 10 de outubro de 1979, p. 6. Morreu Rosa, a indigente. n. 1084, 3 de janeiro de 1980, p. 1. **Jornal Alento**. Enforcamento em Linha Ajuricaba, n. 83, 24 a 30 abril de 1981, p. 1 e 12. **Hoje Foz**. Corpo de Mulher no matagal do Rincão. N. 33, 2 de setembro a 5 de outubro de 1978, p. 17.

Além de todas estas imagens e das relações estabelecidas entre estas mulheres, uma das questões polêmicas nas colunas ao lado da conclusão do caso era a credibilidade da polícia como instituição. Na coluna *Por trás da máquina*, que segue em várias edições e é assinada por Luiz Ezequiel Porfírio, tenta-se convencer a população e leitores que Cascavel era uma cidade segura e bem protegida pelo batalhão da polícia militar:

E o responsável por isso, sejamos justo, não é senão o efetivo do 6.º BPM, cuja presença em nossas ruas e em nossas noite é uma garantia de tranqüilidade. [...] E a partir de amanhã, estaremos divulgando todas as ocorrências que o 6.º BPM daqui por diante registrar.²⁹⁷

Assim, apesar da tragédia em foco, a tendência era informar aos leitores que o quadro geral da segurança pública na cidade tinha melhorado. Em outro parágrafo desta coluna, o jornalista destaca que não era difícil verificar a atuação do tenente coronel como um verdadeiro pacificador. No fim da coluna, consta: *Cada macaco no seu galho*, pois para o autor do texto à imprensa cabia informar e à polícia investigar e descobrir criminosos:

Conseguimos demonstrar que tínhamos razão sobre o caso C., quando publicamos matéria, no último domingo solicitando à imprensa que se mantivesse afastada de novelas (sensacionalismo) e de opinião contraditórias (ou controvertidas?).²⁹⁸

Todavia, parte da imprensa mantinha a crítica ao expor a demora na conclusão das investigações e ao comparar esta situação com outros casos envolvendo policiais e que ainda permaneciam insolúveis. As autoridades policiais, em seus enunciados, postura e atitudes revelavam que se pautavam em fatos criminais já ocorridos e devidamente mediados pela interlocução midiática. Quanto ao papel da imprensa nestes processos, Bourdieu ajuda a refletir:

Tem-se a impressão de que a pressão dos jornalistas, exprimam eles suas visões ou seus valores próprios, ou pretendam, com toda a boa-fé, fazer-se os porta-vozes

²⁹⁷ **O Paraná**. Por Trás da Máquina. n. 808, 26 de janeiro de 1979, p. 4.

²⁹⁸ Idem, ibidem. Sobre a vinda dos delegados o jornal **Fronteira do Iguauçu** publicou: Casos Policiais virão à tona. n. 1691, 3 de fevereiro de 1980, p. 3.

da “emoção popular” ou da “opinião pública”, orienta por vezes muito fortemente o trabalho dos juízes. E alguns falam de uma verdadeira transferência do poder de julgar.²⁹⁹

Ao se reportar à matéria: *Delegados Especiais chegam amanhã e começam a trabalhar*, menciona-se novamente o caso de Cenira e a falta de conclusão de vários inquéritos e as atividades jornalísticas daí decorrentes:

Aos jornalistas, o jornalismo [...] estamos levando religiosamente ao público os ditames profissionais? Ou estamos perdidos, colocando erros sobre erros, principalmente tentando nos tornar polícia e não condutores de informações. Em muitos ambientes, há perguntas sobre o que está havendo com o nosso jornalismo. Lá fora todos acham que por aqui as balas estão sibilando e procurando um único alvo, os jornalistas. Ora, todos sabemos que isso não acontece, esta cidade, não é a capital do “faroeste” e sim a capital do Oeste do PR. (não é justo que Cascavel volte à fama que possuía há alguns anos).³⁰⁰

No texto acima, havia também a preocupação em não gerar mais notícias sobre o envolvimento de policiais de Cascavel com o crime. Esse envolvimento poderia resultar em menos investimentos na repressão ao crime e na vinda de profissionais especializados para a cidade.

No ano seguinte, o caso volta à imprensa com a determinação judicial por novas diligências e cobra-se uma solução para o assassinato de Cenira:

São tantos os casos de crimes insolúveis envolvendo execuções sumárias praticadas por pistoleiros de aluguel (ou profissionais) que a simples reabertura (embora, a rigor o processo não tivesse fechado) do “caso Cenira” consegue apenas acentuar o ceticismo da população.³⁰¹

²⁹⁹ BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 81-82.

³⁰⁰ **O Paraná**. n.1002, 22 de setembro de 1979, p.6.

³⁰¹ **Hoje Cascavel**. A Justiça quer ver este caso esclarecido. No subtítulo consta: A Juíza Anny-Mary R. Serrano determinou à polícia a realização de novas diligências com relação ao assassinato da enfermeira C. M. n. 144, 19 a 25/04 1980, p. 10.

Muitos jornais que apresentaram o caso mantinham a indignação de posteriores abusos policiais e destarte aumentavam as denúncias como apontam os títulos: *Continua Violência Policial no Oeste; PMS: caem no ridículo em operação; Violência Policial; Nova Violência Policial*.³⁰² Para Soares, uma das causas do descrédito das autoridades policiais em relação às tragédias é a conversão das mesmas pelo discurso de autoridade em unidades calculáveis, dessubstancializadas, descarnadas, apartadas de sensibilidades e, portanto, tendem a reproduzir o ciclo de violência.³⁰³

A guerra de palavras e, em algumas vezes, a cumplicidade entre a imprensa e autoridades policiais sobre o assassinato trágico de Cenira reabilitou estigmas com relação a sua condição de mulher ligada às atividades da prostituição. A morte dela causou sofrimentos para amigos e familiares, mas o luto não foi compartilhado nos discursos “oficiais”, e sim, sobremaneira, valorizou-se sua biografia criminal. Dessa forma, mais uma vez, o julgamento se dava mais em relação à vítima, do que ao autor do crime. A pergunta era se aquela pessoa tinha “merecido” seu destino trágico, e aparentemente a resposta era que sim. Também a biografia de Maria será alvo de embates entre vozes autorizadas do discurso sobre a violência contra ela.

3. 2 Violência contra Maria: embates entre discursos de autoridade

Um jornalista tornou pública uma denúncia de violência contra Maria em 1979. Segundo esta denúncia ela trabalhava como empregada doméstica na casa de um médico. Em um dos retornos do médico a sua residência o mesmo acusou a empregada de roubo e em seguida usou da violência verbal e física contra ela. O caso Maria, assim como o de Cenira, ocupou várias edições e páginas de jornais do Oeste do Paraná. Em grande parte das notícias, Maria aparece como protagonista na guerra de palavras entre discursos de autoridade jornalística e médica e disputas políticas. Após a divulgação da acusação, o suposto agressor também fez uso de jornais para sua defesa. A partir dos discursos de defesa do acusado, alguns adjetivos, substantivos e verbos qualificam Maria, segundo o excerto abaixo:

³⁰² O Paraná. n. 865, 871, 1156 e 1245.

³⁰³ SOARES, Luiz E. A Eficácia pragmática da sensibilidade antropológica e a inversão do modelo defensiva. In: **Cadernos PAGU**. Campinas: Unicamp, 2002, p. 24.

É claro que minha esposa, ao contratar a Maria para o serviço de lavadeira, depois de ensiná-la pacientemente para tal mister, não tinha a menor idéia de que a mesma era uma pessoa perturbada. Não tinha conhecimento de que Maria, em certas noites, bebia um litro de cachaça de uma vez e ainda chupava sangue cru diretamente do pescoço de galinhas degoladas. A patroa não fazia idéia de que estava contratando uma pessoa possivelmente pirada, ou seja, de miolo mole, doente da cabeça.³⁰⁴

Além destas qualificações, a falta de escolaridade, o alcoolismo e perturbações mentais também foram associadas à “barbárie” de Maria. Outra fala do acusado parece ilustrar os limites postos para os não civilizados: “A Maria necessita, dada a sua primitividade, seu analfabetismo, às suas perturbações mentais de um advogado ou procurador para defendê-la.”³⁰⁵ Enquanto discurso de defesa, ela é destacada pelo acusado como indigente e, na sua biografia, constava um esfaqueamento pelo próprio marido. No discurso do médico, novamente imagens sobre Maria são construídas:

[...] essa flor de mulher, porém de vida bastante atribulada em conseqüência possivelmente de distúrbios mentais, convenhamos, pessoa digna de nossa caridade, da nossa comiseração cristã e humana e muito pouco digna de crédito em suas declarações, a não ser para um pseudo-jornalista e para alguns poucos destituídos de cérebro funcionante.³⁰⁶

Na notícia acima, acrescenta-se novamente que Maria era doente da cabeça e por se sentir responsabilizada por furto agrediu a unhas, rasgando as roupas do acusado e ameaçando-o com um pedaço de pau. No discurso do acusado de agressão por Maria, os imperativos mais constantes são a sujeira, negritude e pobreza. O acusado também qualifica o jornalista que publicou o caso Maria como “[...] dono da verdade, justiceiro implacável qual ZORRO misterioso [...]”, que aparece pouco em público e como portador de sadismo doentio.

³⁰⁴ Idem, p. 15.

³⁰⁵ **O Alento**, n. 5, 13/ 09 a 18/10, 1979, p. 15.

³⁰⁶ Idem, p. 15.

Segundo o acusado, a publicação da agressão devia-se à falta de publicidade de suas empresas nesse jornal.³⁰⁷

Porém, os jornais inicialmente consideravam o fato como real e críticas eram tecidas em relação à impunidade no caso:

Após esta ocorrência verídica, elementos da imprensa [...] chegaram ao ponto de que a cidade assume definitivamente a posição de “Capital das Arbitrariedades”, já que ocorre de tudo, sendo que casos absurdos são registrados sem que nenhuma providência a altura seja tomada.³⁰⁸

Em seguida, esta notícia descrevia o acusado como um pioneiro e conceituado profissional da saúde na cidade, porém avaliava-se sua atitude como:

[...] atitude animalar, demonstrou total despreparo para conviver com a humanidade, ao agredir uma humilde senhora, empregada doméstica que em sua residência estava trabalhando.³⁰⁹

Segundo a notícia, Maria veio até um jornal para expor seu sofrimento pela situação de violência e confirmou a acusação, feita pelo patrão, de roubo de objetos da casa. Segundo ela, após discussões com o acusado e ao sair da residência, a mesma foi ferida com um soco na cabeça e vários pontapés. Maria também descreve a violência simbólica através de palavra como: “[...] sua negra suja, nojenta, seus mulambos, negro nunca prestou [...]”.³¹⁰

Maria relata, segundo a imprensa, que foi à delegacia e lá foi informada pelo delegado: “ Não posso fazer nada a não ser, fornecer um atestado para que a senhora seja internada em um Hospital, uma vez que ela não tinha a carteira assinada.”³¹¹ E ao solicitar por um atestado do boletim de ocorrência para atendimento hospitalar, ela narra a fala do escrivão: “[...] acho bom a senhora não vir mais falar bobagens, porque senão a coisa pode ficar pior ainda em seu favor.” Maria expôs sua

³⁰⁷ Idem, p. 15.

³⁰⁸ **O Paraná.** Médico espanca empregada. n.1005, 27 de setembro de 1979, p. 6. No mesmo período, o jornal *Fronteira do Iguçu* e jornal *Hoje* publicam a denúncia de Maria e a defesa do acusado.

³⁰⁹ **O Paraná.** Médico espanca empregada. n.1005, 27 de setembro de 1979, p. 6.

³¹⁰ Idem.

³¹¹ Idem.

indignação ao escrivão informando que iria “[...] procurar seus direitos, uma vez que eles devem existir nem só para os “granfinos”, como para os pobres também.”³¹² Inconformada com relação aos seus protestos, Maria apresenta seu caso à imprensa em outra cidade. Nesta edição, o jornal *O Paraná* encerra o texto com dúvidas sobre os fatos, porém tece críticas à postura dos profissionais da delegacia onde ela denunciou a agressão.

Nos discursos do acusado, constantemente, tentava-se afirmar que a violência e criminalidade estavam concentradas entre as classes subalternas. Como homem mais abastado, o acusado tinha acesso a um maior número de recursos legais e sociais como a linguagem do seu manifesto³¹³, colocando assim uma outra versão para o fato. No seu manifesto, cria-se a dúvida que paira sobre as carências e excessos de Maria como a falta de civilidade, de equilíbrio emocional, de condições materiais, de relações afetivas estáveis em casa, além do problema com alcoolismo.

Nas notícias, tentava-se construir a culpabilização pela situação de violência sofrida por Maria tanto pelo acusado, quanto por profissionais da delegacia e em parte da imprensa. Esta culpabilização é considerada por Guattari e Rolnik como função da subjetividade capitalística.³¹⁴ Para isso, propõe-se uma imagem de referência a partir da qual se colocam questões tais como: quem é você? Você fala em nome de que, o que você vale na escala de valores, que etiqueta poderia classificar você? Essa identificação propicia toda espécie de manipulação pelas elites e abrem um campo de valorização social onde indivíduos e grupos devem se situar.

O lugar da fala de autoridade induz ao silêncio da violência perpetrada entre muros e espera-se que, pela posição social e de gênero, uma mulher não denuncie. Maria percebeu que os aplicadores da repressão não agiriam para punir a violência, então partiu para expor seu sofrimento na imprensa. Ao romper com o silêncio, ela deu visibilidade à situação de violência. A denúncia desse acontecimento fez com que muitas pessoas reconhecessem sua ocorrência. Porém, Maria foi vitimizada e desacreditada em sua denúncia na grande maioria das notícias.

A impropriedade da denúncia decorria da avaliação do estado mental de Maria, pois o acusado era um médico. Como autoridade, o

³¹² Idem.

³¹³ **O Paraná**. F.- manifesto ao povo da região oestina. n. 1020, 20 de outubro de 1979. p. 18.

³¹⁴ GUATTARI, F. ; ROLNIK, S. **Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 40-42.

acusado fez com que os leitores acreditassem que havia uma nota falsa na situação. Esta nota tem a ver com a impropriedade das falas sobre o que acontece no domínio doméstico. Ao referir-se à denúncia, Mireya Suarez esclarece que:

A denúncia aparece, assim, como um ato mais imprudente do que inverossímil, porque quebra o imperativo moral de que ninguém deve tomar conhecimento da violência praticada nas regiões mais íntimas de nossa sociedade – como a família [...] ³¹⁵

Além da culpabilização pela situação de Maria, os discursos de autoridade promoviam também a sua infantilização ³¹⁶, ou seja, que uma elite poderia pensar e organizar a verdade e a produção da vida social por todas e todos, e que, portanto, tendiam a produzir indivíduos iguais e processos empobrecidos, assim como naturalizar a violência entre pessoas das camadas populares e contra mulheres. Com relação à Maria, esta infantilização resume-se em conformar-se com os limites de gênero, classe e etnia, uma vez que, ao sair destes limites, ela foi considerada delinquente e louca. Esta elite também poderia interferir na produção de notícias conforme o acusado afirmava nesta edição:

Não condiz com a verdade as notícias veiculadas pelos meios de comunicação locais e regionais. [...] Lamentamos que novamente interesses mesquinhos estejam se aproveitando de um incidente que nos envolveu. Lamentamos que parte da imprensa local tenha se investido das funções de julgadora, quando isso não é de sua competência. ³¹⁷

Nos embates discursivos, dois jornais de cidades distintas publicam o manifesto de defesa do acusado e tecem críticas ao jornalista que inicialmente publicou a denúncia de Maria. Nesta edição de *O Paraná*, reforçam-se em várias frases as atitudes do jornalista autor da notícia sobre a violência contra Maria:

³¹⁵ SUAREZ, Mireya. O discurso policial comentado. In: SUAREZ, M.; BANDEIRA, L. (org.) **Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal**. Brasília: UnB 1999, p. 101.

³¹⁶ GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 42.

³¹⁷ **O Paraná**. Dr. F. esclarece notícia que envolveu o seu nome. n. 1006, 28 de setembro de 1979, p. 6.

Está ele lançando a calúnia, a infâmia e a injúria sobre nós e outras pessoas, apenas para dar vazão ao seu sadismo doentio. [...] passa a relatar coisas que ouviu dizer em fontes não oficiais, como se estas fossem as únicas dignas de crédito. [...] sem condição moral alguma, cheguem na nossa região, e se arvoreem em justiceiros da sociedade brandindo qual espadas punidoras seus abjetos jornalecos quando na realidade saem, isso sim, borrifando excrementos infamantes, gerando ódios, destruindo reputações, subvertendo a ordem, tentando desmoralizar pessoas honestas e trabalhadoras, homens públicos, profissionais liberais que contribuem para o progresso da região [...]³¹⁸

O acusado finaliza seu manifesto dirigindo sua fala aos amigos, ao povo trabalhador e progressista da região e, por fim, encerra com a “[...] firme crença nas autoridades policiais e judiciais.”³¹⁹

Em grande parte das notícias, recorria-se aos argumentos da verdade e da neutralidade enquanto poder instituinte de práticas sociais. Assim cobrava-se que os jornais cumprissem isto, pois se entendia como função jornalística: *o compromisso com a verdade e os fatos, pensamento e ação em prol do progresso, imprensa verdade a serviço de todos nós; o testemunho fiel da realidade, a mídia mais eficiente do Oeste.*³²⁰

Nos jogos discursivos entre jornais e jornalista, o acusado alegava em notícia que faria o uso da lei da imprensa com a contratação de um advogado para processar o jornal. Por fim, o texto jornalístico informava a assinatura de uma promissória pelo dono da editora para “[...] cobrir as despesas advocatícias da vítima da insólita calúnia.”³²¹ O acusado passou a condição de vítima retirando a ação contra o jornal mediante o acerto.

Os impressos que deram publicidade à violência contra Maria e outras mulheres tendiam a construir identificações e sujeição de corpos através da tecnologia discursiva. Em contrapartida, mulheres como Maria tentaram romper contra a violência física e simbólica ao procurar a imprensa local e regional como meio de denúncia. Mas ela esbarrou em obstáculos circunscritos ao contexto público, como a insuficiência

³¹⁸ **O Paraná.** F.- Manifesto ao povo rondonense e da região oestina. n. 1020, 13 de outubro de 1979, p. 18.

³¹⁹ Idem, *ibidem*.

³²⁰ Idem, *ibidem*.

³²¹ **O Paraná.** Médico obrigou jornal a retratar-se. n. 1043, 11 de novembro de 1979, p.6.

de recursos institucionais para dar eco a sua coragem de denunciar. Maria recorreu à imprensa, entretanto, como Bourdieu ressalta, a mídia é capaz de assumir o papel de bombeiro incendiário, pois ao criar o acontecimento, pondo em evidência uma notícia em seguida denuncia os que vêm pôr lenha na fogueira que eles próprios acenderam.³²² No jogo de interesses entre jornais, opinião pública e elite, as notícias sobre Maria tentavam garantir uma imagem humanista com a publicidade da denúncia contra a violência racista e de gênero, porém constantemente ajudaram a construir a dominação masculina e continuaram a oferecer estes instrumentos de manipulação. Ainda com relação à mídia, Guatarri e Rolnik enfatizam que esta se constitui num muro de linguagem ao propor modelos de imagens nos quais o receptor possa se conformar: imagens de justiça, legitimidade, beleza e cientificidade.³²³ A violência contra e das mulheres trilhava por estes olhares, pois as notícias falavam por elas.

As notícias tendiam a deixar as mulheres como vítimas passivas no discurso sobre a violência de gênero. Segundo Wolff, ao serem consideradas passivas sob o argumento de sua *natureza frágil* e da necessidade de um herói para livrá-las da violência, tirava-se a possibilidade de mudanças em sua situação.³²⁴ Por isso, para a autora revelar a historicidade da luta, resistência das mulheres que denunciaram para acabar com a situação de sofrimento pode ser um instrumento contra qualquer violência. Destarte, mulheres agiram e reagiram contra situações de violência e por instantes de confronto com o poder chegaram até nós.

As notícias sobre o feminismo e o movimento de mulheres reconheciam que direitos e conquistas para as mulheres estavam batendo à porta de lugares distantes de grandes centros do país. Mas a ênfase de grande parte dos escritos quer seja de colunas, artigos e entrevistas também recaía sobre os problemas advindos com a emancipação como o divórcio, desarticulação das famílias e a criminalidade protagonizada por mulheres e por jovens. Assim alertava-se que a culpa pelos males do progresso poderia recair sobre as mulheres e estas deveriam ser punidas exemplarmente pela polícia e pelo judiciário. Porém, os impressos também aceitavam publicar denúncias de mulheres em situações de violência protagonizadas por homens, mas repetidamente os interesses políticos e de “autoridades” impossibilitavam punições aos homens

³²² BOURDIEU, P. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p. 92-93.

³²³ GUATARRI, F. ; ROLNIK, S. **Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 59.

³²⁴ WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da Floresta**. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 243.

agressores. Assim, o imperativo do progresso e da ordem recaia mais sobre as mulheres, ou seja, elas eram responsáveis pela paz social, pela estabilidade familiar e ainda “merecedoras” dos sofrimentos e finais trágicos nas situações de violência.

O próximo capítulo espreita-se por notícias nas quais a maioria das mulheres atuará como protagonista em situações de violência. São mulheres que não se enquadravam no modelo idealizado de mulher passiva e submissa e de alguma forma resistiram contra situações de sofrimento pela defesa de si e de familiares com violência e matavam quando não conheciam ou não dispunham de outras possibilidades. Estas são as mulheres infames...

CAPÍTULO III

MULHERES INFAMES

No Oeste do Paraná, notícias construíram identificações para homens e para mulheres como, por exemplo, a violência como característica masculina e a maternidade como função exclusiva do feminino. Sentimentos como docilidade e resignação, as próprias tarefas domésticas e o espaço privado para as mulheres fizeram e ainda fazem com que muitas delas deixem de ser cidadãs para existirem enjauladas nas identidades femininas construídas nos discursos que enfatizam o sujeito universal masculino. Um dos exemplos desta distinção dos gêneros está no *Jornal do Oeste* na matéria *Nem Feminismo nem Machismo: justiça*. Conforme o excerto abaixo verifico que os papéis são contrastantes nas relações de gênero:

A mulher cumpre fazer do lar um pedaço do céu, entrevisto na terra. Ali o homem retempera as forças consumidas na dura peleja travada no teatro das competições, em busca do pão de cada dia. [...] O sexo forte tira sua energia do sexo denominado fraco. Deste paradoxo depende a estabilidade da família e segurança social. [...] Os movimentos feministas têm se revelado inoperantes, pelo menos até hoje, uma vez que não conseguiram incutir na mulher, a compreensão sublime da tarefa que lhe cabe na preparação da humanidade do porvir. [...] A mulher deve permanecer naquilo que foi chamada; permanecer como rainha do lar e sacerdotisa da família.³²⁵

Outras possibilidades para os corpos e sexualidades quase sempre foram desconsideradas em discurso e, na maioria das notícias das décadas de 1960 a 1980, o tema teve pouca visibilidade. Um dos impressos de *O Paraná* apresenta o tema sob o título: *Homossexualismo é ideologia*. Na matéria, segue-se a visão de Peter Fry advogando que o

³²⁵ **Jornal Oeste**. Nem Feminismo, nem Machismo: justiça. n. 850, 26 de julho de 1988, p. 6.

uso do termo é errôneo, uma vez que *essa criação cultural não existe na natureza, devendo ser abolida*.³²⁶ Acredita Fry que, por não estar na ordem discursiva racional das ciências da natureza, essa criação cultural não tem nomeação. Margareth Rago expôs recentemente esta problemática da seguinte maneira:

Afinal, lembrando Baudrillard, se os americanos precisam ter a Disney para não perceber que são a própria Disney, nós precisamos ter a prisão para não percebermos que vivemos enjaulados nas identidades e classificações categoriais, nos esquadrinhamentos sociais, sexuais, espaciais, físicos e imaginários.³²⁷

Estas construções identitárias e de outras distinções sociais também adentraram a literatura e a escritura da história. Segundo Bhabha, estamos em um “[...] momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e de identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão.”³²⁸ É nas tramas de mulheres e homens em situação de violência que também despontam algumas diferenças, exclusões, trânsitos e linhas de fuga que constroem corpos e sexos.

Documentar a vida de pessoas negligenciadas nas narrativas dos escritos abre um leque múltiplo de temas, assim como outras histórias que desmentem visões hegemônicas de mundo enaltecidas de homens brancos, da naturalidade da monogamia, dos sentimentos, dos papéis sociais e sexuais e da certeza da inevitabilidade do progresso. Scott observa que:

O desafio à história normativa tem sido descrito, em termos de entendimentos históricos convencionais de evidência, como uma ampliação de um quadro, uma correção do que foi negligenciado como resultado de uma visão incorreta ou incompleta, e tem reivindicado

³²⁶ **O Paraná.** Homossexualismo é ideologia. N. 521, 6 de julho de 1976, p. 4. Este jornal foi um dos únicos a apresentar notícias com homossexuais e travestis, mas quase todas em situações de violência como no título: Travesti leva tira na boca em pleno centro de Londrina. n. 1100, 22 de janeiro de 1980, p. 8. **A Tribuna.** Outro detento assassinado: homossexualismo é o motivo alegado. N.58, 18 a 25 de novembro de 1983. **Hoje.** A agressividade dos travestis. n. 144, 19 a 25 de abril de 1980.

³²⁷ RAGO, Margareth. Pensar diferentemente a história, viver femininamente o presente. In: GUAZELLI, Cesar A.B. et all. (Org) **Questões de Teoria e Metodologia da História.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

³²⁸ BHABHA, Homi. K. **O local da Cultura.** Belo Horizonte : Editora da UFMG. 2005, p. 19

legitimidade sobre a autoridade da experiência, a experiência direta de outros, bem como a do historiador que aprende a observar e iluminar a vida desses outros em seus textos.³²⁹

Assim pode parecer estranho historiar a violência de mulheres, uma vez que a quantidade destas notícias corroboram para não priorizar tais estudos. Mas não seria ingênuo pensar que as estatísticas devam levar a um adequado tratamento qualitativo? Este é um dos aspectos observados nas pesquisas em que existem mulheres protagonistas em situação de violência.³³⁰ Diante disso, é notória a pergunta: qual é a relevância do tema? Por que dar historicidade a estas vivências? Como justificativa, apoio-me em Scott que afirma que o resgate destas situações, com seus incontáveis pequenos detalhes, permite perceber como a diferença é estabelecida entre mulheres e homens, como ela é operada em grande parte dos escritos, como e de que maneira constitui sujeitos que veem e atuam no mundo.³³¹ Neste sentido, o estudo de jornais, revistas e noticiários de rádio em relação às violências contra e das mulheres nos ajuda a entender as diferentes operações que nivelam as formas de vermos o mundo e, na pior das hipóteses, contribuir para as desigualdades de gênero.

Embora haja um destaque para a atuação de mulheres consideradas violentas nas notícias, reforça-se que a violência é coisa de homens. Esta posse masculina se dá, em parte, em virtude de suas frustrações ou não, assim como a partir de condutas e práticas identificadas socialmente como masculinas e que podem estar relacionadas a experiências perigosas.³³² Ainda segundo Mihaely, esta violência cristaliza todos os não-ditos e, mesmo que haja culpa e vergonha por parte dos homens diante das posições que reproduzem as relações de vítima e opressor,

³²⁹ SCOTT, Joan. A Invisibilidade da Experiência. In: **Projeto História**. São Paulo: Edusc, n. 16, fev. de 1998, p. 300.

³³⁰ Ver obras de SOYKA, Michael. **Wenn Frauen Töten**. Stuttgart; New York : Schattauer. 2005; KUN, Cornelia. **Ende des Schreckens**. Tese em Filosofia. Oldenburg : Universität Oldenburg, 2005 e ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Mulheres que matam: universo imaginário do crime no feminino**. Rio de Janeiro : Relume Dumará, 2001.

³³¹ SCOTT, Joan. A Invisibilidade da Experiência. In: **Projeto História**. São Paulo: Edusc, n. 16, fev. de 1998, p. 302.

³³² OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A Construção Social da Masculinidade**. Belo Horizonte : UFMG, 2004. p. 248. Segundo o autor o aumento dos índices de criminalidade urbana está relacionado ao reforço nos caracteres viris. P. 271.

ainda existe uma tendência em considerar as mulheres como vítimas e os homens como biologicamente determinados à prática da violência³³³.

Os atos representados nas notícias têm, em sua maioria, a defesa de si, de familiares e da sobrevivência em relação a sofrimentos, privações e violações. Convém ressaltar que, embora a violência esteja relacionada à defesa de uma causa, ela não significa um direito a estes atos, mas, em determinados momentos, uma possível saída para opressões, sofrimentos e injustiças.

Na pesquisa de Davis, sobre os ritos de violência coletiva na França do século XVI, a autora tece importante consideração no sentido de atentar mais sobre a mudança de valores e menos na pacificação dos desviantes. Essa preocupação de Davis relaciona-se com a pesquisa que desenvolvo sobre a violência perpetrada pelas mulheres. Não se pretende defender o direito das mulheres à violência, e sim tentar desatar o nó górdio para as representações dos atos cometidos por inúmeras mulheres e para o fato de como estas ações e personagens revelam a contradição das diferenças entre sexos operada pelas notícias e algumas mudanças, mesmo que instantâneas, nos estatutos e poderes de gênero.

Com o cuidado para tatear as construções discursivas históricas, parto da visibilidade de algumas ações protagonizadas por mulheres postas nas notícias. Estes atos continuamente são de gente que dificilmente de outra forma apareceria com rostos, nomes e, às vezes, sobrenomes nas notícias cotidianas. Para Foucault, são vidas de algumas linhas ou de algumas páginas. Vidas breves, sistematicamente encontradas em notícias e, portanto, infames. Também o autor apresenta vidas com menos lições a serem meditadas do que vidas como daquelas histórias que os sábios recolhiam:

Pretendi também que estas personagens fossem elas mesmas obscuras; que nada as tivesse predisposto a uma qualquer notoriedade; que não tenham sido dotadas de nenhuma das grandezas como tal estabelecidas e reconhecidas – as do nascimento, da fortuna, da santidade, do heroísmo ou do gênio; que pertencessem aqueles milhões de existências que estão destinadas a não deixar rastro; [...] que, contudo, tenham sido atravessados por um certo ardor, que tenham sido

³³³ MIHAELY, Gil. **Masculinidades: corpo, natureza e poder**. (Texto traduzido após palestra na UFSC) Florianópolis, 2006.

animados por uma violência, uma energia, um excesso na malvadez [...]³³⁴

A vida das mulheres que matam ou que estão envolvidas em conflitos e crimes aparecem em poucas páginas, principalmente nas décadas de 1970 e 1980. Em contrapartida, estas personagens recebem lugar de destaque nos títulos, no tamanho das letras e nas imagens fotográficas. Por que se dedicou frases, fotos e, às vezes, páginas inteiras a essas mulheres infames? Embora a violência nas relações de gênero tenha incidido principalmente sobre as mulheres, seja ela física (estupros, espancamentos e mortes) ou através de formas de violência simbólica (incapacidade política e civil, restrições da sexualidade), elas também reagiam e violentavam com ou sem instrumentos. Para escrever histórias na quais as mulheres agiram e reagiram nas relações de violência, parto da construção de notícias sobre algumas resistências de mulheres nestes jogos de gênero. Estes jogos de gênero atravessam comportamentos, imagens, discursos e representações que conformam as relações sociais que há muito tempo vem estabelecendo hierarquias e desigualdades entre homens e mulheres. Neste jogo envolvem-se identificações, estratégias, práticas discursivas e corporais cuja compreensão dá sentido a fenômenos como a violência de gênero, ou seja, relações conflituosas entre mulheres, entre homens, entre mulheres e homens e não só entre heterossexuais, mas também entre homossexuais.

Concordo com Foucault ao afirmar que o encontro com o poder transformou os atos das pessoas infames em palavras e, posteriormente, objeto deste estudo. “Sem este choque, é indubitável que nenhuma palavra teria ficado para lembrar o seu fugidio trajecto.”³³⁵ O mesmo poder que tentou controlar foi o poder que suscitou as palavras sobre estas vidas. E é justamente no confronto com o poder que elas encontram o único momento que alguma vez lhes foi concedido um breve clarão que as traz até nós.³³⁶ As mulheres infames escolhidas e analisadas nesta pesquisa podem contribuir para dialogar com o limite, o intervalo da produção de recursos da história, da linguagem daquilo que nos tornamos ou, como Hall expôs, “[...] como nós temos sido

³³⁴ FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa : Veja, 1992, p. 97.

³³⁵ Idem, p. 97.

³³⁶ Idem, p. 99.

representados e como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios.”³³⁷

Ações de mulheres como protagonistas em notícias no Oeste do Paraná aparecem com notoriedade, talvez pela novidade deste tipo de comportamento, apesar de que mulheres consideradas fatais³³⁸ não eram novidade na literatura. Nas notícias dos jornais e da rádio estes feitos continuam a chamar a atenção até os dias atuais, mas estas mulheres praticantes de violência são consideradas infames, porque não possuem as mesmas qualificações das mulheres fatais como a beleza, magia e aparecem em breves instantes.

2. Mulheres infames e a violência física e simbólica

As ações de mulheres em situação de violência são destaques nas notícias ao longo dos anos pesquisados. Essas mulheres são descritas como possuidoras de vidas obscuras, infelizes, raivosas, ciumentas, malfeitoras e desafortunadas. Também são relatos quase sempre anedóticos, curiosos, grotescos e que fizeram parte de inúmeras histórias minúsculas. E em grande parte das notícias, tendeu-se a tratar muitos dos casos com uma linguagem risível e em tom de deboche. Convém observar que no período em que aparece esta linguagem de deboche são frequentes as matérias relacionadas ao feminismo, principalmente após a metade da década de 1970. Esta forma de linguagem também estava presente na imprensa de oposição à ditadura militar como, por exemplo, o Pasquim, que ridicularizava a ação de feministas no Brasil.³³⁹

Na notícia *A Mulher batia no marido com vara*, citada abaixo, temos um exemplo de zombaria. O jornal *O Paraná* registra um evento passado há anos e que fora comentado por um antigo político de Cascavel. O narrador descreve o texto como um teatro, seguido das seguintes cenas:

O marido após o trabalho freqüentava bares da cidade de Cascavel e bebia como um gambá e sua esposa teria

³³⁷ HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 109.

³³⁸ Ver MENÓN, Mauricio. A Bela Imagem do Mal na Representação da Mulher. In: MEDEIROS, Márcia M. (org.) **Ensaio sobre o Feminino**. Passo Fundo: UPF, 2008.

³³⁹ SOIHET, R. **Preconceitos nas Charges de O Pasquim**: mulheres e a luta pelo controle do corpo. In: Revista Espaço Acadêmico. n. 84, maio de 2008. Disponível em: www.espacoacademico.com.br/084/84soihet.htm. Captado em 10 de abril de 2009.

inventado um jeito original de conduzi-lo para casa com uma vara, conduzia o seu hoi (sic) particular e amado. As cenas já eram tradicionais. A mulher vara no lombo do marido, levava não muito pacientemente o seu amado até a sua residência. Era um dia, depois do outro se formando realmente uma cena bem folclórica. Os viajantes já diziam pelos cantos do Oeste que Cascavel tinha um fato curioso: a mulher da vara. Após alguns anos o marido faleceu e não se sabe se foi das varadas ou das tremendas bebedeiras do guarda.³⁴⁰

Na cena a seguir, descreve-se a mulher ao lado do caixão abraçada ao cadáver e dizendo: “- Ai, ai, ai! Pra quê ocê morreu? Nós que nunca encrenquemo!” A notícia finda com “[...] isso aconteceu. Há testemunhas oculares, inclusive.” Este discurso perpassa a estratégia da produção do verdadeiro, pois o político conta, o jornal edita e há testemunhas oculares do fato.

O uso frequente de adjetivos e advérbios no texto acima, como *já*, *muito*, *se*, *realmente*, *bem* e *inclusive*, intensifica, neste discurso, a desqualificação das atitudes que supostamente invertem ações exclusivas de homens. Para Fairclough, a linguagem, como prática social, contribui para a dominação de umas pessoas sobre as outras. Desta forma, as práticas linguísticas estão imbricadas com o poder e a dominação. Para o autor, na redação de relatos acerca de acontecimentos, estão associados conhecimentos e posições específicas para cada tipo de sujeito social que participa desta prática.³⁴¹ Também a fala autorizada, do político no jornal, revela que o poder e a dominação estão organizados e institucionalizados e, deste modo, alguns têm acesso particular ao discurso e, como consequência, asseguram o poder de dizer algo, ou seja, quem pode falar, sobre o que, quando e como.³⁴²

A notícia sobre a mulher com a vara também participa de convenções que foram e são naturalizadas como, por exemplo, a exclusividade da violência como masculina. Ao atentar para as propriedades do texto, seja no vocabulário, nas metáforas, no aspecto gramatical ou no estilo, percebe-se que algumas convenções são mecanismos eficazes de produção do senso comum que podem manter e reproduzir padrões de comportamentos. Como parte das vivências

³⁴⁰ **O Paraná.** Mulher batia no marido com vara. n. 520, 11 de fev de 1978, p. 11.

³⁴¹ FAIRCLOUGH, Norman. Discurso, mudança e hegemonia. In: PEDRO, E. M. (org.) **Análise Crítica de Discurso.** Lisboa. 1997, p. 80.

³⁴² VAN DIJK, T. **Análisis Crítico del Discurso.** Página da Web acessada em 24/04/04 In: [www. Meus documentos/documentos/ARTIGOS/cátedra/UNESCO/](http://www.Meusdocumentos/documentos/ARTIGOS/cátedra/UNESCO/) p.3.

interacionais masculinas, as idas frequentes para o bar após o expediente de trabalho não deveriam ser questionadas, principalmente pelas mulheres. Mesmo que bebessem *como um gambá*, a eles permitia-se continuar com as bebedeiras que poderiam ser impossíveis de evitar, pois a medicina reconhecia ao homem o caráter autoritário, altivo, menos amoroso e mais duro.³⁴³ Quaisquer excessos deveriam ser perdoados, pois o homem era o provedor do lar, e a mulher era responsável pelo conforto em casa e pela felicidade do homem. A zombaria em torno das atitudes de mulheres nas notícias pretendia reforçar a fragilidade e uma suposta incapacidade de assumir os embates da vida e de assumir responsabilidades como os homens. Assim as notícias, ao trazerem atos de mulheres em situação de violência, tornavam o fato risível e, como resultado, tendia a emoldurar as identidades em padrões dados.

Na atuação de mulheres em situação de violência física, e posteriormente também adicionada à violência simbólica, a inferioridade é instaurada a partir das diferenças sexuais. Neste outro exemplo, que tem por título: *Mulher espancou a vontade o seu marido*, destacam-se as ações da esposa, conforme observado no texto:

[...] que os vizinhos estavam alarmados com a gritaria e pancadaria e todos ficaram surpresos quando os patrulheiros prenderam M. de L. A., que estava espancando brutalmente o seu marido. Ela foi presa e ele convidado para lá comparecer e oficializar a queixa de agressão.³⁴⁴

Segundo o jornal, consta no boletim o relato das testemunhas:

[...] constantemente a mulher que possui um físico avantajado espanca seu esposo que em momento nenhum reage a tamanha brutalidade por se tratar de uma pessoa de boa índole. E desta vez todos os vizinhos decidiram se unir e chamar a polícia, já que a gritaria estava infernal e pelo que parecia A. estava sofrendo mais do que às vezes anteriores.³⁴⁵

³⁴³ SOIHET, Rachel. Violência Simbólica: saberes masculinos e representações femininas. **Revista Estudos Feministas**. n. 1, 1997, p. 20.

³⁴⁴ **O Paraná**. Mulher espancou a vontade seu marido. n. 822, 11 fev. de 1979, p. 4.

³⁴⁵ Idem ,ibidem.

Neste texto, a motivação para a ação de violência indica que a esposa abandonou o marido, mas retorna várias vezes para a casa do companheiro que a aceitava, pois juntos tinham um filho. Palavras como “surpresos” atentam para o espanto dos vizinhos com a presença policial para averiguar um ato de violência cometido por uma mulher, efetuar o posterior encaminhamento de ambos para a delegacia e executar a prisão de uma mulher. A linguagem nesta notícia descreve o físico da mulher como masculinizante, ou seja, define sua ação como brutal, qualifica a sua gritaria como infernal, destaca o espancamento ilimitado e para o homem descrevem-se atitudes femininas como exposto ao sofrimento sem reclamar e de comportamento calmo. Nas páginas policiais pesquisadas³⁴⁶, não há registros de homens que são presos somente por espancamento de uma mulher, mas apenas por homicídio. Esta notícia acima revela que a condição masculina poderia ser questionada quando homens tinham atitudes consideradas socialmente passivas. Segundo Oliveira, a masculinidade deve ser entendida como:

[...] algo dinâmico em relação com os ideais societários dos quais faz parte e que ajuda a constituir-los do mesmo modo que este a ela. Sua face social aparece ao agente como um lugar simbólico, transcendente, mas ela vive inscrita nos corpos, nas posturas, nos juízos de gosto e percepções dos agentes, como lugar imaginário de sentido estruturante, participando de seus processos de subjetivação e sendo continuamente reatualizada nas vivências interacionais masculinas.³⁴⁷

A representação da surpresa dos vizinhos na notícia também está relacionada ao valor do masculino no código cultural familiar hierárquico onde ao homem cabe disciplinar todas as relações familiares. Nesta notícia o extremo está posto, pois não há o revide legítimo pelo homem. Conforme Lia Zanotta Machado e Maria T. B. de Magalhães:

³⁴⁶ Alguns exemplos: **O Paraná**. Marido desapareceu, esposa foi espancada. n. 277, 14 de fevereiro de 1977, p. 14. **O Paraná**. Foi ver os filhos e apanhou. n. 188, 24 de dezembro de 1976, p. 16. **Jornal do Oeste**. Valentão distribuiu pancadas em dona de bar na industrial. n. 279, 24 de julho de 1986, p. 6. **Jornal do Oeste**. Policial tenta matar a namorada em Santa Helena. n. 349, 22 de out. de 1986. p.1. **Fronteira do Iguacu**. Cabra da Peste. n. 128, 4 de out. de 1972, p. 16. Nestes exemplos registrou-se uma queixa, mas em nenhum deles houve prisão e todos os agressores responderiam o processo em liberdade.

³⁴⁷ OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A Construção Social da Masculinidade**. Belo Horizonte : Editora da UFMG, 2004. p. 255.

[...] caso se falasse de mútuas agressões conjugais, o código cultural hierárquico inscreve essas agressões em um quadro de relações de violência, pois só as agressões masculinas se sustentam aí como disciplinares e, portanto, violentas, porque retiram a legitimidade do revide.³⁴⁸

Nas notícias acima, as mulheres são sujeitos de uma ação, mas qualificadas de forma negativa em suas atitudes. Para Carmen Rosa Caldas-Coulthard, algumas palavras e construções sintáticas revelam diferenças sexuais. Os homens, nestes episódios relatados, vítimas de violência, embora ridicularizados pela passividade tem algumas características masculinas ressaltadas. O primeiro deles tem profissão, ou seja, é provedor do lar, é guarda e, portanto pode usar de instrumentos para disciplinar, também é caracterizado como “bom marido” e “amado”. O segundo é caracterizado como um homem de “boa índole”, ou seja, trabalhador e provedor do lar. Segundo Caldas-Coulthard³⁴⁹, os homens ainda são os guardiões da linguagem como editores, jornalistas, lexicógrafos, apresentadores de rádio, tv e políticos e destarte a linguagem dos jornalistas ajuda a definir, depreciar as atitudes e comportamentos esperados para homens e mulheres. Neste sentido, a análise de discurso contribui para investigar como as práticas sociais constituem homens e mulheres e como esta constituição constrói, por dentro do gênero, algumas desigualdades. No exemplo *Mulher surrou I. da S.*, o jornal desqualifica a atitude de um marido agredido, conforme segue no texto transcrito abaixo:

I. da S. mostrou que realmente é um “cara de pau” e se apresentou na 15ª. SDP para apresentar queixa contra M. L. M. que deu uma surra na base de “ripa e enchada” no “seu” Bernardes. Ele, que apanhou da mulher para valer, ainda teve a coragem de ir a Delegacia pedir a prisão do “diabo de saia”.³⁵⁰

O discurso da notícia acima revela que homens, em situação de violência, que não se submetessem às regras impostas nas relações de

³⁴⁸ MACHADO, Lia Zanotta ; MAGALHÃES, Maria T. B de. Violências Conjugais: os espelhos e as amarras. In: SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes (orgs.) **Violência, Gênero e Crime do Distrito Federal**. Brasília : UnB, 1999, p. 221.

³⁴⁹ CALDAS-COULTHARD, C. Linguagem e estudos de gênero In: FORTKAMP, M.B. M. et all. **Aspectos da Linguística Aplicada**. Florianópolis : Insular, 2000, p. 277.

³⁵⁰ **O Paraná**. Mulher surrou I. da S. n. 860, 1 de abril de 1979, p. 4.

gênero também são punidos pelas notícias através da violência simbólica relacionada à falta do comportamento esperado para os homens. Um homem que apanha como I. da S não deveria reclamar, pois a atitude esperada por outros homens como os agentes de polícia e jornalistas era que ele batesse porque ele possui o falo relacionado à força que pode ser exercida contra alguém.³⁵¹ Esta violência simbólica presente na notícia acima também deveria ser exemplar, ou seja, que nomeasse ações distintas para o masculino como altivo, forte, protetor e para o feminino o pudor, comedimento, doçura, discricção, silêncio. Sob o título *Mulher Acaba Marido*, o jornal *Alento* apresenta um discurso cômico sobre a passividade do marido:

L.L.J que vivia agredindo seu marido I. J, causando-lhe sérios ferimentos e constrangimentos morais. [...] novamente a fera agrediu o castigado marido [...] Cualé a tua ô I.? Vê-se te manca e dá o pinote, caso contrário a mulher acaba te matando falô? Desse jeito meu chapa, num há marido que agüente, né ?³⁵²

Deste modo, os discursos cômicos confirmam as relações de poder instituídas nas relações de gênero, visando reconstruir, nas notícias aqui apresentadas, o cotidiano perpassado pelos mitos de inferioridade e domesticidade feminina.

Os discursos cômicos, nos estudos de Bakhtin, demonstram as diferenças do riso festivo popular renascentista evidenciando a igualdade, uma vez que se ria dos próprios burladores, mas a sátira moderna burguesa transforma o riso em um fenômeno particular que perpassa o caráter moralizante e hierárquico através da ridicularização. No Renascimento, através do riso se exprime a verdade na sua totalidade, mas, a partir do século XVII, a atitude em relação ao riso pode ser caracterizada da seguinte maneira:

O riso não pode ser uma forma universal de concepção de mundo; ele pode referir-se apenas a certos fenômenos parciais e parcialmente típicos da vida social, a fenômenos de caráter negativo; o que é essencial e importante não pode ser cômico. [...] O domínio do cômico é restrito e específico (vícios dos indivíduos e da

³⁵¹ Consultar WOLFF, Cristina. Feminismo e Configurações de Gênero na Guerrilha: perspectivas comparativas no Cone-Sul, 1968-1985. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, vol. 27, n. 54, jul.-dez., 2007, p. 19-38.

³⁵² **O Alento**. Mulher acaba marido. N. 39, 09-15/05 de 1980, p. 6.

sociedade); [...] o riso é um divertimento ligeiro, ou uma espécie de castigo útil que a sociedade usa para os seres inferiores e corrompidos [...] ³⁵³

Nos exemplos das notícias acima, fica evidente que algo aparentemente inofensivo como a zombaria e o deboche configuram-se como forma de violência, inoculando representações com vistas à conservação do “status quo”, através da ridicularização em relação aos papéis exercidos por mulheres e homens de determinados segmentos da sociedade e de espaços geográficos. Na notícia *Inquilina do Barulho* do jornal *Fronteira do Iguaçu*, o subtítulo remete ao espaço geográfico e social da personagem principal: *De novo aparece a Vila Coqueiral no noticiário*. Conforme a transcrição do excerto textual, pode-se observar a imagem estereotipada da personagem.

Desta feita o problema é com D. P. T., que está separada do marido e vem causando problemas a sua vizinha, pois costuma chegar altas horas, acompanhada de “amiguinhos”, ocasião que promove insuportáveis algazarras e atenta contra o pudor. [...] D. não comparece com o Tutu dos alugueis há dois anos e com o agravante de transformar o local em verdadeiro “rendez-vous”. Tai, agora vai entrar pela tubulação. ³⁵⁴

A personagem acima é desqualificada por ser moradora de um bairro que é frequente nas notícias, fato este reforçado por outras características: é separada, não paga o aluguel, não é uma mulher bem comportada, pois chega altas horas e atenta contra o pudor. Nesta notícia, o pudor associa-se ao recato que consiste na boa reputação, ou seja, no respeito de si e dos outros através do sentimento de vergonha. Conforme Suarez:

Se a denúncia atrai o desprezo de outras pessoas é porque, de alguma forma e medida, as pessoas envolvidas não se fizeram respeitar ou não souberam cuidar de sua segurança. Daí concluiu-se que quem deve zelar pela segurança das

³⁵³ BAKHTIN, M. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*: o contexto de François de Rabelais. São Paulo : Hucitec, 1987, p. 57-58.

³⁵⁴ *Fronteira do Iguaçu*. *Inquilina do Barulho*. n. 106, 22 de julho de 1972, p. 16.

mulheres é cada uma das próprias mulheres [...] ³⁵⁵

O uso de linguagem zombeteira é recorrente quando se refere a alguns atos de moradores de bairros periféricos das diferentes cidades analisadas. Conforme Tânia Montoro, as notícias sobre violência reafirmam duas concepções morais comuns. A primeira é de que “[...] a violência é praticada por sujeitos desviantes e nos espaços marginais da sociedade.” E a segunda idéia reafirma “[...] que cabe aos órgãos competentes do governo manter a sociedade limpa da violência.” ³⁵⁶ No Oeste do Paraná, o projeto de modernização, proposto em meados do século XX, produziu uma ordem na qual instituições como judiciário, polícia e família perpassavam um conjunto de normas e valores considerados burgueses. Nestes valores, figurava a defesa da honra e da moral, principalmente sobre as mulheres. A honra masculina relacionava-se a atitudes como valentia e coragem, e a feminina se caracterizava pela defesa de sua honra por um homem. Deste modo, a honra de um homem também estava relacionada com a pureza sexual e com o pudor de mulheres de seu convívio, como esposa, filha e mãe. Neste contexto, reivindicava-se o direito de reputação moral de si, da família e do grupo social ao qual pertence. Nas notícias acima, a moral defendida pelos jornais pode ser entendida, conforme explica Michel Foucault:

Por “moral” entende-se igualmente o comportamento real dos indivíduos em relação às regras e valores que lhe são propostos: designa-se, assim, a maneira pela qual eles se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta; pelo qual eles obedecem ou resistem a uma interdição ou a uma prescrição; pela qual eles respeitam ou negligenciam um conjunto de valores; o estudo desse aspecto da moral deve determinar de que maneira, e com que margem de variação ou de transgressão, os indivíduos ou os grupos se conduzem em referência a um sistema prescritivo que é explícita

³⁵⁵ SUÁREZ, Mireya. O Discurso Policial Comentado. In: SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes (orgs.) **Violência, Gênero e Crime do Distrito Federal**. Brasília : UnB, 1999, p. 102-103.

³⁵⁶ MONTORO, Tânia. Notícias de Violência: uma leitura. . In: SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes (orgs.) **Violência, Gênero e Crime do Distrito Federal**. Brasília : UnB, 1999, p. 107.

ou implicitamente dado em sua cultura, e do qual eles têm uma consciência mais ou menos clara.³⁵⁷

Mas o comportamento de mulheres pobres em situação de violência transgredia as margens esperadas pelos jornalistas. Os enfrentamentos cotidianos, ou seja, a luta pela sobrevivência diminuía a reclusão no lar, o culto ao amor romântico e a submissão. Suas vidas eram de intrigas, de amores, de lutas nas ruas e em suas casas, nas pequenas fábricas, de várias jornadas, de resistências e também de conformações com os valores dominantes. Mulheres estas que construíam sonhos e sensibilidades para um casamento formal e um par harmônico, e nem sempre assumiam a maternidade e as tarefas do lar como funções suas. Os homens mantinham a concepção de prover o lar e aprendiam, pelos estereótipos dominantes, que a mulher era sua propriedade e a frustração desta expectativa social foi considerada por Soihet e Chaloub³⁵⁸ como uma das motivações para a violência doméstica. Nas fontes judiciais analisadas por estes autores, a violência incidia em casos nos quais as mulheres exigiam ganhos dos companheiros para o sustento da casa e dos filhos, que assumissem a condição de pai e que fossem fiéis. Elas reagiam e matavam como resistência à manutenção de papéis tradicionais ou não e contra os maus-tratos dos companheiros. Porém, estudos recentes aqui citados como de Miriam Grossi, Saffioti, Chauí e Bandeira cotejavam com outras pesquisas novas questões imbricadas na violência de gênero realizando indispensáveis contribuições para a análise das notícias.

Pelos exemplos das notícias, percebo que escrever outras ações, que não as dadas como socialmente aceitas de homens e de mulheres em situação de violência, talvez justificasse para os jornalistas o uso de uma linguagem risível e que se traduz como uma forma de violência simbólica. Analisar esta situação revela que tornar o outro visível certamente “[...] quebra o silêncio sobre ele, desafia noções prevaletentes e abre novas possibilidades para todos.”³⁵⁹ Escrever sobre a história destas mulheres é tornar histórico aquilo que fora escondido da própria história. Acrescenta-se que escrever sobre mulheres

³⁵⁷ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II: O Uso dos Prazeres**. Tradução de Maria T. da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro : Edições Graal, 6.ed. 1984, p. 26.

³⁵⁸ SOIHET, Rachel. **Mulheres pobres e violência no Brasil urbano**. In: História das Mulheres no Brasil. São Paulo : Contexto, 1997. CHALOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**. São Paulo : Brasiliense, 1986.

³⁵⁹ SCOTT, Joan. A Invisibilidade da experiência. In: **Projeto História**. São Paulo: EDUC, n. 16, fev. de 1998, p. 304.

protagonistas em situações de violência é escavar mais nos recônditos do humano e no aparentemente ininteligível.

3. Conflitos entre mulheres nas notícias

As personagens femininas presentes em notícias, por algumas linhas ou páginas inteiras, tomaram as cenas por alguns instantes. São mulheres infames e cujos atos, muitas vezes, são representados na imprensa como absurdos, loucura, anormalidade e por raras vezes monstrosidade. Estes atos de desvios quase sempre são de mulheres que dificilmente apareceriam com rostos, nomes e às vezes sobrenomes nas notícias cotidianas e, por isso emergem como infames. São vidas breves sistematicamente encontradas nas páginas de jornais, revistas e demais notícias. Os instantes de aparecimento da vida das mulheres envolvidas em conflitos foram destaques na imprensa como as brigas entre vizinhas, mas noticiadas porque envolviam uma gravidez, violência contra crianças e falta de pagamento do aluguel.

Nas páginas policiais, há o registro de alguns conflitos causados por intrigas pessoais entre mulheres, sobretudo de vizinhas em locais específicos como pátios, quintais e cercas. É notório o uso de linguagem em tom de deboche no momento de reprodução da dicotomia vítima e agressora. Na notícia *Agredida moralmente pela vizinha, teve parto prematuro*, são retratadas duas mulheres, uma na condição de esposa e grávida, e a outra, a agressora, como vizinha e anunciada como Frida de Tal. A agressão deveu-se pela desocupação de um imóvel da proprietária agressora e, segundo o jornal, foi o marido da vítima quem relatou o fato:

[...] que a tal da Frida manda seus filhos menores dar pancadas na parede de sua casa, proferindo palavras de baixo calão contra a sua pessoa e de sua esposa e que viera agredi-la porque deseja que os mesmos deixem a casa para posteriormente alugá-la.³⁶⁰

Este ato é considerado na notícia como um absurdo porque a proprietária deseja a desocupação de um imóvel e usa da violência física e simbólica contra outras pessoas. O comportamento da Frida relembra

³⁶⁰ O Paraná. n. 559, 30 de março de 1978, p. 4.

para as outras mulheres a necessidade do recato, da submissão e a espera de um homem ou da justiça para resolver qualquer tipo de pendência.

Em outra notícia, sob o título *Valentina vira Valentona*, o jornal relata a agressão entre duas mulheres também devido à desocupação de um imóvel. A descrição da vítima na notícia ocorre por meio da definição do estado civil, profissão e pagamento pontual dos aluguéis. O conflito narrado é desta forma destacado:

Tudo ia na santa paz de Deus até que a esposa de seu senhorio invadiu a casa em companhia de uma filha por nome A. R. e passou a destratá-la. Dos maus tratos passou a agressão que se estendeu aos filhos menores [...] Não satisfeitas disseram que vão fazer calúnia no seu marido para que ele perca seus direitos legais. D. A. declarou que está grávida e que foi violentamente atirada contra as paredes de sua casa, o que lhe pode acarretar graves conseqüências [...]³⁶¹

Na terceira notícia, *Mulheres entraram no cacete*, duas mulheres agredem outra mulher. Neste jornal, destaca-se que o fato tornou-se notícia a partir de um plantão policial:

J. Q., brasileira, casada, com 46 anos de idade, compareceu ao plantão policial com a cabeça ensangüentada e registrou queixa contra a sua sogra e sua cunhada M.P.Q e M. C. respectivamente, alegando a queixosa que fora espancada pelas mesmas. Dona J. foi encaminhada ao hospital para as reformas necessárias e as paraíbas responderão inquirido a respeito.³⁶²

Nestas três notícias há em comum a produção da dicotomia agressora e vítima, a perda de autocontrole e, sobretudo, a linguagem de deboche. Neste último excerto as agressoras são chamadas de paraíbas para masculinizá-las. Este tipo de linguagem também está presente em uma notícia de Matelândia, sudoeste do Paraná. O subtítulo aponta para as motivações do crime: *Movida por um ciúme doentio, dona-de-casa matou garota de 14 anos*. A notícia, que ocupa toda a página, tem por título: *Fúria assassina* e abaixo dele segue a foto de 12 por 14 cm:

³⁶¹ **O Paraná**. n. 575. 18 de abril de 1978, p. 18.

³⁶² **Diário do Oeste**. n. 420, 15 de setembro de 1968, p. 6.



Ilustração 7: Fúria Assassina.

Fonte: Revista Oeste. n. 48, maio de 1989, p. 29.(Acervo da Biblioteca Pública de Cascavel)

O texto destaca a repercussão do crime na cidade de Matelândia. Segundo a revista, a dona de casa abandonou os filhos e o primeiro marido devido à constante violência doméstica e, com o novo companheiro, apesar de a violência ser frequente, na matéria o ato aparece apenas como um ato necessário e disciplinador.

Na produção da notícia, o fato motivador do crime de Feliciano é o ciúme. Este estado emocional pode ser definido como um conjunto de emoções desencadeadas por sentimentos de alguma ameaça à estabilidade ou à qualidade de um relacionamento íntimo valorizado. Soyka entende que nas sociedades em que a monogamia tornou-se um imperativo social e cultural, o ciúme foi concebido como uma proteção para a família. A modernidade deixou pouco espaço de debate para a exclusividade do sentimento de ciúme, quer seja no direito individual assim como nas relações de apaixonados. O sentimento de ciúme foi construído culturalmente como uma reação frente a uma ameaça.³⁶³

Sugere-se, na matéria da *Revista Oeste* sobre Feliciano, que as desconfianças da esposa foram fruto de *imaginação doentia* e que o episódio poderia ser avaliado por um psiquiatra.

³⁶³ SOYKA, Michael. **Wenn Frauen töten**. Stuttgart : Schattauer, 2005, p.73. Analba Brazao Teixeira discute brevemente a historicidade do ciúme em sua obra: **Nunca você sem mim**. São Paulo : Anablume, 2009, p. 58.

Se essa cena foi produto de uma imaginação doentia ou não, só um psiquiatra poderia dizer. O fato é que ela reagiu como um animal. Empunhando uma faca e cega de ódio, ela pulou sobre os dois, agarrou a garota pelos cabelos e começou a apunhalá-la impiedosamente.³⁶⁴

A matéria também informa que a garota violentada procurou o marido da agressora apenas para receber o pagamento de um dia de serviço como bóia-fria. Na necropsia, constava que a moça era virgem e que, portanto, a relação sexual com o marido só existiu na mente de Feliciano. Presa após fuga, esta não era a primeira vez que a acusada usou uma *faca para resolver pendências pessoais*. O delegado, em depoimento à *Revista Oeste*, considerou o crime como brutal, cometido por motivo torpe. Na foto acima, destaca-se o rosto de Feliciano e a blusa com inúmeros gatos com pescoços enormes.³⁶⁵

Algumas palavras da notícia também indiciam os atos de Feliciano como aberrações de conduta, ou seja, a brutalidade e o fato de não conter instintos permitem associá-la a animais e a motivo torpe. O texto ainda indica que esta não foi a primeira vez que a agressora reagia com um companheiro, dado que na primeira vida conjugal abandonou o lar e crianças, sendo uma delas, na época da separação, ainda considerada bebê. O abandono da família e, principalmente, dos próprios filhos tende a ser punido. A maternidade relaciona-se a um *dom natural*, como apontaram os estudos de Badinter, pois uma mulher é feita para ser mãe e deve suportar sofrimentos e sacrifícios pelos filhos e toda exceção “[...] é um desafio lançado à natureza, a anormal por excelência.³⁶⁶ Esse modelo de sofrimento e dor segue a tradição cristã de um projeto afetivo/emocional estável entre duas pessoas que vivem em um mesmo espaço e com filhos. Grossi em seus estudos aponta para contradições nesse modelo de conjugalidade, cujos atos de violência são em parte reflexos disso e podem ser vítimas homens, mulheres, heterossexuais e homossexuais.³⁶⁷

³⁶⁴ **Revista Oeste**. Fúria Assassina. n. 48, maio de 1989, p. 29.

³⁶⁵ Idem, *ibidem*.

³⁶⁶ BADINTER, E. **Um Amor Conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 15.

³⁶⁷ GROSSI, M. Rimando Amor e Dor: reflexões sobre violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana M; GROSSI, Miriam P. (org.). **Masculino Feminino Plural**. Florianópolis : Editora Mulheres, 1998, p. 293-313.

Entretanto são mulheres que estão nas linhas de fuga entre a mulher contida e a mulher que age para dar fim a uma contenda, não esperando, desta forma, que os homens resolvam os seus problemas.

Os casos noticiados corroboram para a representação de que, em sua maioria, as mulheres se envolvem em futilidade e agem instintivamente, mas estas não são como algumas empregadas domésticas, analisadas a seguir, cujos atos podem representar perigo, principalmente para outras mulheres.

4. Empregadas domésticas: “cuidado com elas”

Entre as décadas de 1960 a 1980, constata-se que as domésticas podiam representar perigo e, algumas vezes, cometer atos monstruosos, sobretudo no lar considerado um lugar de harmonia (lar doce lar). Diante do material coletado, as indagações que percorrem a análise são por que se destacam os escassos atos cometidos por estas trabalhadoras, quais os crimes e qual é o perigo delas representado nas notícias? Quando perigosas, o alerta da imprensa é: *Cuidado com elas*.



Ilustração 8: Cuidado com elas

Fonte: O Paraná. n. 246, 11 de março de 1977, p. 14.(Acervo da Biblioteca Pública de Cascavel)

Na notícia transcrita do jornal *O Paraná*, duas empregadas são apresentadas como infiltradoras de lares e ladras que iludem a boa-fé de donas de casa, conforme se observa no texto jornalístico:

Após se ambientarem nas casas onde se empregam como domésticas e obterem certa confiança por parte dos patrões, fazem uma limpa e depois desaparecem. A polícia conseguiu botar a mão nas duas, que estão devidamente guardadas para, pelo menos durante algum tempo, não continuarem a iludir a boa fé de donas-de-casa.³⁶⁸

Outro destaque, neste mesmo jornal, é dado a uma trabalhadora doméstica com tatuagem. Segundo o jornal: “Ela usava um sistema de operação muito simples: pedia emprego como doméstica depois sumia com jóias, roupas, pequenos objetos, etc.”³⁶⁹ Sua prisão em flagrante significava que outras patroas a identificariam na Delegacia de Furtos e Roubos. No jornal, foi assim descrita: “Ela é conhecida como a doméstica da tatuagem e agora vai passar um bom tempo na prisão, a disposição da justiça.”³⁷⁰

As demais notícias do jornal se assemelham com relação à confiança da patroa com a empregada e a suposta esperteza desta nos roubos, mas que, finalmente, seriam punidas. Não há registros de empregados homens, quer seja o ofício e lugares que tenham realizados furtos e roubos. As notícias das empregadas se acentuam nas décadas de 1970 e 1980 concomitantes com várias matérias sobre o feminismo, movimento de mulheres e os direitos das mulheres. Embora as notícias não façam uma relação direta entre a presença de empregadas nas casas e o feminismo, parecem indicar que estes perigos no lar estão, em parte, relacionados à emancipação de mulheres que começavam a ocupar melhores empregos e salários bem como outras que não exerciam ocupações, mas pelo poder aquisitivo contratavam empregadas domésticas.

No município de Toledo, no ano 1977, um dos assuntos considerados pelo jornal como um dos mais comentados foi Matilde. A matéria iniciou com *A Peça Matilde*. Segundo o texto jornalístico, ela foi até motivo de redação escolar em determinado colégio da cidade.

³⁶⁸ *O Paraná*. Cuidado com elas. n. 246, 11 de março de 1977, p. 14.

³⁶⁹ *O Paraná*. Doméstica da tatuagem. n.1473, 14 de maio de 1981 p. 1 e 14.

³⁷⁰ *Idem*, *ibidem*.



Ilustração 9: A Peça Matilde.

Fonte: Tribuna do Oeste. n. 90, 29 de junho a 06 de julho de 1977, p. 11. (Acervo do Museu Histórico de Toledo)

O fato foi considerado uma surpresa para toda a população da cidade devido à novidade e à forma de sua aparição:

Matilde foi disparada, a personagem mais comentada de Toledo na semana passada. O seu nome foi pronunciado em todos os cantos da cidade. E vejam: somente poucas pessoas realmente a viram e conheceram fisicamente. [...] Uma empregada doméstica que conquistou patroas e até patrões. Mas, que de repente, deu o “cano” levando por engano alguns relógios, peças de roupas e outros objetos de valor. [...] Na realidade a “Matilde” era nada mais nada menos do que o barbado A. O., que caiu nas malhas da polícia depois de ter furtado vários objetos de

valor no seu último emprego. Na Delegacia “Matilde”
chiou: sou homem com H maiúsculo.³⁷¹

A empregada foi presa após denúncia de furto em seus empregos. Nos trâmites de acusação e prisão, soube-se que se travestia de mulher e inicialmente aparece em notícias conforme a imagem acima.

Na última página segue uma entrevista concedida por Matilde para a Rádio Guaçu daquela cidade. Na entrevista, o repórter ressalta que antes dos furtos, ninguém desconfiava dela. Seu disfarce ou travestismo teria sido um sucesso, porque ninguém desconfiava, provavelmente em virtude da eficiência em seu trabalho “[...] conseguindo atrair a simpatia das patroas e até olhares indiscretos dos patrões mais vivos não era mais que um cabeludo e robusto homem.” Segundo a entrevista publicada no jornal, Matilde veio da cidade de Francisco Beltrão para Toledo e afirmou ter se disfarçado porque estava com fome e sem ter onde morar:

Bem vestida, como mulher, contou que foi fácil arrumar emprego. “Naquela casa eu cuidava das crianças, lavava roupa, cozinhava e dava conta de todo o recado” disse A. acrescentando que “agora estou arrependido de ter me disfarçado, pois sou homem com “H” maiúsculo. Quando nasci meu pai disse: é homem! E bateu no peito exclamando é homem e será homem até morrer!”³⁷²

Possivelmente para o período prisional Matilde tenha reforçado a imagem de masculinidade ideal, ou seja, o homem com “H” maiúsculo construído desde a infância até a morte. Esta imagem relaciona-se a uma possível pena prevista por regras internas dos presos por interferências na virilidade, ou seja, Matilde travestia-se como mulher e raspava os pêlos. Ela provavelmente temia que os companheiros de cela usassem de violência sexual contra ela como uma possível punição pela sua escolha.

Para o delegado da cidade de Toledo, tratava-se do “[...] primeiro caso na cidade e que travestis disfarçados por domésticas, aqui no caso da Matilde, é coisa rara na capital da cultura.”³⁷³ Para o delegado, a cultura é entendida apenas como manifestações artísticas e materiais e não como construtoras das relações sociais em constante elaboração também para os corpos humanos.

³⁷¹ **Tribuna do Oeste.** A Peça Matilde. n. 90, 29 de junho a 06 de julho de 1977, p. 1 e p. 11.

³⁷² *Idem*, p. 11.

³⁷³ **Tribuna do Oeste.** A Peça Matilde. n. 90, 29 de junho a 06 de julho de 1977, p. 1 e p. 11.

O caso Matilde despertou muito interesse da imprensa e do público na cidade, principalmente após a entrevista na emissora de rádio local e do relato da entrevista no jornal *Tribuna do Oeste*. Susan Clayton, no seu artigo *O Hábito faz o Marido*, traz o exemplo de uma *female husband* James Allen, na Inglaterra do início do século XIX, e discute a construção social do gênero. O caso exposto por Clayton também despertou grande interesse nos jornais da época. Um acidente de trabalho, em um estaleiro naval, fez com que as circunstâncias da morte fossem investigadas. Após a autópsia, constatou-se que James do sexo feminino era casada com outra mulher. No caso de Matilde, o disfarce parecia ser provisório, mas a identidade fora assumida e aceita pelas pessoas do meio até a denúncia de roubo. O que chama tanta atenção nas notícias não é o roubo, porque para um homem isto era quase naturalizado como próprio para o masculino, mas o fato de assumir o gênero feminino. Como aponta Clayton em seu estudo, é pelo disfarce de gênero que uma distinção entre natureza e arte se estabelece. Pelas vestes, foi possível pertencer ao feminino e, deste modo, a arte permitiu afastar da natureza o sexo biológico.³⁷⁴ No caso de Matilde, a mudança era provisória, em contrapartida, no de James Allen, parecia ser definitiva.

Em relação ao texto jornalístico sobre Matilde, a linguagem é confusa, pois ora é ela, ora é ele. Ainda assim, prevalecem os atributos masculinos, como a barba, pelos e robustez. Esta prevalência é reforçada pelas repetidas vezes em que Matilde, travestida, ressalta a sua masculinidade, com a letra H maiúscula, de homem viril e assim criado pelo pai e que, por necessidade e vontade, buscou trabalho como doméstica pelas possibilidades de possuir comida, salário e um lugar para morar. Matilde adotou um papel tradicionalmente reservado a uma mulher e isto é um absurdo para a imprensa dado que não questiona como uma possibilidade, mas sim através do risível tenta colocar os gêneros no lugar tradicional. Também Matilde pretendia mudar seu destino por meio do corpo. Para Susan Clayton, isto confirma a pobreza das escolhas abertas aos seres humanos diante da dicotomia social.³⁷⁵

Também Peter Burke apresentou pesquisas sobre 119 mulheres que viveram como homens para adentrar, principalmente, na marinha e no exército holandês desde os primórdios da idade moderna. Segundo Burke, esta mudança de vida relaciona-se com outros modos de

³⁷⁴ CLAYTON, Susan. O Hábito faz o marido? In: SCHPUN, Mônica R.(org.) **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 151-174.

³⁷⁵ Idem, p. 172.

sobrevivência do que aquele reservado a moças pobres, quer seja como domésticas ou obrigadas a prostituir-se.³⁷⁶

Na suposta capital da cultura o modelo de feminilidade dominante foi exposto na segunda página do jornal *Tribuna do Oeste*. Neste editou-se uma fotografia de uma moça loira e de biquíni com a seguinte legenda: *Esta gata da foto não é a Matilde, não!*³⁷⁷

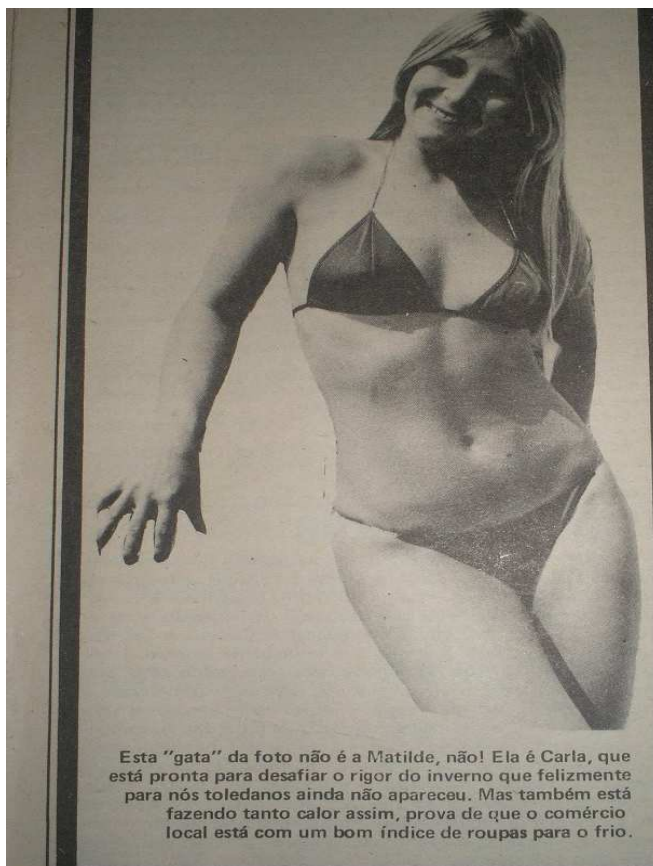


Ilustração 10: Coluna Social

Fonte: *Tribuna do Oeste*, n. 90, 29 de junho a 06 de julho de 1977, p. 11. (Acervo do Museu Histórico de Toledo)

³⁷⁶ BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: Unesp, 2002. p. 78.

³⁷⁷ *Tribuna do Oeste*. Esta Gata da foto não é Matilde não. n.90, p. 2.

Esta imagem vinha reforçar que o caso Matilde era apenas uma exceção quando o assunto “raro” era o travestismo. Porém, a repercussão maior nas notícias sobre domésticas e violência foi sobre o caso Maria. A empregada doméstica *monstra*³⁷⁸ segundo as notícias envenenou uma criança, animais e fez uma tentativa de envenenamento de outra criança.



Ilustração 11: Doméstica que envenenou as crianças vai a júri dia 22.

Fonte: Tribuna do Oeste. n.222, 5 de setembro de 1981, p. 11. (Acervo do Museu Histórico de Toledo)

Maria teve destaque em notícias pelos crimes que cometeu contra uma criança, animais e pela tentativa de crime contra outra criança. Do início da investigação até a sua condenação as ações dela foram consideradas desnaturadas, bárbaras e monstruosas. Nas notícias

³⁷⁸ Para Foucault, a noção de monstro é uma noção jurídica. “Ele é, num registro duplo, infração as leis em sua existência mesma. O campo do aparecimento do monstro é, portanto, um domínio que podemos dizer jurídico-biológico”. Aparece como um fenômeno raro e extremo que combina o impossível com o proibido. “[...] é o grande modelo de todas as pequenas discrepâncias”. p. 69-71. Para este autor, o monstro se aproxima da noção de loucura quando a psiquiatria “descobre os instintos”. O instinto será “[...] o vetor do problema da anomalia, ou ainda o operador pelo qual a monstruosidade criminal e a simples loucura patológica vão encontrar seu princípio de coordenação.” p. 165. FOUCAULT, M. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

veiculadas entre setembro de 1979 e julho de 1980, repetiu-se a assertiva: *Maria envenou por que quis*.

Maria é uma monstra, não apenas por ter violado as leis da sociedade, mas por também ter desrespeitado as leis da natureza, pois toda mulher deve proteger a vida devido seu inato instinto maternal. O monstro é *o que combina o impossível com o proibido*.³⁷⁹ A criminosa Maria é considerada destaque de manchetes, porque, para a cidade e região, era um fenômeno extremo e raro. As ações de Maria tramaram o impossível e violaram a lei, deixando-a sem voz. Os atos criminosos dela estão inscritos no momento em que se tornavam singulares as notícias quase cotidianas de furtos de empregadas domésticas na região na década de 1970 e começos da década de 1980. Estes atos lembravam às mulheres os custos de sua emancipação, ou seja, seu lugar no lar ainda era lembrado através destes atos de empregadas domésticas nas notícias. Também lembravam que o perigo que as empregadas representavam era relacionado à culpa da mulher, esposa e dona de casa que não fazia as tarefas domésticas e nem cuidava dos filhos ou por não supervisionar a empregada. Mas os crimes de Maria são extremos quando associados aos furtos na região Oeste do Paraná.

A prisão preventiva ocorreu em 1980 na comarca de Toledo. Maria de Fátima da Silva é descrita como empregada doméstica de 23 anos, solteira e negra que trabalhava numa residência familiar. Seus crimes são assim relatados:

[...] prevalecendo-se de sua condição de empregada e da confiança dos donos da casa, certa ocasião resolveu ministrar veneno na alimentação do filho do casal, de três meses de idade, matando a criança, cujo caso foi levado como morte natural.³⁸⁰

Nesta notícia seguem novas tentativas de Maria que, alguns meses depois, matou os animais da casa, gatos, cachorros e pássaros “[...] matando-os também, sem qualquer remorso.” Segundo o impresso, a empregada, vendo que os casos eram tratados como normais, “[...] resolveu então ministrar veneno na alimentação de outra filha do casal.” Após consulta médica, constatou-se o envenenamento e, com investigações policiais, a empregada detida confessou o crime “[...]”

³⁷⁹ Idem , p. 70.

³⁸⁰ **Tribuna do Oeste**. Doméstica assassina presa. n.222, 5 de julho de 1980, p. 1.

afirmando que assim procedia porque gostava.”³⁸¹ Conforme Foucault, é o modelo de todas as discrepâncias e prossegue: “[...] é o princípio da inteligibilidade de todas as formas – que circulam na forma de moeda miúda – da anomalia.”³⁸²

Maria continua noticiada enquanto permanece presa, como no texto que segue: *Criminosa ainda na cadeia*³⁸³. Nesta matéria, os fatos estavam ainda sendo investigados por meio da exumação da criança envenenada e da possível transferência da presa para a cidade de Curitiba por questões de “segurança e conforto”. Segundo a reportagem jornalística, vigiava-se o comportamento dela, “[...] Maria de Fátima, pelo que se informa na polícia, está tranqüila e diz não estar nem um pouco arrependida.”³⁸⁴ O seu não arrependimento no texto é que remete a loucura.

Foucault, em sua obra *Os Anormais*, apresenta duas histórias de mulheres criminosas. Sélestat é apresentada como a mulher que matou sua própria filha, cortou-a em pedaços e a cozinhou em 1817. Naquele ano, reinava a fome na Alsácia. O tribunal não a condenou por postular que aquela mulher não era louca. Seu ato era admissível para todos devido à fome. Se não houvesse o surto de fome, seu ato seria questionado se havia sido ditado pela razão ou desrazão. O crime de Sélestat foi avaliado pelo tribunal como razoável e quase lúcido.³⁸⁵

No segundo caso, apresentado por Foucault, uma moça, Cornier, teve filhos e os abandonou. Também foi abandonada pelo marido. Depois trabalhou como empregada doméstica para várias famílias em Paris. Após ter ameaçado se suicidar por várias vezes, aparece na casa da vizinha e oferece-se para cuidar da filha de dezoito meses. Após muito insistir, Cornier leva a filha da vizinha para o quarto de sua casa e ali, com um facão, corta-lhe a cabeça. Quando a mãe vem buscar a menina, Cornier lhe diz que a filha está morta. A vizinha desconfia e tenta entrar no quarto. Neste momento, Cornier pega o avental, põe a cabeça da criança dentro do mesmo e joga-o pela janela. Ao prendê-la, perguntam por que ela tinha tomado tal atitude. Ela então respondeu: “Foi uma idéia. Depois disso pouca informação pode ser tirada dela.”³⁸⁶

³⁸¹ **Tribuna do Oeste**. Doméstica assassina presa. n.222, 5 de julho de 1980, p. 1 e 11. *Criminosa ainda na cadeia*. n. 229, 23 de agosto de 1980. As notícias sobre Maria retornam aos jornais no julgamento em 1981.

³⁸² FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo : Martins Fontes, 2002, p. 71-72.

³⁸³ **Tribuna do Oeste**. *Criminosa ainda na cadeia*. n. 229, 23 de agosto de 1980, p. 11.

³⁸⁴ Idem, *ibidem*.

³⁸⁵ FOUCAULT, M. **Os Anormais**. São Paulo : Martins Fontes, 2002, p. 140.

³⁸⁶ Idem, p. 139-140. Nestas páginas Foucault descreve a ação das duas mulheres.

Esse tipo de ação veio a se constituir um problema para a psiquiatria criminal. Assim como no caso de M., tentou-se mostrar algum distúrbio físico ou mental. O distúrbio de Cornier foi relacionado à pequena falha no humor e com enfoque no instinto, em si monstruoso, em si doentio e patológico que atravessa a conduta como um meteoro, instinto homicida que não se parece com nada, instinto homicida que não corresponde a nenhum interesse.³⁸⁷

Maria também teve o comportamento vigiado pela imprensa e pela polícia. É no julgamento dela, em 1981, que se repetem os atos nas notícias. O destaque é *A Voz da justiça vai falar mais alto: Fátima: Barbarismo, Doméstica condenada a mais de 27 anos.*



Ilustração 12: Doméstica condenada a mais de 27 anos.

Tribuna do Oeste. n. 270, 26 de setembro de 1981, p. 1. (Acervo do Museu Histórico de Toledo)

Segundo o jornal, na data do julgamento, mais sete réus seriam julgados, alguns também por assassinatos, mas o de Maria, “[...] pela repercussão que teve na época dos crimes, reveste-se de maior importância.”. Segundo a notícia, a empregada ganhou tanta confiança da família “[...] a ponto de servir até comida para as crianças”. Na

³⁸⁷ Idem, p. 378. No caso de Cornier, segundo Foucault, temos um caso muito mais difícil e que, de certo modo, parece escapar tanto da atribuição à razão como da atribuição à loucura; e que – na medida que escapa da atribuição à razão – escapa do direito de punição. Para Foucault, este é o terreno em que a psiquiatria criminal poderá se constituir como tal.

matéria do dia 26, os demais casos são descritos, entretanto, o título *Doméstica assassina é condenada a mais de 30 anos* encobre os demais crimes e somente esta matéria jornalística apresenta a foto da condenada.

Em outras notícias contava-se que no inquérito Maria negou os crimes, mas entrou em contradições que reforçaram a sua acusação. O advogado de defesa limitou-se a tentar aliviar a pena, para tanto buscou caracterizar a ré como desequilibrada mental.³⁸⁸

O desequilíbrio mental relaciona-se com a ação por instinto. Para Foucault, o instinto será, é claro, o grande vetor do problema da anomalia, ou ainda, o operador pelo qual a monstruosidade criminal e a simples loucura patológica vão encontrar seu princípio de coordenação:

Não há doença intrínseca ao instinto, há antes uma espécie de desequilíbrio funcional do conjunto, uma espécie de dispositivo ruim das estruturas, que faz que o instinto, ou certo número de instintos, se ponha a funcionar ‘normalmente’ de acordo com seu regime próprio, mas ‘anormalmente’ no sentido de que esse regime próprio não é controlado por instâncias que deveriam precisamente assumi-los, situá-los e delimitar a sua ação.³⁸⁹

Para se demonstrar que Maria era alguém com necessidade de tratamento psiquiátrico, não se necessitava de um processo, mas sim de estigmas que a marcavam como a falta de remorso e arrependimento. Assim como Maria, construiu-se na imprensa o monstro masculino relacionado à qualificação de um crime. Neste mesmo jornal, outro crime considerado monstruoso, em Toledo, foi praticado em 1969. Na *Tribuna do Oeste*, o título da notícia é *Crime do Monstro de Novo Sarandi* e o homicídio foi contra uma mulher com quem o marido vivia há dez anos. Segundo o jornal, a companheira R., de vinte e quatro anos, era ex-bailarina de uma *casa de tolerância* em Marechal Cândido Rondon. O homicida asfixiou e enterrou a esposa no quintal da casa. Ela teria cavado sua própria sepultura. Depois usou disfarce e foi a São Paulo. No mês de outubro do mesmo ano da condenação de Maria, após doze anos, Lindolfo também foi a Júri e o Conselho de Sentença do mesmo município o absolveu por seis votos a um. Este episódio também foi considerado pela imprensa como um dos fatos de maior repercussão

³⁸⁸ *Tribuna do Oeste*. Edições de 19, 25 e 26 de setembro de 1981.

³⁸⁹ FOUCAULT, M. *Os Anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 381.

na história policial de Toledo.³⁹⁰ O processo foi considerado, de acordo com a notícia, com muitas falhas e contou com uma defesa muito competente de dois advogados de renome. Desta forma, a *monstra* Maria foi condenada há quase trinta anos e o *monstro* Lindolfo foi absolvido.

Pelo estudo destas notícias, percebe-se que estas mulheres, ao se tornarem noticiáveis na imprensa, são de alguma forma, punidas pelos seus atos e há uma generificação da violência. Assim, conforme Foucault, a punição relaciona-se a definição de traços de caráter³⁹¹ que estão presentes nas notícias.

5. Mulheres em conflitos com companheiros

Nas notícias, alguns casos apontam para uma maior gravidade de atos de mulheres considerados violentos e, por sua vez, geralmente mais condenáveis do que atos de homens. São casos em que elas causam lesões ou matam companheiros. Na notícia que segue, *Esposa revida ataque e surra marido*, revela-se que a mulher surrou um homem bêbado. No texto jornalístico, o conflito é narrado: “O marido ao chegar em casa tentou agredir a esposa com uma faca. D. revidou ao ataque e favorecida pelo mau estado em que se encontrava o marido, conseguiu vencê-lo em luta corporal.”³⁹² Segundo o jornal *Alento*, ela foi detida e posta à disposição da justiça para julgar a sua culpabilidade. O destaque desta notícia invoca que o poder disciplinar e controlador do homem foi revidado. Esse poder masculino pressupõe a legitimidade simbólica do não revide. Mas culturalmente a agressão física de uma mulher contra um homem ocorre apenas como uma reação e não tem legitimidade disciplinar. Neste sentido, as autoras que seguem observam:

É em relação aos filhos que a agressão física feminina articula-se como gesto e como ato disciplinar. A forma de legitimidade disciplinar da mulher em relação ao companheiro é a forma verbal, que se situa liminarmente, entre a “queixa” e o “ralhar” disciplinar

³⁹⁰ **Tribuna do Oeste**. Crime do monstro de Novo Sarandi. n. 30, 11 de maio de 1969, p. 1 e 8. Seguem outras edições: Decretada prisão preventiva do “monstro” estrangulador. n. 223, 12 de julho de 1980. p.11. Lindolfo vai a Júri 17 out, 1981, p. 14. Diante de um processo falho, Conselho de Sentença absolveu Lindolfo por 6x1. n. 274. 24 outubro de 1981, p. 12.

³⁹¹ FOUCAULT, M. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes. 2002, p. 71.

³⁹² **Alento**. Esposa revida ataque e surra marido. 05 a 11/09 de 1980, p. 1 e 12.

da função materna. Assim, quando se instaura a agressão física de mulheres contra seus companheiros, seus atos só ganham inteligibilidade cultural como “reação à violência masculina.”³⁹³

Em outro caso noticiado, o marido foi esfaqueado pela esposa. Ambos, conforme o relato do jornal *O Paraná*, estavam em processo de desquite e encontravam-se separados havia dois meses. O jornal relata o fato motivador do conflito:

J. encontrou a esposa em companhia de outro homem que é vizinho dele e lá foi reprimir e condená-la por tal atitude. Com a intervenção de J., M., sua esposa, investiu contra ele e durante a luta, percebeu que este encontrava-se armado com uma faca e acabou por tomá-la e com ela desferiu golpes sobre o seu marido, terminado por cortar a calça na altura do joelho.³⁹⁴

Após o fato apresentado acima, o antigo companheiro foi à delegacia denunciar e, segundo os policiais, o fato seria investigado. Neste outro exemplo impresso, a situação aparentemente estável do casamento abalou a comunidade de Toledo, pois a vida conjugal de nove anos findou em um homicídio. Segundo o *Jornal do Oeste*, a própria autora dos disparos de arma de fogo expôs os motivos de sua ação: “[...] há muito tempo a vinha espancando e prometeu mais uma vez dizendo como relatou N.: vou te quebra uns três fios de costela para você ter uma boa lembrança de mim.”³⁹⁵ No desenrolar do conflito, o marido tentou agarrá-la e, na fuga, a esposa tomou o revólver da capanga do marido e detonou por quatro vezes. Ela fugiu após o ato, apresentando-se posteriormente na delegacia para julgamento. O jornal termina a notícia com o fato de o casal possuir quatro filhos.

Em quase todas as notícias, nas quais mulheres protagonizam os conflitos, as causas são expostas como a violência contra as mulheres pelos companheiros bêbados. Em grande parte elas agiam para evitar uma nova violência. Em contrapartida, no fato que segue, não são reveladas as motivações para o ato e finaliza-se a notícia desta forma:

³⁹³ MACHADO, Lia Zanota ; MAGALHÃES, Maria T. B de. Violências Conjugais: os espelhos e as marcas. In: SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes (orgs.) **Violência, Gênero e Crime do Distrito Federal**. Brasília : UnB, 1999, p. 235-6.

³⁹⁴ *O Paraná*. Marido leva facada de esposa. n. 589, 5 de maio de 1978, p. 4.

³⁹⁵ *Jornal do Oeste*. Mulher matou o marido com quatro balaços. n. 435, 10 de fevereiro de 1987. p. 1.

“[...] não era a primeira vez que a dona O. N. tem atitudes psicopatas contra o seu marido [...]”³⁹⁶ Acredito que, ao não enunciar os sofrimentos e prováveis motivos para os atos de mulheres, produz-se em discurso dicotômico a mulher má e louca e tende-se a punir mais severamente crimes de mulheres do que de homens nos meios de comunicação.

Segundo Kun, as razões dos julgadores estão relacionadas ao fato de que muitas mulheres matam depois de brigas, quando os sujeitos vitimados não estão mais armados ou quando estão dormindo, de modo que as ações destas mulheres são vistas como planejadas a sangue frio, ao passo que os homens, em sua maioria, matam durante o conflito e, por conseguinte, alega-se a perda temporária dos sentidos destes sujeitos agressores.³⁹⁷ No Oeste do Paraná, a maioria das mulheres valia-se do estado de embriaguez do marido para agir contra eles durante as brigas. Percebe-se que, nos casos de violência doméstica, a ação de mulheres está relacionada a uma ampliação e a uma possível conclusão de um abuso físico e de violência simbólica contínua. Elas agridem e matam para fazer parar a loucura cotidiana de repetidas surras e outras agressões.

Os casos banalizados, debochados e valorizados nas páginas da imprensa trazem ações, em sua maioria, ousadas e menos comuns para as mulheres, mas que trilham pelos seus poderes múltiplos e nem sempre planejados e conscientes da possibilidade de transpor espaços. São ações motivadas por vontade de se livrarem de vidas tortuosas e sofríveis, cujos delitos foram cometidos em diferentes épocas e histórias variadas, inclusive da literatura.

Ainda me cabe a pergunta: quais conflitos e quais crimes são mais alardeados em notícias e o que as produziu como perigosas e monstras? A forma como cometeram o crime era determinante na caracterização destas mulheres como anormais e monstras. Destacam-se o infanticídio, aborto³⁹⁸ e situações de violência perpetrada por mulheres contra crianças como os atos mais condenados por se situarem nos limites da bestialidade. Desta forma, alguns atos isolados, mas constantes nas notícias, são postos em relevo, à procura de significações quando

³⁹⁶ **O Paraná.** Mulher agride o marido. N. 961, 1 de agosto de 1979, p. 7.

³⁹⁷ KUN, Cornelia. op cit, 233.

³⁹⁸ **Rondon Hoje.** A questão do Aborto. N. 138, 8/4 de 1980. p. 3. Estas práticas foram sistematicamente investigadas em várias fontes na obra de PEDRO, Joana M. (org.) **Práticas proibidas:** práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianópolis : Cidade Futura, 2003.

tramam desnaturalizar aquilo que se chama de natureza das mulheres e de seus crimes.

Nos estudos de Rosemary de Oliveira Almeida, observa-se a tensão entre a invisibilidade dos homicídios cometidos por mulheres devido à suposta incapacidade de ações violentas e a visibilidade que algumas homicidas alcançaram na imprensa pela forma como seus delitos aconteceram.³⁹⁹ Essa visibilidade desmonta em parte o homem como forte, viril e valente, mesmo que elas ajam conjuntamente com outros homens.

6. Mulheres mandantes e coautoria

Nas fontes pesquisadas, registraram-se casos de crimes cometidos e ou planejados por mulheres, muitas vezes com a participação de outros homens, como amantes, parentes e pessoas próximas, vizinhos e amigos. Quando a ação envolve mulheres de segmentos não populares, cabe a elas não a execução, às vezes o planejamento e, sobretudo, a indução ao crime. A menor participação destas mulheres como autoras criminais nas páginas policiais representaria uma suposta debilidade? Elas seriam frágeis para agir e deveriam ser protegidas pelos companheiros? Estariam elas, conforme questiona Gayol, menos inclinadas para o crime ou para alguns tipos de crimes? Seriam elas percebidas como criminosas ocasionais e como inofensivas para a ordem pública?⁴⁰⁰

Os crimes de mulheres de classe média e das elites locais aparecem como exceção e, normalmente, estão associados ao contrato de matadores de aluguel. Embora se observe que, nas páginas policiais, os segmentos populares eram os principais protagonistas, houve alguns casos de homens e mulheres das elites em ações de violência. Estes casos puderam ser publicizados devido, principalmente, às posições políticas diferentes assumidas pelos donos dos jornais e das pessoas envolvidas em conflitos, como no exemplo da *Revista Oeste*, na notícia *A golpes de martelo*, que tem por subtítulo: *Ex-candidato do PDT é*

³⁹⁹ ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Mulheres que Matam**: universo imaginário do crime feminino. Rio de Janeiro : Relume Dumará. 2001, p. 16.

⁴⁰⁰ GAYOL, Sandra. Sexo, violência y crimen em La ciudad moderna Buenos Aires em el recambio de siglo. In: PESAVENTO, S. J. (org.) **História Cultural: Experiências de Pesquisa**. Porto Alegre : UFRGS, 2003, p. 111.

*trucidado a mando da amásia.*⁴⁰¹ A revista inclinava-se para outra tendência partidária. Outro exemplo de coautoria, apresentado pela *Revista Oeste*, foi o Caso Beal, ocorrido na cidade de Cascavel. Segundo a descrição dos autos na revista, os matadores foram contratados por cinco milhões de cruzeiros para a realização do crime. Para a imprensa, a esposa tentou se livrar do marido devido à expansão de seus negócios. Sugere-se ainda na matéria que a mulher teria um amante:

O inquérito apurou que não eram boas as relações entre T. e A. Muito ciumento ele desconfiava que a mulher o traía e por isso costumava segui-la. T., por sua vez, distanciava-se cada vez mais do marido na escala social. O mercado imobiliário estava em ascensão e ela fazia excelentes negócios. Frequentava o circuito da alta classe média e aparentemente tinha uma opinião pouco lisonjeira a respeito de A., vendo nele um simplório que começara a vida como encanador.⁴⁰²

Nesta notícia, o foco da questão está centrado na impunidade dos matadores e da suposta mandante do crime. Os matadores, após julgamento e condenação, fugiram da cadeia. Segundo a revista, a mandante e seu advogado valeram-se de brechas jurídicas retardando o seu julgamento. A revista ressalta, no final da página, que a polícia encontrou um quilo e meio de cocaína na casa da mandante e, após prisão, a acusada foi liberada mediante pagamento de fiança.

O outro exemplo semelhante ocorreu no então distrito de Entre Rios do Oeste, em abril de 1969. Na edição do jornal da Rádio Difusora, consta que a esposa teria assassinado o marido com a colaboração de um empregado e que ambos tinham tentado envolver mais pessoas, especialmente parentes da assassina. Consta na matéria que, segundo a criminosa, “[...] teriam aconselhado a desfazer-se de qualquer forma do marido.”⁴⁰³ As explicações na imprensa geralmente são condicionantes, como o ciúme e a ganância da mulher, do amante e de parentes, o alcoolismo ou *mal de família*.

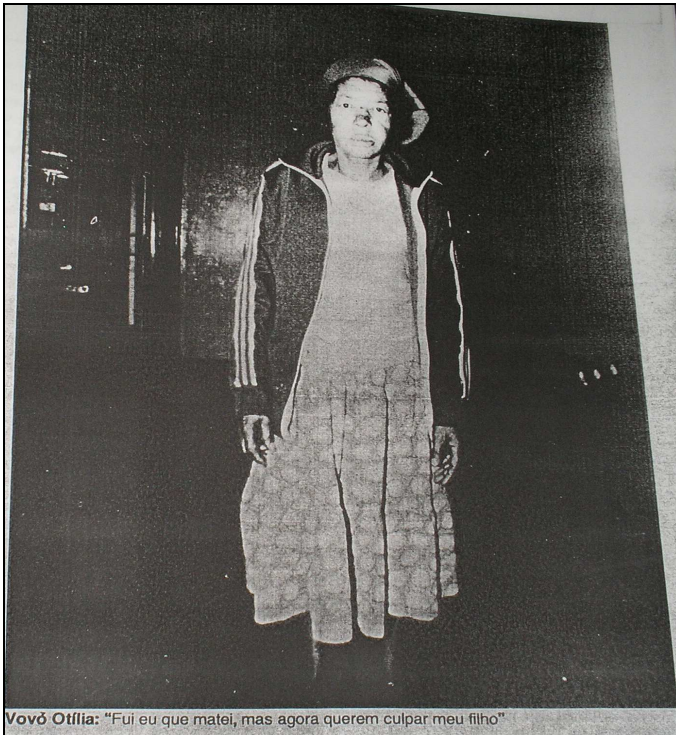
Na *Revista Oeste*, é dada atenção especial, em duas páginas, para um fato ocorrido na cidade de Medianeira. A matéria tem por título: *O*

⁴⁰¹ **Revista Oeste.** A golpes de martelo. n. 19, p. 32 e 33. A revista apresenta duas páginas inteiras sobre o caso.

⁴⁰² **Revista Oeste.** Caso Beal. n. 43, novembro de 1989, p. 37.

⁴⁰³ **Rádio Difusora do Paraná.** Edição n. 682, 19 de abril de 1969.

Crime da Vovó Otília. Como subtítulo tem o resumo do crime: “Sexagenária confessa que matou a neta a golpes de machado e depois jogou o corpo na fossa. Mas, a polícia encara esta versão com reservas.” Neste caso, relatam-se os constantes desentendimentos entre a neta de 21 anos e a avó de 63 anos. O texto é ilustrado com uma foto da avó de 11,5 por 15 centímetros e com a exposição de todo o corpo.



Vovó Otília: “Fui eu que matei, mas agora querem culpar meu filho”

Ilustração 13: O Crime da Vovó Otília.

Revista Oeste.. n. 40, agosto, 1989, p. 35. (Acervo da Biblioteca Pública de Cascavel)

No texto da notícia acrescenta-se que a avó foi favelada, boia-fria, empregada doméstica, vivia num rancho e que entre os pobres há relacionamento tumultuado devido a miséria, ignorância e alcoolismo:

É obvio que esse relacionamento tumultuado não poderia ter um final feliz, ainda mais num ambiente marcado pela miséria, pela ignorância e pelo alcoolismo. Mas ninguém poderia supor que

tivesse um desfecho tão macabro: na noite de 26 para 27 de julho T. foi morta a golpes de machado e jogada numa fossa que só seria localizada pela polícia dez dias depois.⁴⁰⁴

Porém ressalta-se na revista que a polícia acreditava que Otilia encobria um filho criminoso. A avó é frequentemente nominada de velha e vovó, por meio do emprego destes vocábulos, a linguagem da revista referencia o modelo idealizado para avós como sendo de bondade e paciência com os netos. No seu depoimento, a acusada expôs as qualificações positivas para muitos dos que fizeram parte de seu universo de criação, entre eles oito filhos e treze netos. Entretanto, o comportamento da neta vitimada não recebe elogios. A neta, na revista, é descrita por vizinhos como retardada mental, epilética e de comportamentos sexuais socialmente pouco aceitos, os quais justificam a morte da mesma. Segue na notícia o depoimento da avó sobre a perda da virgindade da neta relacionada à falta de sossego e às constantes agressões da vítima para com a avó e um neto de sete anos.

Nos seus depoimentos, a avó afirmava que há poucos meses não ingeria aguardente. Considerando que os gostos *viris* pela bebida alcoólica e pelo fumo também indiciavam as mulheres ao crime⁴⁰⁵, a avó, em suas estratégias discursivas, tenta desfazer este estigma. Para ela, o seu ato impedia a continuidade de novas agressões e sofrimentos. Mas as suspeitas da polícia também recaíam sobre o seu filho, o qual tinha passagens policiais, *passado negro* (roubos e assassinato) e prometera matar a sobrinha. Na produção de suspeitos, ambos foram presos e Otilia continuava afirmando: “Fui eu que matei a minha neta. Agora querem que eu condene meu filho, mas dois crimes ao mesmo tempo eu não posso fazer.”⁴⁰⁶

A matéria tem início com a acusação de Otilia, mas durante investigações, o perigoso passa a ser o tio da vítima. A suspeita recaiu sobre o tio devido ao tipo do crime e arma. Segundo o jornal, a avó não teria força física para arrastar o corpo da neta até uma fossa. Os crimes cometidos pelo tio, no seu *passado negro*, pretendiam construir um ser perigoso a ser afastado da sociedade através da prisão. Na prisão, a avó tornou-se a cozinheira, preparando refeições para os demais presos. Na última página da matéria, o filho está em foto frontal atrás de grades da

⁴⁰⁴ **Revista Oeste.** O Crime da Vovó Otilia. n. 40, agosto de 1989, p. 35.

⁴⁰⁵ LOMBROSO, C.; FERRERO, G. **Criminal Woman, the Prostitute and the Normal Woman.** Durham and London: Duke University Press. 2004, p. 214.

⁴⁰⁶ **Revista Oeste.** O Crime da Vovó Otilia. n. 40, Agosto, 1989, p. 36.

prisão. Ao lado foi colocado um machado, usado no crime, e abaixo está exposta a imagem da moradia da avó, denominada de rancho.



O rancho da família Fernandes, na periferia de Medianeira

Ilustração 14: O Crime da Vovó Otília.

Fonte: Revista Oeste. n. 40, agosto, 1989, p. 36. (Acervo da Biblioteca Pública de Cascavel)

Nesta matéria a linguagem merece destaque devido ao excesso de repetições de palavras como *velha*, *anciã* e do uso de outras como *favelada*, *barraco*, *periferia*, *miséria*, *ignorância*, *alcoolismo* e *rancho*. Também advérbios repetem-se, como *já* e *mais uma vez*, estes empregos linguísticos acentuam as suspeitas sobre Otília e o filho. Conforme observa em outro contexto Foucault, mas também pertinentes no caso da avó Otília, o que se tenta reconstituir são as faltas sem infração ou também os defeitos sem ilegalidade:

Em outras palavras, mostrar como o indivíduo já se parecia com seu crime antes de o ter cometido. O simples uso repetitivo, ao longo de todas essas análises, do advérbio “já” é, em si, uma maneira de ressaltar assim, de uma maneira simplesmente analógica, toda essa série de ilegalidades infraliminares, de incorreções

não ilegais, de cumulá-las para fazer que se pareçam com o próprio crime.⁴⁰⁷

Foucault analisa como os indivíduos se assemelhavam ao seu crime e de uma doença que não era doença, e sim um defeito moral.⁴⁰⁸ Na imprensa, perpassam-se comportamentos e atitudes que considerados defeitos, sem serem doenças ou infrações como, por exemplo, a perda da virgindade da neta e seu posterior comportamento sexual, assim como a bebida alcoólica ingerida pela avó. O desejo do crime pela avó Otília é indicativo de uma falha, fraqueza e de uma incapacidade da avó em criar a sua neta nos padrões morais aceitos pela sociedade. Diante disso, surgem regularmente na mídia noções de inferioridade, imaturidade, feiúra, pobreza e insucesso. A linguagem usada nas notícias, como indica Foucault, estabelece o ponto de origem do crime, seu lugar de formação, nos defeitos morais e nas condutas irregulares como se a partir delas já se pudesse prever o crime. Ou seja, como se o hábito de ingerir bebidas alcoólicas por Otília pudesse indicar que ela assassinaria a neta.

Como mandantes, elas também foram autoras das ações violentas, às vezes, defendendo interesses, auto-afirmação e espaços de atuação social.

* * *

Os crimes perpetrados pelas mulheres, sobretudo pobres, eram os que mais se tornaram noticiáveis e deveriam ser punidos exemplarmente. As páginas policiais alertavam para isso e, conforme os estudos de Foucault percebe-se na imprensa que:

[...] a vida de todos os dias só pode ter acesso ao discurso quando atravessada e transfigurada pelo fabuloso; [...] era preciso que ela fosse marcada por um toque de impossível. Só então se tornava dizível. Aquilo que a punha fora de alcance permiti-lhe funcionar como lição e exemplo.⁴⁰⁹

A vida obscura dessas mulheres, por conseguinte, infames ganhou evidência. O improvável é evidenciado mesmo que não devesse e

⁴⁰⁷ FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 24.

⁴⁰⁸ Idem, p. 22.

⁴⁰⁹ FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Vega, 1992, p. 124.

pudesse. Pela notícia se diz aquilo que não se diz, que não merece glória e possa caracterizar-se como constrangimento. A coação e o perigo obrigam o cotidiano a se pôr em discurso. Para Foucault, é na literatura que o discurso da infâmia continua: “[...] cabe-lhe dizer o mais indizível - o pior, o mais secreto, o mais intolerável, o vergonhoso.”⁴¹⁰ Nesta pesquisa, o discurso da infâmia colocou-se no cotidiano através das ondas do rádio e das páginas dos jornais e das revistas.

As mulheres envolvidas em situação de violência e como personagens ativas nos textos midiáticos, sejam dos jornais, das revistas e de uma emissora de rádio, são apresentadas, em sua maioria, como infames e como portadoras de algum distúrbio ou anomalia em relação ao instinto maternal. Além dos textos, em grande parte articulados com linguagem de deboche e iniciados com títulos bombásticos, há também as fotos como elementos corroborantes na denúncia do infame, visto que as fotografias jornalísticas são tidas com expressão do real e assim fortificam a caracterização de muitas mulheres como anormais e monstras. Conforme Susan Sontag “[...] as fotos modificam e ampliam nossas idéias sobre o que vale a pena olhar e sobre o que temos direito de observar.”⁴¹¹

As qualificações, dadas na mídia a estas mulheres, são qualificações morais, ou seja, a fidelidade, a honestidade, a modéstia e o sentimento de maternidade como natural. São essas qualificações que representam parte do modelo de civilização presente nas notícias do Oeste paranaense.

Nesta região, esse modelo de civilidade que vem a tona é, em parte, construído quando as mulheres e homens infames povoam algumas páginas dos jornais e revistas, assim como algumas manifestações da emissora de rádio com suas condutas. Mas as condutas que as mulheres infringem não são apenas as leis jurídicas. Aliás, para Foucault na obra *Os Anormais*, nenhuma lei impede ninguém de ser desequilibrado afetivamente, nenhuma lei impede ninguém de ter distúrbios emocionais e ter um orgulho pervertido.⁴¹² A situação de violência perpetrada por algumas mulheres poderia ser uma das únicas possibilidades de reparar uma injustiça por abandono, gravidez ou por contínuas agressões, violência e outros sofrimentos. Despidas de um sentimento naturalizado, elas serão produzidas pelas notícias como um contra-exemplo de conduta social para mulheres. Mulheres dotadas de erotismo intenso e

⁴¹⁰ Idem, p. 127.

⁴¹¹ SONTAG, Susan. **Sobre Fotografia**. São Paulo : Companhia das Letras, 2004. p. 13.

⁴¹² FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. São Paulo : Martins Fontes, 2002, p. 20.

inteligência não possuíam as características inatas de toda a mulher normal, ou seja, o instinto de maternidade. Mas muitas mulheres das notícias não adentravam as características propostas por Lombroso para as criminosas. Na maioria das notícias não foram prostitutas nem intelectualizadas que experimentaram, em alguns instantes de suas vidas, o recurso a violações de outros corpos. Assim, as notícias produziam as perigosas relacionadas àquelas que mais “corrompiam” a sua natureza maternal. Estas sim se constituíam em criminosas que deveriam ser afastadas do convívio social segundo as notícias nas quais elas apareciam.

Entretanto, havia as mulheres infames que não representaram perigo nenhum e, mesmo assim, tornaram-se visíveis, porque podiam fazer parte de histórias anedóticas. Estas, em sua aparição, estiveram relacionadas ao riso que desqualifica as pessoas e hierarquiza as relações sociais e de gênero.

Pelas notícias pesquisadas, percebe-se que os modelos de comportamentos entre mulheres, homens são dinâmicos e para tanto a história de pequenas experiências e sua aparição na imprensa revelam muitas vezes sinais ambíguos e contraditórios. Estes sinais chegam até nós através do esforço de jornais e jornalistas em enquadrá-las e, por vezes, silenciá-las. Mas perscrutando pelas linhas dos impressos o que está nelas está no mundo e estes não conseguiram silenciar os atos destas mulheres infames.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que deu origem a esta tese teve como fios condutores as representações sobre relações de gênero e violência na imprensa escrita e falada do Oeste do Paraná, especialmente as situações de violência que envolveram mulheres em suas tramas abrindo algumas trilhas nas quais se entrecruzam jogos de poder, violência e resistências de gênero. Dadas algumas trajetórias do processo de construção de distinções sociais, da formação e consolidação dos meios de comunicação, das elites e de instituições como a polícia, práticas discursivas construíram os elos nos quais se justificavam as desigualdades de toda ordem. A maneira como as mulheres protagonistas de situações de violência eram representadas nas notícias apontava para um processo civilizador, que se constituía no interior das relações de gênero como desigual. Mas, esse processo encontrou cotidianamente oposições e esteve o tempo todo sendo questionado pelas idéias veiculadas pelos movimentos feministas.

Ao abrigar alguns discursos e representações nas notícias sobre família, feminismo, movimento de mulheres, divórcio e maternidade mais se abria o leque sobre o que constituiu ao longo dos anos a generificação da violência nos meios de comunicação do Oeste do Paraná. Os discursos eram generificados, porque não se admitiam outras expectativas sociais do que aquelas edificadas na longa duração para as mulheres e para os homens. As representações sobre o “amor materno” tiveram um papel muito relevante na construção desse processo. Ao não se admitir que determinadas práticas fossem perpetradas por mulheres embora se admitisse que pudessem ser perpetradas por homens em algumas circunstâncias, como é o caso de assassinatos e espancamentos, a exposição pública dos corpos e dos crimes constituía já uma forma de punição para essas mulheres que ousavam sair dos papéis a elas pré-determinados.

Alguns discursos formavam uma rede difícil de desembaraçar, mas que estavam nas notícias porque abalavam o que era estável nas configurações de gênero. Esses abalos faziam parte de um conjunto de coisas que constituíam a trama da vida cotidiana de mulheres e homens e esse cotidiano da morte, da vida, da lei, da violência, do crime parecia importante para as elites e autoridades constituídas porque

crescentemente aumentava nas notícias em relação à quantidade de páginas e imagens.

Das camadas populares, a aparição de pessoas nas notícias relacionava-se à infração das regras instituídas, especialmente quando se confrontaram com o poder. Mas não se tratava apenas de confronto no interior dos jogos de poder entre as pessoas comuns, agentes policiais, jornalistas e de outras pessoas de fala autorizada, mas num sentido de resistência do jogo e de recusa do próprio jogo, sobretudo por algumas mulheres. Convém ainda observar que a maioria dos jornais e das revistas, exceto a rádio, eram quase que restritos à classe média e às elites da região e, portanto, não abarcavam a vida da sociedade como um todo. Outras pessoas desempenhavam papéis e reproduziam imagens não esperadas pelos leitores e produtores de notícias. Algumas destas ações, principalmente de mulheres, eram noticiáveis porque exemplares no sentido da necessidade de punição. Foi no encontro com o poder que modos de vida de mulheres e homens foram indiciados porque desafiaram o modelo de civilidade válido para sociedades do Oeste paranaense.

Nesse encontro de poder produzia-se em notícias o perigo quando relacionado a pessoas obscuras e condenadas. Do anonimato homens e mulheres saem para o espetáculo pela situação de violência dos seus atos em pequenas notas ou páginas inteiras de notícias. Para aumentar a venda de exemplares dos jornais e revistas, geralmente títulos bombásticos e imagens de pessoas perigosas faziam parte das capas. Estas notícias ao exteriorizar medos, anseios e temores dispersos, também tentavam influenciar o comportamento de seus leitores.

Assim, as mulheres pela natureza frágil e meiga não deveriam ser protagonistas de violência, diferente dos homens envolvidos nas competições de guerras, conflitos por terras e na defesa da honra ainda tão presentes no cotidiano dessa região. A frequência como elas aparecem deveria amedrontar a todas para reforçar a imagem de indefesas, da necessidade de proteção em um lar e de um homem protetor. A possibilidade de proteção para mulheres permaneceu, mas as situações de violência contra e das mulheres não impediu a circulação em notícias sobre as pretensões de autonomia para mulheres de todas as classes sociais, inclusive pelo fim da violência.

Estas pretensões de autonomia fizeram-se visíveis com movimento de mulheres cujo tema aglutinador no Brasil dos anos de 1970 e no Oeste do Paraná na década de 1980 foi a violência contra as mulheres, ou seja, o direito a uma vida digna, a possibilidade de denunciar as situações de violência e da criação de leis e de instituições públicas

capazes de atendê-las. O movimento histórico engendrado por mulheres na região e a atuação de Moema Viezzer abriu possibilidade do não conformismo e de enfrentamento contra as situações de violência e violações de direitos frente às insurgências de feministas no Brasil geradas a partir do caso Doca Street e Ângela Diniz. Os crimes passionais, a violência sexual assim como outras violações nos revelavam que nenhuma forma de sofrimento e violência poderia ser justificado por situações étnicas, econômicas e, sobretudo de gênero.

Em relação às situações de violência perpetrada por mulheres em âmbito internacional, especialmente em países europeus e nos Estados Unidos da década de 1970, o movimento feminista levava o peso das críticas sobre o aumento da criminalidade feminina. Esse aumento para Adler devia-se às maiores possibilidades das mulheres adentrarem ao mundo antes exclusivo dos homens, ou seja, nos furtos, assaltos e homicídios. Mesmo com as críticas, movimentos como o feminismo neste período não tinham como demanda estas situações de violências, uma vez que se levava em conta a mulher como vítima pelas proporções e invisibilidade em que eram violados os direitos das mulheres. Estas lutas feministas em processo contínuo abririam posteriormente discussões para toda e qualquer forma de violência bem como a expansão da idéia de crime.

As notícias no Oeste do Paraná sobre a campanha feminista são ambíguas. Algumas colunas, artigos e entrevistas sobre o movimento de mulheres e o feminismo enaltecem direitos e conquistas, mas em outras páginas mostram que mulheres emancipadas são infelizes e culpadas pelo divórcio, pela campanha para a aprovação do aborto e pelo aumento da criminalidade da população juvenil e feminina. Assim tenta-se nas notícias, artigos e entrevistas, equilibrar a necessidade e possibilidade de participação das mulheres no mercado de trabalho, mas elas não deviam esquecer a maternidade, a meiguice, a passividade, afazeres domésticos e sua supervisão das empregadas, sedução e educação de uma boa geração. Para municípios pequenos do interior, as mudanças anunciadas e vividas lentamente moviam-se para novos rumos.

Para mulheres consideradas más havia uma implicância social enorme, uma vez que cabia a todas elas a responsabilidade pela quantidade e qualidade das pessoas que constituíam as cidades e o mundo rural. Para ser uma cidade progressista, desigualdades por dentro das relações de gênero eram edificadas. O corpo biológico envolvia o estabelecimento de fronteiras, mas era pela cultura que se definia as identificações para as mulheres como a exclusividade da maternidade e

comportamentos como a contenção, discrição, doçura, passividade, submissão, pudor e silêncio. Assim, o destino delas era culturalmente fundamentado e isso justificava que os meios de comunicação cobrassem medidas repressivas e punitivas da polícia e judiciário sobre as mulheres que não desempenham suas funções conforme o modelo proposto de civilidade. É pela ótica do progresso e da civilização que então poderia se punir mais as mulheres do que os homens protagonistas da violência nas notícias, afinal elas eram responsabilizadas pela paz social.

Nestas mulheres protagonistas de violência estavam os paradoxos do progresso. Mulheres que não se enquadravam no modelo idealizado de família de alguma forma resistiram não só na defesa de si e de familiares com violência, mas matavam quando não dispunham de outras possibilidades. Quem sabe não estiveram elas nos mostrando que não bastam imperativos como a família, o amor, o casamento e a maternidade, mas era preciso criar condições para a dignidade humana e felicidade de homens e mulheres. Culpar as mulheres pelo ócio, vício e miséria de si e especialmente de pessoas da família era um fardo pesado de mais para carregarem sozinhas e muitas delas se revoltaram. Elas são as mulheres infames.

Porque então as mulheres infames ganhavam tanto destaque em notícias? O espaço destinado a estas notícias, o local da publicação no jornal e os aspectos da linguagem possuem relação com o gênero e muitas vezes com a classe social das pessoas envolvidas. Assim por exemplo uma mulher que sem razão perpetrava uma ação de violência considerava-se pelas notícias como uma aberração da natureza, uma monstruosidade ou uma loucura. O destaque dado às mulheres protagonistas de situações de violência parecia por vezes justificar ou amenizar a violência por elas sofridas uma vez que o monopólio da violência física e simbólica era masculina. Outras vezes, mulheres ao mirarem-se nos exemplos das infames pareciam ser encorajadas pela imprensa a temer os homens para delimitar seus comportamentos. A associação comum entre o uso da força e poder aos homens não se limitava as questões penais. As mulheres deviam reforçar os sentidos do poder masculino ao considerar a sua utilização, ou seja, para a sua proteção.

As notícias que envolveram mulheres em situação de violência construíam imagens diversas, ora como vítimas indefesas de seus algozes e por vezes vítimas culpadas pela situação de violência ora como frias e calculistas homicidas. A vítima é caracterizada por oposição ao agressor e tende a esconder o cotidiano da violência contra

as mulheres. Um homem como vítima de agressão feminina pouco era tolerado e então os textos usavam uma linguagem de deboche. Essas diferenças criadas pelos meios de comunicação, para mulheres e homens que tiveram algum relacionamento afetivo ou não em situações de violência, se convertem em desigualdades de gênero não importando o grupo socioeconômico a qual pertencem.

A maioria das situações de violência protagonizadas por mulheres teve como cenário o espaço doméstico. São situações de violência na casa, na família ou na redondeza. Mães que matam seus filhos, brigas de vizinhas, mulheres grávidas espancadas, mulheres que espancam os companheiros, empregadas que matam filhos do patrão, avó que mata a sua neta. Muitas destas situações colocavam frente a frente parceiros de diferentes gerações. O par formado por uma criança e por uma mãe quase sempre esteve presente nas notícias cotidianas. A mãe por “natureza” é boa como, por exemplo, nas histórias infantis onde as madrastas é que são malvadas. O instinto maternal era considerado essencialmente bom. Então, as relações que envolvem idade e parentesco valem como as relações mais sagradas e mais naturais e também como as mais inocentes. São crimes mais contra a natureza do que contra a sociedade porque ligavam famílias e gerações e para tanto o destaque nas notícias assume a idéia de uma tragédia.

Nesta pesquisa percebe-se que não havia dificuldades em demonstrar e descrever imagens de mulheres assumindo estratégias diferentes das normatizações (apaixonada, frágil, do lar, mãe). Em sua maioria mulheres em situação de violência são fotografadas de forma a denotar a idéia de perda da feminilidade, muitas delas associadas à loucura e em linguagem de deboche e são mulheres pobres que buscavam pela sobrevivência de si e muitas vezes de seus familiares. Percebe-se que grande parte das mulheres infames são empurradas para a violência devido desconhecimento de outras possibilidades e das leis. Outras conheciam as falhas da lei e das autoridades em não punir ou com punições brandas por serem mulheres e algumas o faziam por que assim o desejavam, mas sem um motivo nas notícias. A prática de violência sem um motivo claro somado a falta de arrependimento para os produtores de notícias caracterizava uma mulher como “monstra”.

Muitas das pessoas que sofreram a violência protagonizada por mulheres foram homens, geralmente companheiros. Mas homens não são considerados socialmente aptos como vítimas devido à expectativa social e individual da masculinidade, fortemente marcado pelo *vis*, ou seja, pelo sentido afirmativo da força sexual de um homem e a força exercida contra alguém. E mulheres como ativas em situação de

violência não correspondem ao ideal de feminilidade produzindo o mito da mulher apaziguadora e esperançosa.

A apropriação pelo jornal e jornalista da vida das mulheres em situação de violência esvaziou o conhecimento das singularidades. As dimensões essenciais da existência como a dor da violência simbólica e física, a solidão, o silêncio, sentimentos como o ciúme e a raiva destas mulheres possuem pouca relevância na narração das situações de violência. Somente os homens por raiva e ciúmes podem matar e fazer sofrer por perda temporária dos sentidos. Pela suposta natureza passiva das mulheres não se admitia a instabilidade de suas emoções. Ao construir distinções corporais entre mulheres e homens nas situações de violência mantinham-se generalizações equivocadas como “[...] as mulheres são cuidadosas em suas relações, capazes de alimentar, proteger e cuidar, enquanto os homens são agressivos e combativos [...]”.⁴¹³ Mas elas não se entregaram passivamente ao destino proposto de civilidade no Oeste do Paraná. Nas notícias sobre as mulheres infames percebia-se que elas não estavam agindo, nem pensando como juízes, jornalistas e parte da elite. Isto também contraria a idéia da passividade feminina.

Muitas mulheres em situação de violência não se intimidaram frente às ameaças de autoridades constituídas pelas fardas e jalecos brancos e foram a imprensa denunciar abusos contra as suas vidas e seus modos de sobrevivência. Em confronto com o poder elas não deveriam denunciar o que não era denunciável porque sofrer alguma forma de violência pelo imperativo da culpa (apanhou do marido e sabia porque) era “natural”. Aí se produziu uma distância entre os gêneros frente às ameaças das autoridades que não permitiram questionar o abuso do poder masculino.

Embora a imprensa em suas notícias acusasse a violência perpetrada pela elite e de autoridades policiais contra as mulheres, socialmente em nome do progresso e da civilização induzia-se a determinada visibilidade destas situações de violência na região Oeste do Paraná. Os recursos dos meios de comunicação estavam mais disponíveis para as falas autorizadas e estas também são generificadas, ou seja, há dois pesos e duas medidas para um homem e uma mulher como protagonista de violência em relação à punição. Estas desigualdades revelam que por dentro do gênero e das situações de violência os estigmas ganham força produzindo possibilidades da continuidade da violência quer seja entre

⁴¹³ NICHOLSON, Linda. Interpretando o Gênero. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis : Ed. da UFSC, ano 8, n. 2, 2000, p. 29.

homens, entre homens e mulheres e contra mulheres. Com estas desigualdades poucas possibilidades estarão disponíveis para que mulheres e homens conheçam outras formas de invenção de liberdade e felicidade.

Por fim, ao tentar escamotear os problemas enfrentados por mulheres na região, as notícias apresentavam-se como um empecilho para inspirar uma pesquisa sobre as situações de violência. Mas a simpatia pelas mulheres infames correspondeu ao entendimento de que as aflições exigem um lugar em que possam ser reconhecidas e ser visíveis. A condição social construída para as mulheres e, por vezes, o sofrimento de toda ordem destas mulheres teve uma trajetória na experiência humana. Dividir, classificar, restringir espaços e comportamentos e opor seres humanos pela invenção do sexo data de vários séculos. Para estas mulheres infames, as angústias e todas as formas de sofrimento desorientam, derrotam desejos e as tornam infelizes. Ao aceitar angústias, raivas e sofrimentos talvez estejamos próximos a assumir às dores alheias presentes no cotidiano. Mas como enveredar por esse caminho? Talvez se conseguir admitir que a sociedade não se importa com certo tipo de sofrimento, que a infelicidade das mulheres veio de algum outro lugar e de que a dor deriva do mandamento divino que nos obriga a ignorar estas situações. Ser respeitoso quando mulheres e homens se insurgem talvez espreite por baixo das portas da história o que a rompe e a agita.

FONTES

1. ACERVOS CONSULTADOS

Biblioteca Pública de Cascavel
Museu Histórico de Cascavel
Museu e Arquivo Histórico de Toledo
Arquivos da Rádio Difusora do Paraná
Arquivos da Prefeitura de Marechal Cândido Rondon
Centro de Pesquisas da América Latina – Cepedal da Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Biblioteca da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
Biblioteca da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - UEMS
Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

2. JORNAIS

O Alento 1979- 1982
A Semana 1982- 1985
A Tribuna 1986 -1987
Rondon Comunicação 1974-1977
Semanário do Oeste 1970
Diário D' Oeste 1962-1969
O Paraná 1976-1990
Foz do Iguaçu 1976
Fronteira do Iguaçu 1971-1989
Hoje 1977-1990
Hoje Foz do Iguaçu, Hoje Rondon e Hoje Palotina 1977-1990
Voz do Oeste 1955-1977
Nova Geração 1973-1978
Tribuna do Oeste 1979-1983
Correio do Oeste 1983-1990

3. RÁDIO

Arquivos da Rádio Difusora do Paraná 1966-1990

4. REVISTAS

Oeste 1985-1990

Nova Fase 1984- 1989

Paraná em Páginas 1967- 1989

Recado 1975

Imagem 1977-1979

Comunidade no Poder 1973

Geração em Revista 1973-1978

Pesquisa 1987

REFERÊNCIAS

- AGUADO, Ana. Violência de Gênero. In: CASTILLO-MARTIN, M.; OLIVEIRA, S. **Marcadas a Ferro**. Brasília : Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005, p. 23-34.
- ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Mulheres que matam**: Universo Imaginário do Crime Feminino. Rio de Janeiro : Relume Dumará, 2001.
- ALVES, Branca M.; PITANGUY, J. **O que é Feminismo**. São Paulo : Brasiliense, 1985.
- ARENDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Tradução de André Duarte, Rio de Janeiro : Relume Dumará, 1994.
- ARIËS, P. **História Social da Criança e da Família**. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro : Zahar, 1981.
- AZEVEDO, M. A. **Mulheres Espancadas**: a violência denunciada. São Paulo: Cortez, 1985.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado**. O mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1985.
- BAKHTIN, M. A. **Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François de Rabelais. Tradução de Yara F. Vieira. São Paulo : Hucitec, 1987, p. 57-58.
- . **Estética da Criação Verbal**. Tradução de Paulo Bezerra, São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) **História das Mulheres no Brasil**. 3.ed. São Paulo : Contexto, 2000, p. 607- 639.
- BHABHA, Homi. K. **O local da Cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Belo Horizonte : Editora da UFMG, 2005.
- BLAY, Eva A. **Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos**. São Paulo : Editora 34, 2008.
- . Violência Contra a Mulher e Políticas Públicas. In: **Estudos Avançados**. n. 17 (49), 2003, p. 87- 98.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, N. , PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 12 ed. Brasília: UnB, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução de Maria H. Khuner. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1999.
- . **A economia das trocas linguísticas**. O que falar quer dizer. Trad. Sérgio Miceli. São Paulo : Edusp, 1996.

- . **Contrafogos**. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1988.
- . **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- . **Sobre a Televisão**. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- . Über die Vorherrschschaft des Mannes: ein Musterbeispiel für symbolische Gewalt. In: **Le Monde Diplomatique**. August, 1998.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma História Social da Mídia**: de Gutenberg à Internet. Tradução de Maria C. P. Dias. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2004.
- BURGIÈRE, André. **Dicionário das Ciências Históricas**. Rio de Janeiro : Imago, 1993.
- BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. Tradução de Klauss B. Gerhardt e Roneide V. Majer. São Paulo : Unesp, 2002.
- . **O que é História Cultural**. Tradução de Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CALDAS-COULTHARD, C. Linguagem e estudos de gênero In: FORTKAMP, M.B. M. et all. **Aspectos da Lingüística Aplicada**. Florianópolis Insular, 2000, p. 273-287.
- CAPELATO, Maria H. Rolim. O Controle da Opinião e os Limites da Liberdade: Imprensa Paulista (1920-1945). **Revista Brasileira de História**. V. 12, n. 23/24, set. 91/ago.92, p. 55-75.
- CAULFIELD, Sueann. **Em Defesa da Honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Tradução de Avelar S. Martins. São Paulo : Unicamp, 2000.
- CECCHETTO, Fátima Regina. **Violência e Estilos de Masculinidade**. Rio de Janeiro : FGV, 2004.
- CHALOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**. São Paulo : Brasiliense, 1986.
- CHAPARRO, Manuel C. **Linguagem dos Conflitos**. Coimbra : Edições Minerva, 2001.
- CHARTIER, Roger. Diferenças entre os Sexos e Dominação Simbólica. In: **Cadernos Pagu**. n. 4, 1995, p. 37-47.
- . **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria M. Galhardo. Rio de Janeiro : Bertrand do Brasil, 1990.
- . A História hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 7, n° 13, 1994, p. 97-113.

- CHAUI, Marilena. **Simulacro e Poder**: uma análise da mídia. São Paulo : Perseu Abramo, 2006.
- CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da Violência**. São Paulo : Cosac & Naify, 2003. CLAYTON, Susan. O Hábito faz o marido? In: SCHPUN, Mônica R.(org.) **Masculinidades**. São Paulo : Boitempo, 2004, p. 151-174.
- CORBIN, A. O Segredo do Indivíduo. In: PERROT, Michelle. **História da Vida Privada**. Vol. 4. São Paulo : Companhia das Letras, 1997, p. 419-501.
- . **Saberes e Odores**. Tradução de Ligia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CORREA, M. **Morte em Família**. Rio de Janeiro : Graal, 1983.
- . **Crimes da Paixão**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- . Uma pequena voz pessoal. In: **Cadernos Pagu**, n. 11, 1998, p. 47-54.
- DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo : Companhia das Letras, 1990.
- DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo**. Sociedade e cultura no início da França Moderna. Tradução de Mariza Corrêa. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1990.
- DEBERT, Guita G., GREGORI, Maria F. As Delegacias Especiais de Polícia e o Projeto Gênero e Cidadania. In: **PAGU**. Campinas: Unicamp, 2002. p. 9-19.
- DELEUZE, G. ; GUATTARI, F. **Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia**. Vol 1 e 2. São Paulo : Ed. 34, 1995.
- . **Lógica do Sentido**. Tradução de Luiz R. S. Fortes. São Paulo : Perspectiva, 2003.
- . **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo : Editora 34, 1998.
- DIAS, Ângela Maria; GLENADEL, Paula (org.) **Estéticas da Crueldade**. Rio de Janeiro : Atlântica, 2004.
- DIAS, Maria Odila Silva. Hermenêutica do Quotidiano na historiografia contemporânea. In: **Revista Projeto História**. São Paulo, Educ, n. 17, nov. 1998, p. 223-258.
- DHOQUOIS, Régine. O Direito do Trabalho e o Corpo da Mulher (França : séculos XIX e XX). In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel. **O Corpo Feminino em Debate**. São Paulo : UNESP, 2003.
- DIEHL, Astor A. **Teorias da História**. Passo Fundo : Editora da UPF, 2004.

- ELIAS, Norbert. **A Busca da Excitação**. Tradução de Maria M. Almeida e Silva. Lisboa: Difusão Editorial, 1992.
- . **Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX.** Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1997.
- . SCOTSON, John. **Etablierte und Aussenseiter**. Frankfurt am Main : Suhrkamp Verlag, 2002.
- . **Soziogenetische und psychogenetische Untersuchungen**. Bd. 1: Wandlungen des Verhaltens in den weltlichen Oberschichten des Abendlandes. 20 Aufl. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997.
- FAIRCLOUGH, Norman. Discurso, mudança e hegemonia. In: PEDRO, E. M. (org.) **Análise Crítica de Discurso**. Lisboa : Caminho, 1997, p. 77-103.
- FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo : Brasiliense, 1984.
- FAVERI, Marlene de. **Desquite e Divórcio: a polêmica e as repercussões na imprensa**. Disponível em: <www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/viewFile/445/414>. Captado em 10 de agosto de 2009.
- FERREIRA, A. Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1988.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. 7. Ed. Tradução de Luiz F. B. Neves. Rio de Janeiro : Forense Universitária. 2007.
- . **Os anormais**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo : Martins Fontes, 2002.
- . **Vigiar e Punir**. Tradução de Raquel Ramallete. 34.ed. Rio de Janeiro : Vozes, 2007.
- . **A Ordem do Discurso**. Tradução de Laura F. de Almeida Sampaio. São Paulo : Loyola, 1996.
- . **A verdade e as formas jurídicas**. Trad. Roberto C. de Melo Machado e Eduardo J. Morais. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1996.
- . **Eu Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**. Tradução de Denize L. de Almeida. Rio de Janeiro : Graal, 2003.
- . **História da Sexualidade II : O Uso dos Prazeres**. Tradução de Maria T. da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro : Edições Graal, 6.ed. 1984.
- . **Microfísica do Poder**. 13. ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro : Graal, 1979.
- . **O que é um autor?** Tradução de Antônio F. Cascais e Edmundo Cordeiro. Lisboa : Veja, 1992.

- **Os Anormais.** Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo : Martins Fontes, 2002.
- A Tecnologia Política dos Indivíduos. In: MOTTA, M. B da.(org.) **Foucault: Ética, Sexualidade, Política.** Rio de Janeiro : Forense Universitária, Coleção Ditos e Escritos vol. V, 2004, p. 301-318.
- FUNCK, Susana B. ; WIDHOLZER, Nara (org.) **Gênero em Discursos da Mídia.** Florianópolis : Editora Mulheres, 2005.
- GAVRON, Eva Lúcia. **Dramas e Danos:** Estudo de crimes sexuais na região de Florianópolis (1964-1985). 2008. Tese (Doutorado em História Cultural), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- GAYOL, Sandra. Sexo, violência y crimen em La ciudad moderna Buenos Aires em el recambio de siglo. In: PESAVENTO, S. J. (org.) **História Cultural: Experiências de Pesquisa.** Porto Alegre : UFRGS, 2003, p. 107-124.
- GIDDENS, Anthony. **A Transformação da Intimidade:** sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo : Unesp, 1993.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma:** Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Maria B. de Mello L. Nunes. São Paulo : LTC, 1998.
- GREGORI, Maria F. As Desventuras do Vitimismo. In: **Estudos Feministas.** Florianópolis : Editora da UFSC, n. 1, 1993, p. 143-150.
- GREGORI, Valdir. Cultura e Identidade: a construção de memórias no Oeste do Paraná. In: SCHALLENBERGER, E. (org.) **Cultura e Memória Social.** Cascavel : Coluna do Saber, 2006, p. 85-98.
- GREGORI, Valdir. **Os Eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná.** Cascavel : Edunioeste, 2002.
- GROSSI, M. P.; MINELLA, L. S.; PORTO, R. **Depoimentos:** trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência. Florianópolis : Editora Mulheres, 2006.
- , MINELLA, L. S; LOSSO, J. C. M. **Gênero e Violência:** pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005). Florianópolis : Editora Mulheres, 2006.
- , Rimando Amor e Dor: reflexões sobre violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana M; GROSSI, Miriam P. (org.). **Masculino Feminino Plural.** Florianópolis : Editora Mulheres, 1998, p. 293-313.
- , De Ângela Diniz a Daniela Perez: a trajetória da impunidade. In: **Revista Estudos Feministas.** Rio de Janeiro, n. 1, 1993, p. 156-168.

- GUATTARI, F. ; ROLNIK, S. **Cartografias do Desejo**. Tradução de Suely Rolnik. Petrópolis: Vozes, 1996.
- . Da produção de Subjetividade. In: PARENTE, André. (org.) **Imagem Máquina**. Rio de Janeiro : Ed 34, 1993, p. 177-191.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro : Edições Tempo Brasileiro, 2003.
- . **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. E.ed. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro : Vozes, 2000, p. 103-131.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. In: **Cadernos de Pesquisa**. v. 37, n, 132, set/dez 2007, p. 595-609.
- JAWSNICKER, Claudia. Memória da mídia impressa cascavelense. In: **Revista PJ:BR Jornalismo Brasileiro**. São Paulo : USP, N. 7, segundo semestre 2006.
- JEANNENEY, Jean-Noel. A mídia. In: REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro : UFRJ/FGV, 1996.
- KELTA ADVANCE LEARNING. **A feminist perspective on women crime**. Disponível em: <www. Keltawebconcepts.com.au>. Acesso em 17 de junho de 2009.
- KUN, Cornelia. **Ende des Schrekens**. 2005. Tese em Filosofia. Carl von Ossietzky Universität de Oldenburg, Alemanha.
- LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro : Relume Dumara, 2001.
- LAURETIS, Teresa. Através do espelho: mulher, cinema e linguagem. In: **Revista Estudos Feministas**. vol 1. n. 1, 1993. p. 116-118.
- LE GOFF, J. Progresso/Reação. In: LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão. 5. Ed. Campinas, São Paulo : Editora da Unicamp , 2003, p.260.
- LEITE, Miriam L. M. ; FELDMAN-BIANCO, Bela. **Desafios da Imagem**: Fotografia, iconografia e vídeo nas Ciências Sociais. São Paulo : Papirus, 1998.
- LOMBROSO, Cesare; FERREIRO, Gugliermo. **Criminal Woman, the Prostitute and the Normal Woman**. Durham and London : Duke University Press, 2004.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo : Contexto, 2005, p. 111-153.

- LUDMER, Josefina. Mulheres que matam. In: PEREIRA, Carlos A. M.; RONDELLI, E. ; SCHOLLMAMMER, K. E.; HERSCHMANN, M. (org.) **Linguagens da Violência**. Rio de Janeiro : Rocco, 2000, p. 299-309.
- MACHADO, Lia Zanotta; MAGALHÃES, Maria T. B de. Violência Conjugal: os espelhos e as marcas. In: SUAREZ, M.; BANDEIRA, L. (orgs) **Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal**. Brasília : UnB, 1999, p. 173-238.
- MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel. **O Corpo Feminino em Debate**. São Paulo : UNESP, 2003.
- MARCON, Telmo. **Memória, História e Cultura**. Chapecó: Argos, 2003.
- MENON, Maurício. A Bela Imagem do Mal na Representação da Mulher. In: MEDEIROS, Márcia M. (org.) **Ensaio sobre o Feminino**. Passo Fundo : UPF, 2008, p. 97-122.
- MIHAELY, Gil. **Masculinidades: corpo, natureza e poder**. (Texto traduzido após palestra na UFSC) Florianópolis, 2006.
- MOTTA, M. B da.(org.) **Foucault: Arqueologia das Ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro : Forense Universitária, Coleção Ditos e Escritos vol. II, 2.ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2005.
- NADER, Maria Beatriz. **Inserção feminino no mercado de trabalho capixaba: mudanças no paradigma da relação mulher e casamento**. In: <www.abep.nepo.unicamp.br>. Acesso em 04/08/2009.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis : Ed. da UFSC, ano 8, n. 2, 2000, p. 9-41.
- NIETZSCHE, F. **Genealogia da Moral: um estudo polêmico**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A Construção Social da Masculinidade**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.
- OXFORD ENGLISH DICTIONARY. Oxford : Oxford University Press, 1989.
- PEDRO, Joana M ; GROSSI, Miriam P. **Masculino Feminino Plural**. Florianópolis : Editora Mulheres, 1998.
- . **Mulheres Honestas e Mulheres Faladas: uma questão de classe**. Florianópolis : USFC, 1998.
- . **Práticas Proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX**. Florianópolis : Cidade Futura, 2003.
- . Traduzindo o Debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**. São Paulo : UNESP, v. 24, n. 1, 2005, p. 77-98.

- . Narrativas Fundadoras do Feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). In: **Revista Brasileira de História**. V. 26, n. 52. São Paulo : Anpuh, dez. de 2006, p. 249-272.
- PEREIRA, Ivonete. **Crianças e Adolescentes pobres à sombra da delinqüência e da desvalia: Florianópolis 1900-1940**. 2006. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**. Operários, mulheres, prisioneiros. Seleção de textos e introdução de Stella Bresciani. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1992.
- . **As Mulheres ou o Silêncio da História**. Tradução de Viviane Ribeiro. São Paulo : EdUSC, 2005.
- . Práticas da Memória Feminina. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 8, n. 18, ago/set.1989, p. 9-18.
- . **Minha História das Mulheres**. Tradução de Ângela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.
- PIAIA, Wander. **A Ocupação do Oeste Paranaense e a Formação de Cascavel**: as singularidades de uma cidade comum. Tese em História, Universidade Federal Fluminense, 2004.
- PINTO, Celi R. Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.
- PITT-RIVERS, J. **Antropologia del Honor: o política de los sexos**. Barcelona: Critica editorial, 1979.
- RAGO, Margareth. Pensar diferentemente a história, viver femininamente o presente. In: GUAZELLI, Cesar A.B. et all. (Org) **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000, p. 41-58.
- RIBEIRO, Maria de Fátima B. **Memórias do Concreto. Vozes na construção da Itaipu**. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- SCARPATO, Jair. **Toledo em Páginas**. 2006. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo). Toledo: Fasul.
- SCHRAIBER, L. B. D'OLIVEIRA, A. F L. et all. **Violência dói e não é direito**. São Paulo : Editora da UNESP, 2005.
- SCOTT, Joan, Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, n. 16, julho/dezembro, 1990, p. 5-19.
- . A Invisibilidade da experiência. In: **Projeto História**. São Paulo: EDUC, n. 16, fev. de 1998. p. 97-325.
- SEGATO, Rita Laura. **Lãs estruturas Elementares de la violencia**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

- SENNET, Richard. **Carne e Pedra**. Tradução de Marcos Aarão Reis. 4.ed. Rio de Janeiro : Record, 2006.
- SILVA, Oscar; BRAGAGNOLLO, R.; MACIEL, C.L. **Toledo e sua História**. Prefeitura Municipal de Toledo : Toledo, 1988.
- SILVA, Kalina V; SILVA, Maciel, H. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo : Contexto, 1995.
- SILVA, Tomaz T. da. **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 8.ed. Rio de Janeiro : Vozes, 2008.
- SOARES, L. E.; SOARES, B. M.; CARNEIRO, L. P. Violência Contra a Mulher: as DEAMs e os pactos domésticos. In: SOARES, Luiz E. **Violência e Política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996, p. 65-93.
- SOARES, Luiz E. A Eficácia pragmática da sensibilidade antropológica e a inversão do modelo defensiva. In: **PAGU**. Campinas: Unicamp, 2002, p. 21-30.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1966.
- SOIHET, Rachel. **Condição Feminina e formas de violência**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- . Preconceitos nas Charges de O Pasquim: mulheres e a luta pelo controle do corpo. In: **Revista Espaço Acadêmico**. n. 84, maio de 2008. Disponível em: www.espacoacademico.com.br/084/84soihet.htm. Acesso em 10 de abril de 2009.
- . História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: Ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro : Campus, 1997, p. 275-295.
- . Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo : Contexto, 1997, p. 362-400.
- . Violência simbólica: saberes masculinos e representações femininas. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: IFCS, vol. 5, 1997, p. 7-29.
- SONTAG, Susan. **Sobre Fotografia**. Tradução de Rubens Figueiredo, São Paulo : Companhia das Letras, 2004.
- SOUZA, Jessé. Raça ou Classe? Sobre a Desigualdade Brasileira. In: **Lua Nova**. Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 65, 2005, p. 43-69.
- SOYKA, Michael. **Wenn Frauen Töten**: psychiatrische Annäherung an das Phänomen weiblicher Gewalt. Stuttgart : Schattauer, 2005.
- SPERANÇA, Alceu. **Cascavel: a história**. Curitiba : Lagarto, 1992.

- STEIN, Marcos. **A Construção do Discurso de Germanidade em Marechal Cândido Rondon (1946-1996)**. 2000. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- SUAREZ, M. O Discurso Policial Comentado. In: SUAREZ, M.; BANDEIRA, L. (orgs) **Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal**. Brasília : UnB, 1999, p. 57-104.
- ; BANDEIRA, L. **Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal**. Brasília: UNB, 1999.
- TEIXEIRA, Analba Brazão. **Nunca você sem mim: Homicidas suicidas nas relações afetivo-conjugais**. São Paulo : Anablume, 2009.
- VAN DIJK, T. **Analisis Crítico del Discurso**. In:<www. Meus documentos/documentos/ARTIGOS/cátedra/UNESCO/>. Página acessada em 24/04/04.
- VELHO, Gilberto. **Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social**. RJ.: Jorge Zahar, 1985.
- WADI, Yonissa M. Olhar a Família a partir das Relações de Gênero. In: **Revista Estudos Feministas**. v. 07, n. 2 , 1999, p. 214-221.
- ; RAMÃO, F. P. Crimes Passionais e Sistema de Justiça: um olhar histórico sobre a Comarca de Toledo/PR (1954-1979). In: **Justiça & História**, v. 6, p. 301-345, 2007.
- WEBER, Max. **Wirtschaft und Gesellschaft**. Grundriss der verstehenden Soziologie. 5. Auflage. Tübingen : Johannes Winckelmann, 1980.
- WILSEM, Ana P.; KUNZLER, Maria C. **Mídia e Memória: estórias dos veículos de comunicação do município de Marechal Candido Rondon contada pelos seus protagonistas**. Mal. C. Rondon: Germânica, 2006.
- WOLFF, Cristina Scheibe. Representando o Feminino: das fadas medievais às mulheres criminosas. In: MEDEIROS, Márcia M. (org.) **Ensaio sobre o Feminino**. Passo Fundo : UPF, 2008.
- . **Mulheres da Floresta: uma história Alto Juruá, Acre (1890-1945)**. São Paulo : Hucitec, 1999.
- . Feminismo e Configurações de Gênero na Guerrilha: perspectivas comparativas no Cone-Sul, 1968-1985. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, vol. 27, n. 54, jul.-dez., 2007, p. 19-38.
- WOODWARD, K. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T. da. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 8.ed. Rio de Janeiro : Vozes, 2008, p. 7-72.

ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In: NOVAIS, F. A. **História da Vida Privada no Brasil**. Vol. 4. São Paulo Companhia das Letras, 1998, p. 245-318.